



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFAM
Mestrado em História

“AOS CONFINS DOS SELVAGENS”: A PRESENÇA INDÍGENA
NA VIAGEM DE SPIX & MARTIUS AO ESTADO DO GRÃO-
PARÁ E RIO NEGRO (1819-1820)

MANAUS

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFAM
Mestrado em História

ROBERTA KETLLEN SOUZA DUARTE

“AOS CONFINS DOS SELVAGENS”: A PRESENÇA INDÍGENA
NA VIAGEM DE SPIX & MARTIUS AO ESTADO DO GRÃO-
PARÁ E RIO NEGRO (1819-1820)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Patrícia Maria Alves de Melo

Co-orientador: Prof. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte

MANAUS

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

D812c Duarte, Roberta Ketllen Souza
"Aos confins dos selvagens" : a presença indígena na viagem de Spix & Martius ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1819-1820) / Roberta Ketllen Souza Duarte . 2022
102 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Patrícia Maria Alves de Melo
Coorientador: Auxiliomar Silva Ugarte
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Spix e Martius. 2. Narrativas de viagem. 3. Século XIX. 4. Povos indígenas. I. Melo, Patrícia Maria Alves de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Patrícia Maria Alves de Melo - Presidente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Mauricio Elias Zouein – Membro externo
Universidade Federal de Roraima – UFRR

Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Júnior – Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Dedico este trabalho à Isabella Miranha, Johannes Juri e as outras duas crianças que foram levadas à Munique. Essas últimas nem tiveram tempo de terem seus nomes registrados pois vieram a falecer na travessia para a Europa com os naturalistas bávaros. Que a história deles não seja esquecida!

AGRADECIMENTOS

Do início ao fim, essa pesquisa foi atravessada de diversos fatores que acabaram dificultando, em algum aspecto, a sua escrita. Não foi fácil escrever durante o isolamento social causado pela Covid-19. Tornou-se exaustivo demais tentar ser produtiva ou manter a capacidade de concentração, enquanto o Brasil e o resto do mundo estavam a ser atingidos rapidamente por uma coisa invisível aos nossos olhos, mas tão perigosa e que ceifou tantas vidas. Não foi fácil escrever enquanto eu era confrontada com tantas questões na minha vida e vivia muitas mudanças ao mesmo tempo.

Mas se eu consegui finalizar esse trabalho foi graças a muitas pessoas que, desde o início e antes dele, seguraram firme a minha mão para que eu não desistisse e conseguisse continuar. Pessoas queridas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho. E, ainda que no momento da escrita seja só nós e o nosso texto, a pesquisa não é um ato que precisa ser solitário.

Agradeço a minha mãe, Rosimeire, por sempre ter me dado apoio nos meus estudos e ter feito de tudo para eu ter uma boa educação. Que quando eu estava no Fundamental I me levava embaixo daquele sol de 12h para a escola pois eu estudava um pouco longe de casa. Que me ajudava nas atividades da escola e que sempre disse que era importante que eu estudasse muito para ter um futuro bom. Se eu cheguei aonde estou hoje é muito graças a ela. Creio que, apesar de tudo, estou conseguindo alcançar esse futuro bom que ela tanto me falou. Também agradeço ao meu pai, Divaldo, por me dar a possibilidade de me dedicar aos estudos, em grande parte, de forma integral.

Agradeço ao meu irmão, Wendell Gabriel, pelo amor que ele tanto me dá todos os dias. O Gabriel foi a pessoinha que eu vi crescer tão de pertinho e que hoje tenho orgulho demais da pessoa que ele se tornou. Obrigada pelas muitas conversas sobre literatura, história, novelas, filmes da Disney, sobre o universo e tantas outras coisas. Obrigada por ser um leitor tão atento e me ajudar nas correções dos meus trabalhos (sim, meu irmão caçula faz isso! Rs). Obrigada por ser o meu melhor amigo!

Agradeço a minha noiva, Raescla Ribeiro, por todo suporte, carinho e amor que tem me proporcionado. Obrigada pela sensibilidade em tentar me mostrar outras perspectivas na leitura do meu trabalho. Obrigada pelas muitas horas (!!!) de conversas que temos diariamente. Eu não sabia que falava tanto até te conhecer. Obrigada pela paciência que teve nesse processo, me ajudando a pensar as coisas, lendo o que escrevi e, principalmente, me dando colo nos dias difíceis. No meio de todo o caos, foi ao teu lado que encontrei paz e calma. Como te disse

várias vezes, você é a mulher com quem eu quero dividir a vida inteira e ter uma biblioteca enorme. Obrigada por me mostrar que o amor pode ser leve, pode ser tranquilo e pode ser apenas amor. Obrigada pela família que estamos construindo junto com o pequeno maluquinho Dostô (Dostoiévski) e o amável e carinhoso Salém.

Agradeço a minha cunhada e amiga, Aline Ribeiro, pelas horas de conversas sobre História, sobre pesquisa, sobre aleatoriedades da vida e, principalmente, sobre confeitaria. Por diversas vezes, as conversas que tivemos me trouxe a tranquilidade que eu precisava. Agradeço a minha cunhada pequena, Catarina Maria, pelas conversas sobre jogos, sobre novela, sobre personagens da Disney e, principalmente, por me fazer acessar uma Roberta criança que eu tentei esquecer e que agora luto pra me lembrar dela. Agradeço ao Israel Pinheiro pelas muitas conversas que temos, pelos vídeos engraçados que me envia e por ter me ensinado a jogar Assassin's Creed. Às vezes, depois de passar um dia inteiro escrevendo, a única coisa que queremos é ver a Eivor ou Kassandra saindo por aí pela Grã-Bretanha ou Grécia.

Agradeço aos meus amigos Miguel Akel e Priscila Miranda pela parceria de nove anos. A amizade e o companheirismo de vocês também me fizeram chegar até aqui. Obrigada pelas muitas horas de conversas, de fofocas, pelas muitas mensagens trocadas, pelas trocas de ideias, por terem lido tantas vezes os meus textos. Obrigada por mesmo estando tão longe continuarem pertinho de mim.

Agradeço a Prof^a Dr^a Keith Barbosa por todo o apoio que me deu antes mesmo de eu fazer a seleção do mestrado. Obrigada por ter acreditado em mim num período que eu nem mesmo estava acreditando. Obrigada pelas muitas conversas sobre literaturas africanas.

Agradeço a banca de defesa, Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Jr e Prof. Dr. Mauricio Elias Zouein, pelos generosos apontamentos sobre a minha pesquisa. E também agradeço ao meu coorientador, Prof. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte, pela leitura atenta do meu projeto lá em 2019 e pelas ótimas contribuições para a reelaboração dele.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo fomento dessa pesquisa. Em um contexto de cortes e diminuição de ofertas de bolsas, ter a minha pesquisa financiada por uma instituição pública de fomento foi essencial.

Por fim, agradeço a minha orientadora, Prof^a Dr^a Patrícia Alves-Melo. Há oito anos, Patrícia me apresentou o mundo da pesquisa acadêmica e da pesquisa em História. Desde então embarquei em diversas viagens através dos relatos de viagem que li. Obrigada por me orientar por tantos anos. Obrigada pelas sugestões de leituras acadêmicas, por me apresentar a literatura de países africanos e me emprestar livros pra ler, pelos cafés e pelas muitas conversas que tivemos nesses muitos anos.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a expedição dos naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) à região do Estado do Grão-Pará e Rio Negro entre os anos de 1819 e 1820. Tem como objetivo investigar as descrições feitas pelos naturalistas a respeito das populações indígenas das quais obtiveram informações e/ou que tiveram algum contato no decorrer do percurso. Para isso, é essencial apresentar como se deu a preparação e execução dessa viagem: quais os objetivos, rotas, informantes, equipe de viagem, entre outros. Outro objetivo fundamental da pesquisa é entender como a experiência dos naturalistas com os povos indígenas da região aparecem na narrativa de viagem. Para a pesquisa também foram considerados os relatórios de viagem individuais de Spix e Martius presentes na narrativa, dando destaque às ideias produzidas de forma separada a respeito dos povos indígenas.

Palavras-chave: Spix e Martius; Narrativas de viagem; Século XIX; Povos indígenas.

ABSTRACT

This present study sought to analyze the expedition of Bavarian naturalists Johann Baptist von Spix (1781-1826) and Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) to the region of the State of Grão-Pará and Rio Negro between the years 1819 and 1820. It aimed to investigate descriptions made by naturalists about the indigenous populations from which they obtained informations and/or had contacts along the route. For this, it was essential to present how the preparation and execution of this trip took place: which were the objectives, routes, informants, trip team, among others. Another fundamental objective of the research was to understand how the experience of naturalists with indigenous peoples of the region appear in the travel narrative. For the research were also considered the individual travel reports of Spix and Martius present in the narrative, highlighting the ideas produced separately about indigenous peoples.

Key-words: Spix and Martius; Travel narratives; 19th century; Indigenous peoples.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da viagem de Martius e Spix pelos rios Japurá e Solimões.....	48
Figura 2 - Indígena Uainumá.....	52
Figura 3 - Indígena Jumana	53
Figura 4 - Cacique dos Maxuruna	64
Figura 5 - Indígena Maxuruna	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Etnias mencionadas no relatório de Spix	50
Tabela 2 - Lideranças indígenas no relatório de Martius	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: “Aquela terra de promessa”: a expedição de Spix e Martius ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro	18
1.1. “Honrai o nome da Baviera e ide com Deus”: A primeira Expedição Científica Bávara	18
1.2. A viagem ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro.....	23
1.3. Spix e Martius em Santa Maria de Belém do Grão-Pará.....	27
1.4. A população indígena de Belém, segundo Spix e Martius	32
1.5. Spix e Martius e os preparativos para as novas etapas da expedição	39
CAPÍTULO 2: A presença indígena nos relatórios individuais de Johann von Spix e Carl von Martius.....	45
2.1. A viagem pelo rio Japurá e Solimões: uma apresentação sobre os perigos, planejamentos e motivos dessa etapa.....	45
2.2. A viagem de Spix pelas “amareladas águas do Solimões”	49
2.1.1. Apontamentos acerca dos indígenas da etnia Jumana	52
2.1.2. As crianças e os rapazes da etnia Marauá.....	55
2.1.3. A "marcha militar" dos indígenas Passé e Juri e a breve passagem de Spix pelo rio Içá.....	58
2.1.4. “O espantoso espetáculo dessa bárbara festa...”: Narrativa de uma festa Ticuna sob o olhar de um europeu 59	
2.1.5. Os Maxuruna do rio Javari	63
2.3. Martius e a sua expedição pelo Rio Japurá.....	65
2.3.1. Martius e as lideranças indígenas.....	67
O mui amigável e prestativo Gregório.....	69
O “astuto e atrevido” Pachico	73
CAPÍTULO 3: Depois da expedição ao Brasil	78
3.1. O retorno de Spix e Martius à Europa	78
3.2. Resultados da primeira expedição científica bávara	81
3.3. A presença indígena na “História do Brasil” projetada por Karl Friedrich Philipp von Martius	84
3.3.1. Os povos indígenas como um “elemento redimível	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
FONTES E REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

Em 26 de julho de 1819, os naturalistas bávaros Johann Baptist Ritter von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius adentraram a região do Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Eles desembarcaram na cidade de Belém, onde ficaram hospedados por um breve período. Ambos estavam ansiosos para explorar esse lugar do planeta que tanto encantava, fosse por suas belezas, por seus mistérios, ou mesmo pela sua grandeza.

O fato é que, desde o início da expedição que começou no Rio de Janeiro, os bávaros desejavam conseguir autorizações que lhes permitissem entrar e circular por essa região. Eles temiam não conseguir a documentação e, assim, terem que alterar os planos da viagem. Essa preocupação se dava porque, naquele momento, ainda havia ordens que proibiam os estrangeiros de visitarem os territórios localizados nas fronteiras. Apesar disso, a expedição de Spix e Martius foi executada em um momento muito favorável às viagens de exploração e pesquisa pelo interior do território.

Carlos Oberacker aponta que a vinda da família real portuguesa ao Brasil e o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, em janeiro de 1808, possibilitou a inauguração de um verdadeiro e intenso ciclo de viagens e expedições científicas no interior da América Portuguesa. A partir desse período, inúmeros viajantes de distintas nacionalidades começaram a desembarcar nos portos “brasileiros”. Com diferentes finalidades, esses viajantes vinham organizados em missões ou por conta própria. Eram cientistas, naturalistas, artistas, diplomatas, mercenários, educadores, comerciantes, entre muitos outros.¹

E por que é importante mencionar esses dois acontecimentos? Antes desse período as expedições científicas e de exploração só eram permitidas aos súditos portugueses. Jean Marcel Carvalho França esclarece que, antes de 1808, era impensável um estrangeiro fazer uma viagem pelo interior do território. Raramente os viajantes receberam autorizações para viajar pelos arredores da cidade que havia desembarcado. Além do mais, eles só podiam caminhar durante o dia, sob escolta policial e unicamente na cidade onde estava o navio que iria lhes levar de volta a sua nação. Ou seja, eles só podiam permanecer no local por um curto período.²

Só após a abertura dos portos que os estrangeiros, principalmente os comerciantes e cientistas, começaram a receber autorizações para visitar e percorrer diversas regiões. A partir

¹ OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros in HOLANDA, Sérgio B. (org.). *História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico*. São Paulo: Difel, 1985, t. II, v. 1, p. 131.

² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção do Brasil na literatura de viagem” In PINHEIRO, Liliana. *O olhar dos viajantes: O Brasil ao Natural*. São Paulo: Duetto, 2010, p. 10.

desse momento, se tivessem as autorizações de viagem, esses viajantes podiam se deslocar sem muitas restrições, sem a vigilância constantes das autoridades e agora poderiam ficar por mais tempo ou mesmo virarem residentes.³

Portanto, como dito anteriormente, na ocasião da expedição de Spix e Martius o contexto era muito favorável a eles. Tanto foi que eles percorreram em torno de quatorze mil quilômetros e dificilmente tiveram suas autorizações de viagem recusadas.

Outro momento importante para a construção desse cenário favorável para a realização da expedição bávara se deu quando do casamento da arquiduquesa austríaca Leopoldina com o príncipe português Pedro I. O rei Maximiliano I da Baviera utilizou-se de suas estreitas relações com a Áustria e aproveitou a oportunidade para enviar os seus súditos ao Brasil. Era um momento perfeito, afinal, Francisco I, o imperador da Áustria, pai de Leopoldina e genro de Maximiliano I, havia decidido que o Museu de História Natural de Viena deveria planejar uma viagem de estudo pelas terras brasileiras.

Financiados pelo rei da Baviera e em nome da Real Academia de Ciências da Baviera, a expedição científica bávara teve duração de três anos (de 1817 a 1820). De volta à Baviera, Spix e Martius dedicaram-se à elaboração e publicação dos resultados da expedição. No ano de 1823 publicaram o primeiro volume do relato da viagem, o qual foi intitulado *Reise in Brasilien* (em português: Viagem pelo Brasil). Mas com a morte prematura de Spix, em 1826, Martius ficou sozinho para realizar a tarefa de completar e trazer à público os outros dois volumes da obra. Assim o fez. Os três volumes do relato ganharam traduções em diversas línguas, ficaram muito conhecidos e são lidos e estudados até os dias de hoje.

No artigo “A propósito d’O Brasil dos viajantes”, publicado pela Revista USP em 1996, Ana Maria Belluzzo discorre sobre a relevância dos estudos acerca de relatos de viagem. Para a autora:

O legado iconográfico e a literatura de viagem dos cronistas europeus trazem sempre a possibilidade de novas aproximações com a história do Brasil. No entanto, essas obras só podem dar a ver um Brasil pensado por outros. O olhar dos viajantes espelha, também, a condição de nos vermos pelos olhos deles. As obras configuradas pelos viajantes engendram uma história de pontos de vista, de distâncias entre modos de observação, de triangulações do olhar. Mais do que a vida e a paisagem americana, exigem que se focalize a espessa camada da representação. Evidenciam versões mais do que fatos.⁴ (1996, p.10)

³ FRANÇA, 2010, p. 10.

⁴ BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d’O Brasil dos viajantes. Revista USP (30). São Paulo: junho/agosto, 1996, p. 10.

Jean Marcel de Carvalho França questiona o porquê de, em pleno século XXI, para além da “curiosidade em relação à opinião do outro acerca de nós e de nosso país”, retomar as perspectivas estrangeiras sobre o Brasil e dos habitantes de outrora. Para ele, há muitas razões para tal, mas uma se destaca: continuam a despertar a atenção pelo “vocabulário inventado” por esses “habitantes do Velho Mundo” para descrever os do Novo Mundo. Contudo, ainda que esses escritos tenham seus “problemas e limites”, eles também desempenharam um papel importante no modo como os europeus pensaram e agiram em relação à América e “na maneira como nós, habitantes da América, construímos e enxergamos a nós próprios.”⁵

Em 2018, a ideia para a pesquisa foi originalmente pensada a partir, e unicamente, da experiência de Martius em terras brasileiras e como essa experiência influenciou os seus escritos. Além disso, o principal objetivo estava relacionado a compreender como o encontro com diferentes povos indígenas foi modificando, ao longo do tempo, o seu pensamento acerca dessas populações.

Porém, a partir da leitura mais minuciosa das fontes selecionadas e das referências bibliográficas começamos a perceber uma lacuna nos estudos que tratam da expedição científica de Spix e Martius. A expedição, basicamente, foi dividida em dois momentos: o primeiro diz respeito ao percurso iniciado no Rio de Janeiro, no final de 1817, até o Maranhão, em 1819. O segundo está relacionado ao trajeto no qual os naturalistas percorrem os territórios do, até então, Estado do Grão-Pará e Rio Negro entre os anos de 1819 e 1820.

Dito isso, verificamos que esse segundo momento da viagem é pouco explorado e não encontramos estudos que o tenha como o foco principal de análise. Ele é citado em várias teses e dissertações, como uma fonte complementar ou é apenas utilizada por conta de alguma informação descrita pelos viajantes. Também compreendemos que diversos trabalhos que se debruçaram sobre essa narrativa de viagem, muitas vezes, não se detiveram nas particularidades de cada região, não levando em consideração as especificidades dos processos políticos, sociais e culturais de cada lugar. Sendo assim, essa pesquisa se concentra na expedição de Spix e Martius ao Grão-Pará e Rio Negro, entre os anos de 1819 e 1820.

Para a composição dessa dissertação duas fontes foram fundamentais. A primeira foi o volume III do *Viagem pelo Brasil*, inteiramente dedicado à viagem dos naturalistas ao Grão-Pará e Rio Negro. Dessa forma, pudemos visualizar como Spix e Martius narraram toda a montagem e execução da viagem. Outra muito importante é o conjunto de relatórios enviados pelos naturalistas para o rei Maximiliano I. Tais relatórios são riquíssimos em informações,

⁵ FRANÇA, 2010. p.11.

porém, são fontes pouco exploradas em outros estudos pois se mantinham, em grande parte, inéditos até o ano de 2018. Foi nesse ano que eles vieram totalmente a público sob o nome de “Relatórios ao Rei”, depois de serem compilados, transcritos, traduzidos e publicados no Brasil por dois pesquisadores brasileiros: Pablo Diener e Maria de Fátima Costa. Desse modo, esses escritos nos permitiram ter contato com as primeiras impressões que os viajantes tiveram ao longo da viagem, além disso, eles também serviam como a prestação de contas da expedição.

Nesse sentido, os objetivos iniciais da pesquisa foram aos poucos sendo reformulados o que refletiu em mudanças que passaram a promover ao longo dos capítulos uma maior ênfase às personagens indígenas que timidamente tem suas narrativas registradas nos relatos. Inicialmente, nosso olhar buscava seguir a viagem dos bávaros, mas nos arriscamos a fazer uma travessia decolonial sobre aquilo que seus relatos nos narram em registros e silêncios. Em alguns momentos, nos preocupamos em falar dos silêncios. E, por isso, nossos capítulos dedicaram-se ao pouco que sabemos de Isabella, Juri, Gregório, Pachico, Albano e tantos outros que aparecem no plano de fundo dos naturalistas. Essa dissertação busca cumprir o dever historiográfico de rememorar as vozes dos homens, mulheres, meninos, meninas e toda sorte de vida que a tinta europeia ocupou com os silêncios.

Dessa forma, o tema dessa dissertação é a viagem dos naturalistas bávaros a região do Estado do Grão-Pará e Rio Negro no ano de 1819. Teve como objetivo analisar essa etapa da expedição científica, avaliando as descrições feitas por eles a respeito das populações indígenas das quais tiveram informações e/ou que tiveram algum contato no decorrer do percurso. Para isso, buscamos entender como se deu a preparação e execução dessa etapa da viagem: quais os objetivos, rotas, informantes, equipe de viagem, entre outros. Também procuramos investigar e compreender como a experiência dos naturalistas com os povos indígenas da região aparecem na narrativa de viagem. Para a pesquisa, também consideramos os relatórios individuais de Spix e Martius presentes na narrativa, dando destaque às imagens produzidas de forma separada a respeito dos povos indígenas.

Portanto, revisitar esse relato de viagem e escolher analisá-lo de forma linear é importante para entendermos como as escolhas traçadas pelos naturalistas ajudaram a alcançar um dos principais objetivos dessa viagem: o encontro dos bávaros com os povos originários. Para isso, na organização do texto também foi mantida uma lógica de apresentação linear da viagem, apresentando, *grosso modo*, o seu início, meio e fim. Nesse sentido, os capítulos buscaram apresentar como Spix e Martius descreveram as populações indígenas e os seus encontros com elas e de que maneira esses povos aparecem no *Viagem pelo Brasil* e qual a importância que tiveram na execução da expedição científica bávara.

Nossos capítulos estão organizados da seguinte maneira: No capítulo 1 abordamos o contexto, a montagem e execução da expedição científica na região. Desse modo, esse capítulo está dividido em quatro tópicos. No primeiro, para melhor compreensão dos objetivos dessa viagem, buscamos apresentar como se deu o momento da organização e montagem da expedição ainda no reino da Baviera. No segundo, apresentamos e discutimos as dificuldades que os naturalistas enfrentaram para conseguir as autorizações (afinal, ainda havia ordens que proibiam os estrangeiros de visitarem os territórios localizados nas fronteiras) que os permitiam adentrar o território do Grão-Pará e como ocorreu a dinâmica para chegar até a região. No terceiro tópico, o objetivo é discorrer sobre o período em que os naturalistas ficaram hospedados na cidade de Belém. Nesse momento, dois elementos são importantes: a apresentação que fizeram sobre os dias que estiveram na cidade e a descrição que fizeram sobre a população, em especial a descrição sobre as populações indígenas. No quarto e último tópico abordamos como se deu a organização e os preparativos para essa nova etapa da expedição, na qual os naturalistas partiram de Belém. Dessa forma, procuramos discutir os objetivos propostos, como se deu a escolha do percurso, quem auxiliou nesses preparativos, entre outros elementos.

No capítulo 2 damos destaque para os relatórios das viagens individuais de Spix e Martius, um momento de extrema importância nessa etapa da expedição científica. Assim, abordamos o momento da expedição que os dois naturalistas decidiram seguir a viagem em caminhos distintos por quase três meses: Spix seguiu viagem pelo rio Solimões e Martius optou por viajar pelo rio Japurá. Esse é um ponto relevante, afinal, eles haviam passado mais de dois anos e meio compartilhando de todas as experiências, dificuldades e alegrias da expedição como uma equipe, e a partir dessa breve separação, temos a possibilidade de acompanhar as suas experiências individuais de viagem que foram descritas no relato. É importante também porque nesses relatórios individuais há uma forte presença de descrições acerca das populações indígenas e a narração desses encontros: quem eram, que ajudou na comunicação, locais onde habitavam.

No capítulo 3 optamos por fazer um debate acerca do que ocorreu logo após o encerramento da expedição. No primeiro tópico apresentamos como a expedição científica foi o elemento fundamental na ascensão social e profissional de Spix e Martius, mas também discutimos como a mesma expedição teve seu espaço de crueldade e violência. Nesse tópico também discorreremos sobre a fama que Martius alcançou e como isso fez com que ele se tornasse membro de diversas sociedades, institutos e academias. Inclusive, tornando-se um membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No segundo tópico optamos por apresentar as publicações que foram resultado da coleta de dados que ambos fizeram sobre Botânica,

Zoologia, Linguística, etnografia entre outros. Esses dados foram divulgados ao longo dos anos em diversos tipos de publicação, inclusive através dos três volumes do relato de viagem. No terceiro e último tópico apresentamos uma discussão sobre a presença indígena em *Como se deve escrever a história do Brasil*. Esse é um tópico importante pois esse texto foi publicado 25 anos depois do encerramento da expedição e nele podemos perceber como a experiência de conhecer diferentes grupos indígenas marcou tanto o naturalista a ponto de anos depois, ele continuar nutrindo grande interesse pela história dessas populações e dedicando tempo para pesquisar sobre.

Finalmente, podemos seguir a viagem...

CAPÍTULO 1: “Aquela terra de promessa”⁶: a expedição de Spix e Martius ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro

1.1. “Honrai o nome da Baviera e ide com Deus”⁶: A primeira Expedição Científica Bávara

Era 25 de outubro de 1815 quando Wilhelm Friedrich von Karwinsky – diretor de Minas do rei Fernando VII da Espanha – apresentou ao rei da Baviera, Maximiliano José I, um projeto para a organização de uma expedição científica que percorreria alguns territórios da América Espanhola. Vinculada a Real Academia de Ciências da Baviera e patrocinada pelo governo bávaro, a viagem seria a primeira Expedição Científica Bávara. Um plano bastante ousado, mas atraente, para um reino que havia sido criado em 1806.⁷

O roteiro proposto indicava que as localidades a serem percorridas seriam Paraguai, Argentina, Chile, Peru, Equador, Panamá, Guatemala, México, Nova Granada, Venezuela e Suriname e, por fim, retornariam para a Europa. Porém, para uma expedição que deveria ser realizada em três anos, esse roteiro de viagem era “um tanto insólito”.⁸ Na proposta intitulada *Mémoire concis sur une Expédition Scientifique dans l’Amérique Meridional*, o barão de Karwinsky projetava

(...) uma expedição que, como as demais congêneres de sua época, deveria coletar dados dos três reinos da história natural, produtos das artes e manufaturas, descrever e desenhar ‘pessoas, usos, vistas pitorescas e fenômenos peculiares’, e também fazer investigações astronômicas, geológicas, cosmológica e meteorológicas, além de recolher dados da história antiga e recente do ‘continente e também dos seus povoados’.⁹

Sobre a composição da equipe de expedicionários que ficariam responsáveis por realizar os trabalhos, a sugestão era de que bastariam dois ou três naturalistas, com idade entre 25 e 40 anos. Os nomes escolhidos precisariam estar com a saúde em perfeito estado e deveriam possuir “talento, conhecimento, capacidade de ação, experiência, caráter moral e constituição física, tais como requer um empreendimento desse tipo”. Para auxiliar os naturalistas foi recomendada a presença de um desenhista, o qual seria responsável pelo trabalho visual da expedição, e um

⁶ Numa conferência no ano de 1860, quando entregava as suas coleções para a Real Academia de Ciências da Baviera, Carl Friedrich Philipp von Martius menciona que essa foi a fala de despedida do rei Maximiliano José I quando da partida dele e do seu companheiro Johann Baptist von Spix em direção à América Portuguesa no ano de 1817. Cf. SPIX, Johann Baptist von. MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Relatórios ao Rei*. / DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima (Orgs.) – 1. ed. – Rio de Janeiro: Capivara, 2018, p. 27.

⁷ DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. *Martius*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Capivara, 2018, p. 37.

⁸ Como demonstra Pablo Diener e Maria de Fátima Costa, quando se pensava no prazo de três anos que foi proposto para a realização da expedição e na escolha por um trajeto tão extenso, esse roteiro de viagem acabava parecendo ser muito difícil de ser realizado em tão pouco tempo. Cf. DIENER; COSTA, 2018, p. 37.

⁹ DIENER; COSTA, 2018, p. 37.

mecânico, que ficaria encarregado da manutenção dos instrumentos e também da preparação de plantas e animais que integrariam suas coleções.¹⁰

A princípio, convencido das vantagens para as ciências e para a humanidade, essa proposta de expedição foi bem recebida pelo rei Maximiliano José, descrito como um “insigne patrono das ciências”.¹¹ Sem muita demora, ele transmitiu uma ordem à Real Academia para que essa organizasse uma expedição científica ao interior da América Espanhola. Diener e Costa apontam que a instituição agiu rapidamente e, em dezembro de 1815, lavraram as instruções que explicitavam as tarefas programadas que deveriam ser executadas pelos expedicionários.¹²

A Real Academia também ficou responsável pela escolha dos nomes que iriam compor a equipe da expedição. Karwinsky, o idealizador do projeto e membro dessa instituição, se candidatou para realizar tal empreitada e teve a sua autoindicação aceita. Outros dois nomes também foram indicados para comporem a equipe, ambos apresentavam o perfil adequado para tal tarefa, tinham formação acadêmica e estavam aprofundando-se nos estudos naturalistas: o médico-zoólogo Johann Baptist von Spix (1781-1826) e o médico-botânico Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868).¹³

Antes mesmo de terem sido escolhidos, Spix e Martius já estavam contribuindo na preparação da viagem. Spix ficou responsável pela redação do texto com as instruções para o zoólogo e zootomista da expedição e Martius redigiu o texto para o botânico. No entanto, apesar de todos os esforços iniciais, a ideia da expedição científica às colônias espanholas foi deixada de lado.¹⁴ Um projeto nesse nível exigiria muitos recursos financeiros, os quais o jovem reino bávaro não iria conseguir suprir. Depois desse episódio, Spix e Martius chegaram a acreditar que participar de uma viagem como essa não seria possível.¹⁵

Mary Louise Pratt (1999) afirma que as expedições científicas se tornaram, a partir da segunda metade do século XVIII, um dos instrumentos de expansão mais ostentados pelas complexas alianças formadas pelas elites comerciais e intelectuais da Europa. Além de despertar o interesse de um público bem variado e ter uma gama de recursos investidos para a sua realização, esse tipo de expedição também foi um instrumento ideológico e de idealização

¹⁰ BARÃO von Karwinsky, 1815 apud DIENER; COSTA, 2018, p. 38.

¹¹ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.I, p. 20.

¹² Ibidem, p. 20.; DIENER; COSTA, op. cit., p. 38.

¹³ DIENER; COSTA, op. cit., p. 38.; LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec. 1997, p. 51.

¹⁴ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.I, p.26; SPIX; MARTIUS, 2018, p. 330.

¹⁵ DIENER; COSTA, op. cit., p. 38;40.

européia e um meio pelo qual muitos cidadãos europeus acabaram entrando em contato com outras partes do mundo.¹⁶

Karen Macknow Lisboa (1997) observa que, em nome da ciência, as expedições como forma de “explorar e adquirir conhecimento” começaram a ser amplamente incentivadas e organizadas por universidades, academias e sociedades científicas e foram patrocinadas por diversas nações. Eric Hobsbawm (1977) aponta que foi, nesse período, que o “universo geográfico” das ciências começou a ser expandido.¹⁷

Todavia, se a expedição bávara havia sido deixada em modo de espera, não demorou muito para aparecer uma nova oportunidade para a sua realização. Sendo assim, a oportunidade surgiu quando da ocasião do casamento de Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo, arquiduquesa da Áustria, e Pedro de Bragança, príncipe herdeiro de Portugal, Brasil e Algarves.¹⁸

Maximiliano José I teve conhecimento de que a comitiva que traria a arquiduquesa austríaca ao Brasil viria acompanhada por um grupo de naturalistas austríacos. Francisco I, imperador da Áustria e genro de Maximiliano I, havia decidido que o Museu de História Natural de Viena realizaria uma grande expedição científica em solo brasileiro. Nesse sentido, essa expedição surgiu como uma “inesperada alternativa” para o rei bávaro. Afinal, se não puderam realizar a viagem projetada às colônias espanholas, uma expedição pela América Portuguesa parecia uma “oportunidade factível”. Utilizando-se do laço de parentesco que unia as coroas, o governante bávaro aproveitou a oportunidade para enviar os seus súditos ao Brasil. Dessa forma, Francisco I concedeu lugares para dois naturalistas bávaros em uma das fragatas austríacas que trariam a equipe para esse lado do oceano.¹⁹ De acordo com Diener e Costa,

(...) uma viagem como essa poderia aproximar o nascente reino da Baviera do Grande Reino de Portugal, Brasil e Algarves, facilitando intercâmbios comerciais e tecnológicos, ao tempo em que também fortaleceria internamente a consolidação da Baviera como estado-nação.²⁰

Em 6 de dezembro de 1816, Spix e Martius foram informados que seus nomes tinham sido os indicados para compor a equipe bávara, logo, precisariam dar uma resposta o quanto antes. Ambos aceitaram a indicação e, imediatamente, o rei Maximiliano I autorizou a

¹⁶ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 52-54.

¹⁷ LISBOA, 1997, p.35.; HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 304.

¹⁸ SPIX; MARTIUS, 2017, v. I, p. 20.

¹⁹ Cf. DIENER; COSTA, 2018, p.40-41; LISBOA, op. cit., p. 21; KODAMA, Kaori. *Martius e o IHGB: um naturalista e os letrados na construção de uma história*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Depto. de História, PUC-Rio, 1999, p. 9.

²⁰ DIENER; COSTA, 2018, p. 41.

nomeação dos dois para essa tarefa. Com a equipe definida, a Real Academia de Ciências da Baviera precisou agir rapidamente com os preparativos da viagem. Para isso, aproveitaram as instruções que foram redigidas no ano anterior e fizeram as adaptações necessárias para o novo destino.²¹ Conforme indicam Spix e Martius,

(...) a Real Academia de Ciências recebeu, ao mesmo tempo, ordem de encarregar-nos de problemas científicos, tanto dentro das nossas especialidades principais como em tudo aquilo que estivesse ao alcance das nossas observações e pesquisas, e de nos fornecer os instrumentos, de cujo uso se poderiam esperar interessantes resultados para a ciência.²²

De acordo com Lisboa, os naturalistas (de forma mais geral) eram formados na herança da ciência enciclopedista, portanto ainda antes da disciplinarização do saber, procuravam almejar o conhecimento universal. Segundo a autora, “ser naturalista implicava compreender tudo o que dizia respeito ao mundo natural, desde os minerais, passando pela fauna e flora, até os fenômenos climáticos, geográficos e astronômicos.” Mas também estava incluso a compreensão da sociedade humana, sua civilização, sua história, sua economia e assim por diante.²³

Podemos apreender essa questão no capítulo que abre o primeiro volume da *Viagem pelo Brasil*. Nele, os naturalistas reservaram um espaço para descrever os assuntos programados para as suas pesquisas:

(...) foram recomendados os dois assuntos, zoologia e botânica, – aos viajantes, como dever principal; ao mesmo tempo, porém, deviam cuidar dos outros ramos científicos, tanto quanto o tempo e as circunstâncias permitissem.²⁴

Aos naturalistas bávaros foram incumbidas tarefas consideradas indispensáveis para o sucesso da expedição: Spix, que era zoólogo e doutor em medicina, encarregou-se de todo o reino animal, que era “objeto de suas observações e atividades”. Também incluiu em seu domínio

(...) tudo que diz respeito ao homem, tanto indígenas como imigrados: as diversidades, conforme os climas; o seu estado físico e espiritual, etc.; a morfologia e anatomia de todas as espécies de animais, dos inferiores aos superiores, os seus hábitos e instintos, a sua distribuição geográfica e migrações; e igualmente, fará observações sobre os restos existentes embaixo da terra, esses mais seguros documentos do passado e do sucessivo desenvolvimento da criação.²⁵

²¹ SPIX; MARTIUS, 2018, p. 24; DIENER; COSTA, 2018, p.41.

²² SPIX; MARTIUS, 2017, v. I, p. 20.

²³ LISBOA, Karen Macknow. O Brasil dos Naturalistas Spix e Martius: Taxonomia e sentimento. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 22, nº 1, jan/jun 2009, p.180.

²⁴ SPIX; MARTIUS, 2017, v. I., p.21.

²⁵ SPIX; MARTIUS, 2017, v. I., p.21

Martius, que era médico e doutor em Botânica, ficou encarregado de pesquisar sobre a flora tropical, descobrindo prováveis origens das famílias, levando em consideração os fatores climáticos e geológicos. A ele também foi indicada a coleta de dados a respeito do cultivo de plantas nativas, das introduzidas, das que são úteis para as “artes e indústrias” e medicamentos vegetais.²⁶

Embora os dois assuntos principais fossem a zoologia e a botânica, as áreas respectivas de especialização de Spix e Martius, estes deveriam ser dotados de um saber abrangente. Também era dever dos naturalistas remeter à Academia pesquisas que fossem concernentes às mais diversas áreas: a mineralogia, a geologia, a física, a química, a filologia, a história.²⁷

Em 28 de janeiro de 1817, Spix e Martius receberam o aviso que deveriam viajar o quanto antes para Viena, pois o navio no qual viajariam zarparia em breve. Com isso, enviaram rapidamente para Trieste todos os livros que julgaram indispensáveis, diversos tipos de instrumentos, botica portátil e mais utensílios importantes para a viagem. Após finalizarem os últimos preparativos, partiram de Munique no dia 6 de fevereiro. Quatro dias depois chegaram em Viena e tiveram a oportunidade de conhecer os seus outros companheiros de viagem.

A comitiva austríaca foi composta, inicialmente, pelo zoólogo Johann Natterer (1787-1843), pelo botânico Heinrich Wilhelm Schott (1794-1865) e pelo caçador imperial Dominik Sochor (17??-1826), que seria o assistente. Porém, logo depois, outras personalidades do mundo acadêmico europeu foram incorporadas na equipe, sendo elas: Johann Christian Mikan (1769-1844), professor de História Natural da Universidade de Praga e o médico Johann Baptiste Emanuel Pohl (1782-1835). Destaca-se também a presença do pintor de paisagens Thomas Ender (1793-1875) e do pintor de plantas Johann Buchberger (17??-1821), os quais seriam os responsáveis pelo registro visual da expedição.²⁸

Os integrantes da comitiva austríaca e bávara foram divididos em dois grandes grupos e acomodados em duas fragatas: a *Augusta* e a *Áustria*. Os expedicionários bávaros viajaram nessa última. Ambas deveriam fazer a viagem juntas e seguirem até Gibraltar e, ali, esperariam a chegada da arquiduquesa austríaca. Em 10 de abril, às duas horas da madrugada, as âncoras da fragata *Áustria* foram levantadas. Iniciou-se a viagem marítima em direção ao Brasil.²⁹

²⁶ DUARTE, Roberta; SAMPAIO, Patrícia. *Barbárie e Civilização: imagens dos índios a partir dos relatos de viagem no Rio de Janeiro do século XIX. Relatório Final – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica*, UFAM, 2015, p. 13.

²⁷ KODAMA, 1999, p. 20.

²⁸ SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 22-23; Idem, 2018, p. 23-24.

²⁹ SPIX; MARTIUS, 2017, v. I, p. 24-25.

Após meses em alto-mar, a fragata ancorou próximo a entrada do porto do Rio de Janeiro às cinco horas da tarde do dia 14 de julho de 1817. A conclusão da viagem marítima foi marcada pelo “troar dos canhões” e pela “irrupção da música de guerra”. Finalmente, chegaram ao lugar à qual estavam “destinados”.³⁰ E foi assim que se iniciou a longa jornada, de quase três anos, pelos territórios da chamada América Portuguesa.

1.2. A viagem ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro

No relatório de prestação de contas datado de 6 fevereiro de 1819 e enviado direto da Bahia, os naturalistas Spix e Martius já demonstravam o orgulho que sentiam ao dizer a Maximiliano José I que estavam empreendendo a primeira expedição bávara em uma “longínqua parte do planeta”, como apontaram. Mais de um ano após o início da viagem, eles estavam tão firmes e dispostos a continuarem realizando tal feito que diziam que não se importavam com os obstáculos que estavam sendo colocados no caminho. Inclusive, deixam claro que eles estavam até mesmo negligenciando a própria saúde. Afinal, chegou um momento do percurso que a saúde de ambos ficou bastante fragilizada. Porém, eles acreditavam profundamente que essa viagem teria uma forte contribuição para a ampliação das ciências e, por isso, colocariam essa expedição “nos anais da nossa era”.³¹

Visitar regiões da América Portuguesa, até então pouco exploradas, era o principal objetivo que animava os naturalistas bávaros. Ao mesmo tempo, ambos sabiam que era uma viagem cheia de perigos. E ao pensarem nas localidades a serem percorridas, consideraram os trajetos que já haviam sido seguidos por outros viajantes e elaboraram um itinerário no qual pudessem ir além de tais regiões já visitadas e descritas. A previsão era atingir o extremo norte do país, cruzando o interior do Brasil. No entanto, os planos de viagem dos naturalistas foram postos em dúvida por seus amigos que se diziam conhecedores do país e comparavam ao mito grego do “voo de Ícaro”. Eles acreditavam que essa expedição era muito difícil de ser executada. Spix e Martius não deram ouvidos aos comentários e diziam que seus amigos não conseguiriam abalar a confiança que eles tinham neles mesmos, pois tinham esperança no êxito dessa jornada.³²

Uma questão importante é que se os expedicionários bávaros atravessaram o oceano fazendo parte da comitiva austríaca, não demorou muito para se separarem dela. Alguns dos seus colegas só conseguiram desembarcar no Rio de Janeiro em novembro de 1817, por conta

³⁰ SPIX; MARTIUS, 2017, v.I, p. 43; idem, 2018, p. 92.

³¹ Idem, 2018, p. 196-197

³² Cf. Idem, 2017, v. I, p.131-132

desse atraso a embaixada imperial decidiu que a comitiva austríaca permaneceria mais um tempo na região. Porém, Spix e Martius não estavam dispostos a postergar por mais tempo a viagem pelo interior do Brasil e decidiram se separar dos seus companheiros austríacos e seguiram em expedição de forma independente. Ainda assim, mantiveram boas relações com os representantes diplomáticos da Áustria e estes continuaram auxiliando-os em questões burocráticas da viagem.³³

Como a entrada de estrangeiros em algumas províncias só eram liberadas com a apresentação de cartas de autorização do governo luso-brasileiro, prontamente, a embaixada imperial austríaca conseguiu as cartas e passaportes necessários para a locomoção dos naturalistas bávaros. Uma vez que a Baviera ainda não possuía representante diplomático na sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.³⁴

Com certa autonomia financeira e seguindo as instruções da Real Academia de Ciências da Baviera, Spix e Martius iniciaram a expedição científica no dia 8 de dezembro de 1817. Auxiliados por tropeiros e guias nativos, percorreram mais de quatorze mil quilômetros. Ao saírem do Rio de Janeiro, seguiram para São Paulo. De lá, partiram para Minas Gerais, onde visitaram a região de Vila Rica (hoje Ouro Preto) e do Distrito Diamantino. Continuaram a viagem seguindo pelo sentido norte, adentrando ainda mais o interior do Brasil. Transpuseram as margens do rio São Francisco e alcançaram o vão do Paranã, localizado na fronteira da província de Goiás. Retornaram ao litoral, onde cruzaram a Bahia. Em novembro de 1818, visitaram a cidade de Salvador. Por mar navegaram por Ilhéus. Quando voltaram a Salvador, iniciaram uma nova etapa na viagem. Nessa etapa percorreram Pernambuco, Piauí e Maranhão. Entretanto, ao serem assolados por febres e se encontrarem enfraquecidos, fizeram uma breve pausa para se recuperar em São Luís. Em julho de 1819, navegaram em direção a Belém para empreender a viagem pelos rios amazônicos. Durante oito meses pesquisaram as imediações dos rios Amazonas, Solimões, Negro e Japurá, chegando a alcançar as fronteiras dos atuais Peru e Colômbia. Depois disso, regressaram a Belém em abril de 1820, de onde partiram de volta à Europa.³⁵

Mary Louise Pratt destaca que, a partir da segunda metade do Setecentos, estabeleceu-se uma nova tendência de exploração e documentação dos interiores continentais, não apenas por navegação costeira como ocorria. Essa tendência foi ganhando força ao longo dos anos,

³³ SPIX; MARTIUS, 2017, v. I, p. 133; Idem, 2018, p. 27.

³⁴ Idem, 2017, v. I, p. 133; Idem, 2018, p. 27-28.

³⁵ Idem, 2018, p. 26; LISBOA, 1997, p. 22.

estendendo-se pelo século XIX, transformando a exploração do interior dos territórios visitados num dos principais objetos das energias e imaginação expansionistas europeias.³⁶

Assim sendo, é importante destacar que a região do Estado do Grão-Pará e Rio Negro era o lugar que mais despertava o desejo de exploração de Spix e Martius. Na verdade, essa região foi (e ainda é!) muito almejada por inúmeros viajantes ao longo dos séculos, os quais tinham os mais diferentes objetivos. No plano inicial dos nossos naturalistas, essa região foi esboçada como o ponto no qual encerraria a expedição. E, realmente, foi onde ela foi finalizada. E é sobre todas as dificuldades, preparativos, montagem e execução dessa nova e última etapa da viagem que iremos nos debruçar a partir de agora.

Quando estavam em Minas Gerais, no primeiro trimestre de 1818, Spix e Martius informaram ao Barão von Neveu, o encarregado dos negócios da Áustria no Brasil, sobre o desejo que tinham de viajar pela capitania do Pará. Assim, solicitaram as licenças oficiais para visitar tanto essa província como também as que deveriam passar para chegar à região. Em fevereiro de 1819, quando passavam um tempo na Bahia, eles receberam várias cartas endereçadas tanto da Baviera quanto do Rio de Janeiro. Algumas delas eram as licenças que tinham sido solicitadas e que os permitiam entrar e percorrer algumas províncias. Porém, foram surpreendidos ao verificarem que entre as cartas de autorização não se encontrava nenhuma do governador do Grão-Pará.³⁷

Nesse momento, ambos foram informados da publicação de um decreto real que proibia a entrada de todos os estrangeiros em territórios localizados nas fronteiras, como Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. O que dificultava, ainda mais, a execução e o sucesso do trajeto tal como foi pensado. A partir dessa notícia eles tiveram que alterar consideravelmente o plano de viagem que tinham traçado quando ainda estavam na fronteira de Goiás:

(...) pretendíamos, visto o interesse que a navegação pelo rio Tocantins até o Pará nos proporcionaria, viajar, através da província da Bahia, até ao rio São Francisco pelas capitanias do rio Preto, via Duro, ponto de entrada de Goiás, para Natividade e Porto Real, onde devíamos embarcar no Tocantins, em direção ao Pará.

Mesmo tendo os pedidos de licença negados, Spix e Martius não desistiram totalmente da rota final da expedição. De forma independente, endereçaram uma petição a Dom João VI na qual solicitavam que o governo luso-brasileiro lhes desse as autorizações que os permitiria viajar pelo Grão-Pará. Uma das justificativas utilizadas era a “importância científica da

³⁶ PRATT, 1999, p. 53-54

³⁷ SPIX; MARTIUS, 2017, v. II, p. 269-270.

comparação do terreno, desde o Trópico de Câncer até ao Equador.”³⁸ E essa possibilidade de comparar diferentes elementos foi ressaltada logo nos momentos dos preparativos da viagem, ainda no Rio de Janeiro em novembro de 1817. Segundo eles,

(...) nesta viagem por uma parte da zona temperada, assim como por toda a zona quente sul, esperávamos conhecer nesta última os seus variados produtos e poder fazer interessantes comparações com a natureza das diversas latitudes.³⁹

Pouco mais de duas décadas antes, o naturalista prussiano Alexander von Humboldt (1769-1859) começou a elaborar o que seria sua nova compreensão da natureza. Distanciando-se de outros estudiosos, que primavam o entendimento a partir dos números e da matemática abstrata, Humboldt via na comparação o meio principal e essencial para se compreender a natureza. Andrea Wulf (2015) observa que ele interpretava “o mundo natural como um todo unificado que é animado por forças interativas” e acreditava que se todas as coisas estão conectadas seria fundamental “examinar as diferenças e similaridades sem jamais perder de vista o todo”.⁴⁰

Humboldt também é visto como o interlocutor mais influente no processo de “reimaginação e redefinição” da América, em especial da América do Sul. Seus escritos, produtos derivados da viagem que iniciou em 1799, tornaram-se as principais fontes das novas visões sobre o continente, principalmente sobre a visão positiva acerca da natureza americana. Uma nova visão que celebrava a natureza do Novo Continente e não mais a inferiorizava.⁴¹ Nesse sentido, podemos aproximar os planos de comparação de Spix e Martius com essa nova dinâmica de compreensão do mundo natural.

Outro argumento utilizado pelos naturalistas para conseguirem as licenças desejadas foi a de que, ao longo do caminho, eles também estavam atendendo a população dando algum tipo de assistência médica. Após o envio da petição, Barão von Neveu ficou responsável por notificá-los a respeito de qualquer resposta dada pelo rei Dom João VI. Porém, por não terem em mãos as licenças que queriam, eles tiveram que fazer algumas mudanças significativas no percurso que tomariam numa tentativa de ganhar tempo até obterem uma resposta definitiva do rei. Os novos planos de viagem são resumidos da seguinte maneira: “resolvemos então,

³⁸ SPIX; MARTIUS, 2017, v.II, p. 270

³⁹ Idem, v.I, p. 132.

⁴⁰ WULF, Andrea. *A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. Tradução: Renato Marques. – 1ª Ed. São Paulo: Planeta, 2015, p. 56.

⁴¹ PRATT, 1999, p. 196; 212.

aproximar-nos quanto possível da almejada meta da nossa viagem, pelo caminho da terra, e esperar no Maranhão, a licença, que nos permitisse viajar pela província do Pará.”⁴²

Dessa maneira, Spix e Martius deixaram a Bahia e continuaram seu novo percurso da viagem. Quando chegaram em São Luís, em julho de 1819, encontraram aquilo que desejaram por tanto tempo: as tão sonhadas licenças para viajar pelo Grão-Pará. Assim, encurtaram a viagem no Maranhão para aproveitarem os meses de agosto e setembro para navegarem pelo rio Amazonas. Em 20 de julho, embarcaram no navio de guerra português *Prontidão*, nele seguiram viagem para o Pará e adentraram “aquela terra de promessa”.⁴³

Depois de muitos contratempos autorizações de viagem negadas, finalmente, os naturalistas acreditavam que “a mais rica e maravilhosa natureza, que se estende sob a benção do sol equatorial” estava acessível a eles. Eles sentiam-se animados e ansiosos com a ideia de poderem adentrar as imensas matas e, com isso, estarem “onde o homem primitivo da América vive no imutável hábito de vida da natureza hereditária.”⁴⁴

1.3. Spix e Martius em Santa Maria de Belém do Grão-Pará

Spix e Martius desembarcaram na cidade de Belém no dia 26 de julho de 1819. Finalmente, iriam conhecer o “longamente almejado” território do Estado do Grão-Pará. Eles se regozijavam com o fato de terem conseguido cumprir uma meta que, por vezes, pareceu quase impossível de ser alcançada. Eles haviam percorrido milhares de quilômetros, visitado várias cidades, entrado em contato com os mais variados costumes e coletado diversas informações sobre diferentes assuntos. Com isso, diziam estar com “a mente repleta de maravilhosos aspectos”.⁴⁵ Ainda na leitura das primeiras páginas do terceiro volume da *Viagem*, podemos perceber como estar na região pareceu ter feito muito bem aos naturalistas, inclusive, ajudando numa melhora do estado de saúde deles:

Rejuvenescidos e fortalecidos, pulsava-nos o sangue com mais ardor, mais rápidos eram os nossos movimentos, com maior disposição nos púnhamos à mesa e com espírito mais claro apreciávamos o esplendor que nos cercava. [...] A grandiosa harmonia das forças cósmicas, presente em toda a parte aqui, símbolo do dever moral do homem, enchia-nos de nova coragem, de agradáveis esperanças e daquela serenidade de alma que perdêramos na luta contra tantas fadigas e empecilhos.⁴⁶

⁴² SPIX; MARTIUS, 2018, p. 193; Idem, 2017, v.II, p. 270

⁴³ SPIX; MARTIUS, 2018, p. 217-218; SPIX; MARTIUS., 2017, v.II, p. 390.

⁴⁴ Idem, 2017, v. II, p. 390; 414.

⁴⁵ Ibidem, p. 413.

⁴⁶ Idem, 2017, v. III, p.17; 23.

Logo após o desembarque em Santa Maria de Belém do Grão-Pará, os naturalistas foram visitar o governador e capitão-general Antônio José de Souza Manuel de Meneses, o conde de Vila Flor. Ele os recebeu com “as mais cordiais boas-vindas, não só em consideração às reais cartas de recomendação”, mas também porque a expedição despertava sua simpatia e interesse científico. Segundo o relato, o conde de Vila Flor demonstrou muita “benevolência e confiança” durante toda a estadia de Spix e Martius nessa região.⁴⁷

O governador também os apresentou ao coronel Ambrósio Henriques, o qual ficou responsável por cuidar das hospedagens dos viajantes enquanto estivessem na cidade. Dessa forma, eles passaram alguns dias hospedados num lugar citado como Rocinha⁴⁸, que seria uma casa de campo que ficava a aproximadamente quinze minutos de distância da cidade de Belém e era propriedade de Henriques. Eles descrevem essa residência como um “vasto quadrilátero” com muitos aposentos e que também tinha a presença de “senzalas para diversas famílias de pretos, criados desta bela propriedade”. Havia também a presença de uma espaçosa horta e de um pomar. Aos olhos dos naturalistas, esse lugar oferecia todos os “encantos da solidão”.⁴⁹

Os naturalistas relembram o ambiente de hospitalidade que os cercou logo após a chegada deles em Belém. Segundo relatam, as relações sociais que se firmaram no lugar foram muito amistosas e de fundamental importância para a obtenção de informações que os auxiliou a entender questões da região e, até mesmo, para pensar no novo roteiro da expedição. Além de Ambrósio Henriques e do Conde de Vila Flor, os naturalistas foram apresentados a diversos círculos familiares da cidade. Conforme indicam, as diversas provas de benevolência para com eles tornaram esses laços sociais inolvidáveis, nos quais encontraram tanto divertimento quanto ensinamentos.⁵⁰

Spix e Martius também conheceram Romualdo Antônio de Seixas, o vigário-geral do Grão-Pará e futuro arcebispo da Bahia, o qual forneceu “interessantes informações sobre os indígenas e os brasileiros dos sertões do Pará e do Rio Negro”. Para Martius, essa relação tornou-se tão importante que, mesmo após a expedição, os dois continuaram se correspondendo por cartas. Outra pessoa notável que os naturalistas tiveram a oportunidade de conhecer em

⁴⁷ SPIX; MARTIUS, 2017, v. II, p. 413.

⁴⁸ “Esse tipo de edificação era característico de Belém e usualmente construído desde o final do século XVIII. Tal como as chácaras, as rocinhas localizavam-se nos subúrbios, em terrenos amplos e ajardinados onde também se cultivavam hortas e pomares e se criavam animais para consumo familiar. Mas diferentemente daquelas, as rocinhas tinham um partido arquitetônico sui generis: as casas eram posicionadas no centro do terreno e distinguíam as áreas de convívio social das áreas destinadas à intimidade da família.” Cf. FLOREZ, Lilian Suescun; SANJAD, Nelson; OKADA, Wanda. Construção do espaço museal: ciência, educação e sociabilidade na gênese do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi (1895-1914). *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 26, e15, 2018, p. 5-6.

⁴⁹ SPIX; MARTIUS, 2017, v. II, p.413; v.III, 18.

⁵⁰ Idem, 2017, v. III, p. 23.

Belém foi o físico-mor do Estado do Grão-Pará, o Dr. Antônio Correia de Lacerda. Nesse período, Lacerda era o diretor do Jardim Botânico do Grão-Pará. A aproximação deste com Spix e Martius se deu por conta das áreas de estudos em comum, o que favoreceu o estreitamento desse laço de amizade.⁵¹

Outra personalidade com quem os naturalistas desenvolveram algum tipo de relação foi com o italiano Francisco Ricardo Zany. Este foi descrito por eles como um “capitão de milícias, hoje chefe do estado-maior”⁵². Oriundo de Livorno, o Coronel Zany já estava há mais de uma década domiciliado na região do Rio Negro. Era casado com Josefa Perpétua, filha de Joaquim José Vitória da Costa, o governador do Rio Negro entre os anos de 1806 e 1818. Zany alcançou o posto de comandante militar do Rio Negro e as tropas que estavam sob seu comando tinham um raio de ação muito extenso e variado. Nas vilas, eram responsáveis pelo policiamento e vigilância dos edifícios públicos. Fora delas, faziam patrulhas contra os indígenas considerados hostis, acompanhavam viajantes que se dirigiam aos rios afastados e tinham como tarefa a realização dos descimentos, os quais levavam os indígenas livres para o interior das povoações.⁵³

Zany também era dono de diversas propriedades, em especial de uma fazenda localizada no Manaquiri (Manacaru, no original), nas proximidades da Barra do Rio Negro (hoje Manaus). Partindo da Barra, a viagem demorava apenas um dia. Inclusive, Spix e Martius fizeram o trajeto para visitar esse local em outubro de 1819. A estrutura dessa fazenda contava com diversas cabanas que serviam de armazéns, a fiação e a forja, no outro lado ficavam as senzalas dos escravos e dos indígenas.⁵⁴ No interior dessa propriedade, havia a produção de vários tipos de itens para serem comercializados:

Fabricavam-se aguardente, açúcar, farinha, telhas, tecidos grossos de algodão e redes. Entre suas plantações, contavam-se também café, cacau, tabaco, milho e arroz. A propriedade ainda possuía um rebanho de 141 animais entre cabras, carneiros, porcos e gado bovino. Produzia também carne seca e peixe seco nas suas feitorias. Para essa última atividade, utilizava-se do trabalho dos índios Mura como outros proprietários da região. Esses índios estabeleciam os pesqueiros, capturavam e preparavam as salgas de peixe. [...] Zany também empregava em sua propriedade índios Passés, Juris e Macunás conforme mencionaram Spix e Martius.⁵⁵

A respeito desse último ponto, ao pesquisar os inventários *post-mortem* de Ricardo Zany e comparar com as informações descritas por Spix e Martius, Melo argumenta que a maioria

⁵¹ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 23-24.

⁵² Ibidem, p. 47.

⁵³ SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EDUA, 2011, p. 109-110; SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 202.

⁵⁴ SPIX; MARTIUS; op. cit., p. 210.

⁵⁵ SAMPAIO, 2011, p. 109-110

dos trabalhadores dessa fazenda era composta por indígenas. A autora ainda demonstra como a trajetória de formação da fortuna de Zany estava cercada de polêmicas. De forma resumida, existiam diversas denúncias sobre a participação do italiano nas agarranças ilegais de indígenas que eram feitas nos sertões do Rio Negro nas primeiras décadas do Oitocentos. Além disso, esse processo ilegal também seria feito a mando do governador do Rio Negro que também era sogro de Zany.⁵⁶

Entretanto, pelo fato de já ter realizado diversas viagens pelo rio Amazonas, Zany mostrou-se um guia seguro para os bávaros. Além disso, nos sete meses em que Martius empreendeu a expedição de forma separada de Spix, Zany tornou-se um grande companheiro de viagem nessa etapa.

O companheirismo entre o italiano e o naturalista bávaro foi algo tão marcante que Zany foi transformado num dos três protagonistas principais do livro “Frey Apollonio”, único romance escrito por Martius⁵⁷. Nesse romance, Martius dedicou um capítulo inteiro para falar do seu amigo. No capítulo intitulado Riccardo, o naturalista Hartoman, alter-ego de Martius, expõe de forma bastante elogiosa as características que admirava em Ricardo Zany.

Sua inteligência viva, comprovada e aguçada através de múltiplas experiências, bem como a mobilidade alegre e despreocupada de espírito, característica nacional dos italianos, tornavam-no um companheiro de viagem agradável e ao mesmo tempo útil, dada a sua coragem e o evidente conhecimento da região a ser visitada.⁵⁸

Martius também usou o espaço do seu relato de viagem para demonstrar a estima que tinha por Zany e para relatar o que havia acontecido com ele após o retorno dos naturalistas para a Europa:

Prevaleço-me da oportunidade de poder manifestar publicamente a esse meritíssimo amigo os meus sentimentos de alta consideração e reconhecimento. Quando, pouco depois do nosso regresso à pátria e da partida do Governador-geral, Conde de Vila Flor, para o Rio, tempestades políticas abalaram as províncias do Pará e Rio Negro, Zani estabeleceu, em diversos pontos do Amazonas, posições fortificadas, e, por sua coragem e perseverança, contribuiu grandemente para a pacificação daquelas regiões, valor que lhe mereceu uma Comenda da Ordem de Cristo e a confiança do

⁵⁶ SAMPAIO, 2011, p. 110-111.

⁵⁷ Nos anos 1990, Erwin Theodor descobriu a existência do manuscrito original do romance ao visitar a *Bayerische Staatsbibliothek* (Biblioteca Estadual da Baviera). Encontrado na seção de manuscritos da Coleção Martiusiana, ele é composto de um volume de 314 páginas e que foi redigido em grafia gótica. Theodor encontrou esse documento no meio de diversos escritos de Martius que ainda não estavam catalogados na época. Como consequência, esse texto passou mais de um século desconhecido, tanto do público alemão quanto do restante do mundo. Mas, no ano de 1992, a tradução em português feita pelo próprio Theodor foi lançada no Brasil pela Editora Brasiliense.

⁵⁸ MARTIUS, Carl Friedrich von. *Frey Apollonio: um romance do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005, p. 7.

Imperador D. Pedro que o encarregou agora, como coronel, da formação do regimento de milícias.⁵⁹

Dessa maneira, destacar a presença de Zany ao lado dos naturalistas é muito importante, afinal, ele acabou contribuindo para o sucesso da expedição bávara na região amazônica.

Como a residência em que estavam hospedados era bem próxima da cidade, os naturalistas mencionam que isso possibilitava que eles pudessem passar o dia fazendo as suas investigações científicas pela área e quando concluía, à tarde, iam encontrar esses vários amigos ou mesmo os recebiam nessa casa. Segundo o relato, o clima que cercava essas reuniões era de alegria. Além disso, esses encontros eram animados com músicas, pois contavam com a presença de um flautista vindo de Caiena (hoje a capital da Guiana Francesa). “Podíamos até considerar-nos moradores da cidade”, esse é o sentimento registrado no relato da expedição.⁶⁰

Mas se o ambiente de hospitalidade foi enaltecido, os perigos à saúde também não deixaram de ser registrados. Nesse mesmo período, Spix e Martius relatam que presenciaram uma cidade em estado de “intensa dor e consternação” por conta de uma epidemia de varíola que assolava a região. Segundo apontam, no auge da epidemia morriam de 30 a 40 pessoas por dia, resultando em mais de três mil mortes em menos de um ano. As populações indígenas acabavam sendo as maiores vítimas dessa doença. De acordo com Martius, ainda que em anos anteriores tivessem tido outros episódios de epidemias semelhantes, nunca tinha sido tão violenta quanto foi no ano de 1819.⁶¹

Spix e Martius permaneceram na cidade de Belém por apenas um mês. Nesse período, eles aproveitaram para percorrer os arredores da cidade buscando investigar tudo o que era possível acerca da fauna e flora local. Eles apontam que em apenas alguns passeios já puderam apreender que estavam em um solo muito diferente de qualquer outro que haviam percorrido antes. Por envolver percursos que apresentavam muitos perigos aos viajantes, a companhia de indígenas era sempre sugerida para a realização dessas pequenas excursões.⁶²

⁵⁹ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 361.

⁶⁰ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 24.

⁶¹ Idem, 2018, p. 235; Idem, 2017, v. III, p. 29.

⁶² Sobre esses perigos, Martius menciona que num passeio feito pela região acabou se separando do grupo e ficou por horas perdido no meio de um brejo na Ilha das Onças. Ele narra que estava tão encantado olhando as aves que se encontravam perto de uma lagoa, que foi se afastando do grupo e adentrando os escuros trechos das matas próximas. Porém, quando se deu conta que estava sozinho e quis retornar já não sabia qual caminho deveria tomar. Dessa maneira, as horas foram passando e a noite foi se aproximando. Sem nenhuma arma para se defender, ele conta que só restava “ficar quieto e a fazer contínuos chamados e bater na lata de herborizar para pedir socorro”. A noite chegou e, com isso, ele esperava que Spix tivesse notado sua ausência e mandasse a ajuda necessária. De fato, Spix enviou alguns indígenas para resgatar seu companheiro de viagem. Martius foi encontrado com o corpo cheio de sangue por conta dos espinhos da palmeira em que ele subiu para se proteger. Cf: Idem, 2017, v. III, p. 74.

Um episódio que ocupa algumas páginas dos primeiros capítulos da *Viagem* é o momento no qual os expedicionários vão em busca de presenciar o fenômeno da pororoca. Na tarde do 6 de agosto de 1819, numa tentativa de observar esse acontecimento bem de perto, Spix e Martius seguiram numa canoa equipada com quatro indígenas em direção a freguesia de São Domingos. Eles narram que os indígenas costumavam considerar a pororoca como uma “obra dos maus espíritos” e apontam que muitos desses homens tinham um “ridículo pavor de fantasmas”, reforçando a ideia de que eles tinham a “crença em fatos inverossímeis e extraordinários”. Porém, a noite nublada transformou a excursão numa viagem “penosa e demorada” e, assim, resolveram adiar esse passeio. Martius descreve que, nove meses depois, ele teve a oportunidade de visualizar sozinho esse fenômeno que durou menos de meia hora.⁶³

No curto tempo em que estiveram em Belém, Spix e Martius percorreram e exploraram as matas que existiam em torno da cidade. Dessa forma, as muitas horas dedicadas às investigações científicas acabaram possibilitando a obtenção, e posteriormente a catalogação, de diversas plantas e animais que antes eram desconhecidos dos estudiosos. A região amazônica se apresentava como um verdadeiro paraíso para os naturalistas, como mais tarde registrou o naturalista inglês Henry Walter Bates.⁶⁴

Na descrição que fizeram sobre Belém, a natureza local não foi a única que mereceu destaque no relato da expedição. Spix e Martius dedicaram um espaço para apresentar ao leitor como eles visualizavam a composição da população da cidade. Nesse momento, temos a oportunidade de entrar em contato com uma primeira descrição mais detalhada feita pelos expedicionários acerca das populações indígenas que habitavam a cidade de Belém e arredores. Para fins dessa pesquisa, o objetivo do próximo tópico é abordar como os povos indígenas de Belém são descritos e apresentados pelos bávaros.

1.4. A população indígena de Belém, segundo Spix e Martius

No relatório enviado ao rei Maximiliano I, e datado de 6 de outubro de 1820, Belém foi descrita como uma “cidade ainda mediana, bastante rústica” e que tinha uma população estimada em aproximadamente 24.500 almas. Porém, no *Viagem pelo Brasil*, nos é advertido que esse número era incerto uma vez que ainda não tinha sido feito um “recenseamento rigoroso”. Além disso, Spix e Martius deixaram claro que os dados utilizados por eles foram

⁶³ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 81-85.

⁶⁴ BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, v. 237, 1941, p. 84.

disponibilizados por um eclesiástico que “com grande cuidado” analisou algumas “fontes imperfeitas”. Entretanto, não mencionaram quais fontes eram essas e nem o nome do responsável por ter feito tal compilação.⁶⁵

Os naturalistas apresentam os habitantes de Belém a partir de uma hierarquia social e dividindo-os em quatro categorias: brancos, mestiços, negros e indígenas. Portanto, iniciaremos apresentando brevemente a rápida exposição que os naturalistas fizeram sobre as três primeiras categorias e, em seguida, buscaremos expor de forma mais detalhada a descrição feita sobre as populações indígenas. É importante ressaltar esse último ponto, afinal, nessa parte do relato os indígenas receberam o destaque nessa exposição.

Conforme apontam, no topo da hierarquia estariam presentes os “brancos” e estes se denominavam dessa maneira, ainda que “com mais ou menos razão”, pois ainda se valiam de certa “origem europeia”. E ressaltam também que em Belém “o número de habitantes da alta burguesia de sangue europeu puro é relativamente maior do que em outras” cidades.⁶⁶ Abaixo da população branca estariam as famílias de “origem mestiça”⁶⁷, os “cafuzos”, que são descritos como aqueles que seriam a “maioria misturados com sangue indígena”.⁶⁸ Sobre a presença da população negra na região, os expedicionários bávaros salientaram que diferente de outras cidades, eram “menos numerosos os mulatos e negros”⁶⁹ porque até meados da primeira metade do século XVIII “se empregavam exclusivamente índios para o serviço da lavoura e obras públicas.”⁷⁰

Sobre as populações indígenas, Spix e Martius declaram que estes constituíam “a classe mais baixa da população” da cidade de Belém. Ainda que vistos à margem da sociedade, os indígenas formavam uma “numerosa classe do povo” no Estado do Grão-Pará. Conforme apontam, os indígenas que viviam em Belém e arredores eram os “índios mansos, restantes da antiga população indígena, que ficaram entre os imigrados”. São descritos como “semicivilizados, sem conhecimentos, nem instrução, nem ambição” e que viviam apenas para

⁶⁵ SPIX; MARTIUS, 2018, p. 234; Idem, 2017, v. III, p. 31; 55

⁶⁶ SPIX; MARTIUS, 2017, v.III, p. 30.

⁶⁷ Jocélio Teles dos Santos demonstra que a utilização do termo “mestiço”, durante o período colonial, tornou-se uma “possível ilusão de sentidos”. Afinal, o mestiço podia ser tanto o indivíduo oriundo da mistura entre brancos, pretos e indígenas, quanto àqueles com uma origem “de difícil discernimento colonial”. Assim, o indivíduo mestiço era visto como “passível de ser fruto de origens diversas”. Cf. SANTOS, Jocélio Teles dos. “De Pardos Disfarçados a brancos Poucos Claros: Classificação Racial no Brasil dos séculos XVIII e XIX”. *Afro-Ásia*, pp. 115-137, 32 (2005). p. 119-120.

⁶⁸ SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 30.

⁶⁹ No original: “Die Mulatten und Neger sind minder zahlreich (...)”. Cf. SPIX; MARTIUS. *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817-1820*. München: bei dem Verfasser. Leipzig, in Comm. bei Friedr. Fleischer, 1831, v.III, p. 902.

⁷⁰ Idem, 2017, v. III, p. 30.

satisfazerem suas “poucas necessidades”, entre elas: o *dolce far niente*, as mulheres e o consumo da cachaça.

Sobre essa questão do consumo de álcool entre os indígenas, João Azevedo Fernandes discute qual o lugar e impacto das bebidas alcoólicas nas populações indígenas e demonstra como o estudo da experiência etílica nas sociedades ameríndias pode tornar-se um objeto privilegiado de análise para se entender uma dinâmica de contato no qual os indígenas e suas culturas são vistos também como “agentes ativos” em todo o processo. Segundo Fernandes,

(...) a partir de uma forma de utilização eminentemente ritual, fortemente relacionada às atividades xamanísticas e ao papel social e metafísico das mulheres, as bebidas alcoólicas assumem, com a chegada dos europeus, uma dimensão que, em muitos casos, mostrou-se catastrófica e desagregadora para as sociedades indígenas, servindo mesmo como uma arma conscientemente utilizada pelos agentes do colonialismo.⁷¹

Em diversos momentos da expedição os próprios naturalistas bávaros usaram a cachaça como um elemento para troca de favores, serviços diversos e, também, como forma de buscar proteção com os indígenas. Para eles, o álcool tinha o “salutar efeito” de tornar os indígenas “alegres, sociáveis e ativos”. Martius chamava a cachaça de “poderosa panaceia para todas as disposições de ânimo do índio”.⁷²

Sobre os indígenas que viviam mais afastados da cidade, os quais são chamados de “famílias isoladas de índios”, Spix e Martius relatam que “as águas piscosas, o pedacinho de terreno fértil em volta da palhoça” pareciam ser o suficiente para eles. Os naturalistas acreditavam que essa vida de “simplicidade, ingenuidade e isolamento” dessas populações se constituía num “poderoso obstáculo para todo o desenvolvimento político da província do Pará.” Isso se dava porque, segundo eles, os indígenas pouco se importavam ou pouco tinha noção “do Estado e das suas obrigações para com ele.” Por conseguinte, o “nível baixo de critério e instrução” fazia com que os indígenas não desenvolvessem uma espécie de sentimento de “sacrifício para o bem geral”.

A vida de uma corte, as despesas de administração e justiça regradas, as relações exteriores de um Estado, são coisas para ele desconhecidas, e os impostos cobrados pelo governo para esses fins parecem-lhe infundados. Cada taxa ou qualquer outra contribuição oficial, ele considera-as opressivas; toda ocasião para se esquivar é oportuna e justificada; ele foge do serviço no exército ou na esquadra, como de uma escravidão injustamente infligida.⁷³

⁷¹ FERNANDES, João Azevedo. Cauinagens e bebedeiras: os índios e o álcool na história do Brasil. *Revista Antropológica*. Ano 6, vol.13 (2), 2002, p. 39.

⁷² SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 133; 360

⁷³ *Ibidem*, v.III, 2017, p. 30.

Na parte urbana, os indígenas também constituíam “considerável parte da população”. Spix e Martius mencionam que mesmo com o aumento da importação de escravos africanos no Grão-Pará, após a proibição da escravidão indígena com a lei de Liberdade dos Índios em 1755, a principal mão de obra utilizada no território continuava sendo a dos indígenas.⁷⁴ O principal propósito era “tornar os índios úteis e lucrativos com a menor despesa possível”.⁷⁵ Nesse sentido, era comum encontrá-los ocupando diferentes setores do mundo do trabalho.

De acordo com Spix e Martius, o serviço doméstico era “feito quase sempre pelos índios”. Para eles, essa era uma das diferenças de Belém para outras cidades do Brasil. Afinal, em outras regiões, os escravos africanos eram a principal mão de obra nesses tipos de serviço. Havia também os indígenas que trabalhavam com pescaria e carregamento de mercadorias. Sobre isso, os naturalistas ressaltam que o maior aproveitamento da força de trabalho indígena para o Estado se encontrava no emprego dos indígenas em serviços de pesca, na navegação costeira e fluvial e nas obras públicas.⁷⁶

Pelo conhecimento que possuíam acerca dos grandes rios, a navegação era vista como um emprego “exclusivo” dos indígenas. Contudo, muitas vezes eles eram obrigados a exercer essa função, o que os desagradava fortemente. Assim, os viajantes enfatizavam que em viagens longas e demoradas era preciso ter bastante cuidado e atenção porque logo que encontravam uma oportunidade “os índios tentam fugir deixando barco e passageiros em apuros”. Para dar um exemplo sobre esse assunto, Martius mencionou um episódio ocorrido na década de 1750 com um antigo governador do Grão-Pará:

Conta-se que uma vez, quando o governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, fazia uma visita de inspeção de Belém à ilha de Marajó, os índios, obrigados a remar, pularam todos juntos no rio e nadaram para terra, vendo-se o capitão general e os seus oficiais coagidos a empunhar e manejar os remos.⁷⁷

Os indígenas também ocupavam diversas funções dentro do serviço militar. Os naturalistas relembram a ocasião na qual o governador-general Conde de Vila Flor, “convencido da importância de Pará e da foz do Rio Amazonas como posição militar”, instituiu um batalhão de infantaria de indígenas. A opinião que se tinha era que, entre todas as cidades costeiras da América Portuguesa, Belém era a que estava “mais exposta ao perigo de assaltos imprevistos”⁷⁸ De acordo com Shirley Maria Silva Nogueira (2009),

⁷⁴ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 31.

⁷⁵ SPIX; MARTIUS, v. III, 2017, p. 62.

⁷⁶ Ibidem, v.III, 2017, p. 63.

⁷⁷ Ibidem, v.III, 2017, p. 31.

⁷⁸ Ibidem, v.III, 2017, p. 31;38.

(...) o Conde de Vila Flor assumiu o Grão-Pará em 1817 com o objetivo de impedir a entrada de ideias revolucionárias, principalmente nas fronteiras com as colônias espanholas. Para isso, a pedido da Corte, ele impôs um intenso recrutamento aos moradores da capitania do Grão-Pará e Rio Negro, e, em setembro de 1819, iniciou o processo de recrutamento.⁷⁹

Quando visitaram Belém, Spix e Martius registraram que puderam apreciar a “precisão e perseverança nas evoluções militares”. Na época, com exceção de alguns destacamentos, a guarnição de toda a província encontrava-se reunida na cidade. Conforme indicam, “eram disciplinados e fortalecidos por contínuos exercícios de armas”. Essa guarnição militar era constituída de três regimentos de infantaria, que somavam 3.000 homens (mas só a metade estava presente no local), um esquadrão de cavalaria e um batalhão de artilharia de 300 homens. Os bávaros ainda salientam que Francisco de Sousa Coutinho, governador do Grão-Pará entre 1790 e 1803, formou com indígenas um “corpo de caçadores ligeiros”.⁸⁰ Porém, pouco depois foi dissolvido e os indígenas passaram a fazer parte da infantaria regular. Sobre essas tropas, os naturalistas ressaltam os seguintes aspectos:

(...) inferiores em estatura e aspecto marcial às forças militares europeias, certamente as superam, entretanto, em mobilidade e resistência. Um saquinho de farinha de mandioca, que o soldado raso leva consigo, assegura-lhe a subsistência por oito dias, e, pela prática que tem de andar errante dia e noite nas densas matas virgens e impenetráveis brenhas pantanosas, ele cansaria o mais forte soldado nórdico, e em guerrilha o venceria.⁸¹

Todavia, os naturalistas também criticaram o sistema que os indígenas eram submetidos para todos esses fins. Segundo eles, os indígenas eram “tirados dos aldeamentos do interior e da ilha de Marajó” várias vezes num único ano, porque o governo requisitava “bandos inteiros de índios jovens” para trabalharem na cidade. A crítica girava em torno do fato de considerar que tal sistema gerava “grandes desvantagens”:

(...) arrancando a robusta mocidade à lavoura e à vida conjugal nos aldeamentos, às vezes durante anos, e trazendo-os à capital para desacostumadas condições de serviço **estorva-se o crescimento da população e favorece-se a depravação moral e física dessa raça.**⁸²

De tal modo, os expedicionários alegavam que todos os esforços do governo lusitano em tentar levar a “civilização” aos povos indígenas pareciam não surtir efeitos. E numa exposição bem pessimista enfatizaram o fracasso desses projetos:

⁷⁹ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “A soldadesca desenfreada”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Dissertação. Salvador, 2009, p. 144.

⁸⁰ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 31;38.

⁸¹ Ibidem, v. III, 2017, p. 38.

⁸² Ibidem, v. III, 2017, p. 32. (grifo nosso).

Na verdade, para nos convenceremos da fraqueza dos projetos humanos e das dificuldades que se opõe frequentemente aos mais justos empreendimentos, consideração alguma é mais acertada do que as inúmeras desgraças que pesam sobre o desenvolvimento da raça desses peles vermelhas. Nem os **sentimentos cristãos dos reis** nem a **bem intencionada disposição dos estadistas**, nem a **proteção e o poder da Igreja** puderam levantar os índios do Grão-Pará do estado selvagem em que foram encontrados, para o benefício da civilização e do bem estar cívico: como dantes, permanece essa raça rebaixada, sofredora, sem significação no conjunto dos outros, joguete dos interesses e da cobiça de particulares, um peso morto para a comunidade, que de má vontade o suporta.⁸³

Quando chegaram nessa longínqua parte da América, os naturalistas bávaros não conseguiam enxergar resultados positivos do chamado “processo civilizador” que os povos indígenas da região foram submetidos sistematicamente desde o século XVII. Achavam que mesmo com todos os esforços civilizatórios empregados na tentativa de “estabelecer em pé de igualdade de direitos e deveres estes homens entre os demais habitantes da América”, ainda assim, os indígenas permaneciam “no mais baixo grau de civilização”. Além disso,

(...) pensara-se que os índios, quando pudessem viver com todas as prerrogativas de homens livres entre os outros cidadãos, preferissem essa condição à sua vida livre de selvagens; mas nem o caráter nem as luzes dessa desgraçada raça favorecia ainda a independência civil e, nessa impotência, não lhes restava outro alvitre, senão continuar como serventes dos brancos ou regressar às suas matas virgens.⁸⁴

Martius ainda relata que o governo voltou a recorrer ao emprego do clero para o estabelecimento de missões em algumas localidades. Sobre a região do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, especificamente, o naturalista cita a fundação de algumas das aldeias criadas e sustentadas pelo governo: a de Santo Antônio de Maripi e São João do Príncipe, localizadas no rio Japurá, e as dos indígenas Maués e Mundurucus, à margem dos rios Maué e Canomá. Porém, também é apresentado um cenário no qual tanto a falta de religiosos para atuarem nessas aldeias, quanto a pouca atenção dedicada pelos governadores a esse sistema, acabavam contribuindo para a “ruína” desses locais. Conforme registra,

Tornar os índios úteis e lucrativos, com a menor despesa possível, é ali o propósito geral. Nestas condições, é fácil compreender que os descimentos, a fim de obter índios para o serviço doméstico nunca cessaram. De fato, a lei proíbe todo ataque hostil aos índios nas suas matas; mas a arte da persuasão é permitida e não é de estranhar que muitas vezes se torne eficaz pelas armas, se é lícito levá-las consigo para a legítima defesa!⁸⁵

⁸³ SPIX; MARTIUS, 2017, v.III, p. 32 (grifo nosso)

⁸⁴ Ibidem, v. III, 2017, p. 61.

⁸⁵ Ibidem, v. III, 2017, p. 62. (grifo nosso)

No *Viagem pelo Brasil* é mencionado que um “violento ódio e invencível desconfiança da parte dos homens vermelhos” eram apenas as “naturais consequências” de todo o processo que essas populações foram submetidas décadas após décadas. Sendo assim, a opinião exposta era a de que mesmo com toda a legislação que considerava os indígenas como cidadãos livres, essas populações ainda necessitavam de uma assistência e cuidados por parte de um governo “humanitário e sábio”. Apesar disso, é levantado o seguinte questionamento: “[...] que meios estão ainda hoje à disposição do Estado, para melhorar a sorte dos desgraçados filhos de uma terra que, até aqui, em vez de benefícios só recebeu da Europa cristã, guerra e devastação?”.⁸⁶

Na nota *Descrição histórica do estado dos índios no Pará*⁸⁷, presente no *Viagem pelo Brasil*, Martius argumenta que o início do século XIX foi marcado por um momento no qual “cada índio ficou entregue a si mesmo e ao seu destino” e, mesmo assim, ainda continuavam “dependentes das raças mais civilizadas”, conforme descreve. Ele aponta que, apesar das diversas leis que garantiam a liberdade dos indígenas, esses continuavam a ser quase como “escravos explorados dos outros”. Ou, então, muitos deles fugiam dos trabalhos e isso teria tido consequências na opulência e na redução do comércio dos principais povoados antigos do sertão. Se a cidade de Belém e as vilas próximas ao oceano são descritas como lugares onde ocorreu um avanço na questão populacional e na produção de riquezas, o expedicionário descreve que a região do Rio Negro oferecia “o lastimoso espetáculo da completa decadência”.⁸⁸

De acordo com o relato, os povos indígenas da região se encontravam nas mesmas “tristes condições” de quando, ainda no século XVII, “o zeloso Antônio Vieira, o Las Casas brasileiro, elevava a sua voz a favor desses desamparados filhos da natureza”.⁸⁹ Inclusive, para Martius, o momento no qual os povos indígenas ficaram sob a tutela dos missionários, em especial dos jesuítas, foi um “período mais favorável” para essas populações. Dessa forma, argumenta que nem ele nem Spix ousavam dizer como o governo deveria lidar com os povos indígenas, mas ele acreditava que uma boa solução para melhorar as suas condições seria o retorno de uma “bem orientada atividade do clero, sem egoísmo”. Pois, dessa maneira, os indígenas iriam continuar gozando de certa liberdade, de educação e se tornariam “operosos

⁸⁶ SPIX; MARTIUS, 2017, v.III, p. 63.

⁸⁷ Nessa nota foram elencados alguns pontos que Martius considerou fundamentais para entender a questão indígena no início do século XIX. Nela, o naturalista mencionou a tutela dos missionários, em especial dos jesuítas, sobre as populações indígenas, o Diretório dos Índios implantado em 1757 e a Carta Régia de 12 de maio de 1798.

⁸⁸ SPIX; MARTIUS, 2017, v.III, p. 59.

⁸⁹ No *Viagem pelo Brasil*, o padre Vieira é descrito como um “jesuíta de caráter forte que defendeu os direitos humanos dos índios com tanta coragem” e, de certa forma, Spix e Martius reforçam essa imagem quase heroica do jesuíta. Cf. *Ibidem*, v. III, 2017, p. 32;55.

para o bem do Estado”. Contudo, o naturalista aponta que esse auxílio seria apenas uma forma de tentar deter e adiar a decadência dessas populações.⁹⁰

Na descrição de Martius ainda é mencionado que, depois de alguns anos observando diferentes povos indígenas brasileiros, ele estava convicto de não concordar com a opinião propagada acerca da sua “perfectibilidade” e acreditava que os indígenas estavam “destinados a decompor-se e sair do número dos vivos, antes de terem alcançado o mais alto grau de desenvolvimento, cujo germe está neles implantado”.⁹¹

John Manuel Monteiro (2004) relembra que entre observadores e intelectuais era comum o pessimismo com que encaravam o futuro das populações indígenas. O autor menciona que, sobretudo a partir do século XIX, a perspectiva que passou a predominar prognosticava, mais cedo ou mais tarde, o desaparecimento total desses povos. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida (2010), essa perspectiva pessimista do inevitável desaparecimento dos povos indígenas foi tão longa que, até meados dos anos 1970, essa era uma ideia que predominava até mesmo entre os intelectuais brasileiros, inclusive entre os que mais defendiam seus direitos. E ainda que denunciassem e lutassem por legislações que pudessem ser favoráveis a essas populações, apenas procuravam retardar esse processo de desaparecimento, visto por eles como algo irreversível.⁹²

Para o naturalista, a conclusão que se poderia chegar era a de que os indígenas não conseguiam suportar a “cultura mais alta” e o modelo de civilização que a Europa lhes queria inocular. E todos os meios de implantação dessa “civilização progressiva”, descrita por ele como um “elemento vital da humanidade florescente”, acabava sendo como uma espécie de “veneno letal” que quando aplicado agia de forma a dissolvê-los e destruí-los lentamente.⁹³ E esse tom bastante pessimista permeia a parte na qual a população indígena de Belém é apresentada no *Viagem pelo Brasil*.

1.5. Spix e Martius e os preparativos para as novas etapas da expedição

O relato nos permite dividir a expedição de Spix e Martius pelo Estado do Grão-Pará e Rio Negro, basicamente, em quatro etapas. A primeira diz respeito ao percurso feito pelos

⁹⁰ SPIX; MARTIUS, 2017, v.III, p. 61.

⁹¹ Idem, p. 62.

⁹² MONTEIRO, John Manuel. “O desafio da história indígena no Brasil” In SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (ORGs). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.* – 4a Ed. – São Paulo: Global; Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 2004, p. 222; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 18.

⁹³ SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 62.

naturalistas quando partiram de Santa Maria de Belém do Grão-Pará no dia 21 de agosto e navegaram pelo rio Amazonas, passando por vários lugares, até desembarcarem em Barra do Rio Negro no dia 22 de outubro de 1819. A segunda etapa foi a da estadia na Barra, depois a navegação pelo Solimões até alcançarem a Vila de Ega em 25 de novembro de 1819.

Na terceira etapa, os naturalistas decidiram seguir a expedição em caminhos distintos: Spix seguiu viagem pelo rio Solimões no dia 4 de dezembro de 1819 e chegou em Tabatinga em 9 de janeiro de 1820, finalizando essa parte da viagem. De lá, retornou e entrou na Barra do Rio Negro no dia 3 de fevereiro de 1820. Martius optou por viajar pelo rio Japurá e saiu de Ega no dia 12 de dezembro de 1819 e finalizou a sua viagem quando alcançou a cachoeira de Araraquara (no território da atual Colômbia) em 27 de janeiro de 1820. Após esse momento, retornou para Ega em 2 de março e entrou na Barra em 11 de março de 1820. A última etapa da expedição foi a visita que os dois naturalistas fizeram, ainda no mês de março, na aldeia dos indígenas mundurucus, que habitavam a região do rio Madeira. Depois disso, retornaram para Belém de onde partiram para a Europa no dia 14 de junho de 1820.

Na primeira quinzena de agosto de 1819, quando já estavam em Belém, Spix e Martius receberam cartas do governo bávaro. As instruções enviadas indicavam que o retorno de ambos à Europa deveria ser feito, no máximo, até o verão de 1820. Com isso, o prazo para os preparativos dessa nova etapa da expedição foi bem curto. E, assim, eles resolveram permanecer na cidade apenas o tempo necessário para todo o preparo e ajustes dos planos de viagem.

O conde de Vila Flor colocou um barco real à disposição dos naturalistas e mandou armá-lo de forma especial no Arsenal da Marinha. Sob a imediata fiscalização do intendente, Sr. João Antônio Rodrigues Martins, a embarcação ficou pronta no dia 15 de agosto. Rapidamente, começaram a carregá-lo com as provisões para a viagem: de alimentos a objetos indicados para permutar com os indígenas. Além da presença de oito remadores indígenas no barco, o governador ofereceu uma guarda militar para acompanhar e proteger os naturalistas. Conforme apontam, essa guarda serviria para conterem os indígenas remadores em “rigorosa disciplina”, isso evitaria que ocorressem fugas ao longo do percurso da viagem. A escolta também era útil para exigir o cumprimento das ordens que o governador enviou às autoridades da região, como por exemplo, o fornecimento de novas equipes de remadores quando fosse necessário.⁹⁴

Ainda nos preparativos da viagem uma das dificuldades para iniciar a primeira etapa foi encontrar informações geográficas sólidas sobre o “rei dos rios”, o Amazonas. Dessa forma,

⁹⁴ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 85-86.

traçar um percurso mais seguro ou, até mesmo, saber qual melhor caminho a tomar era quase impossível. Martius menciona que alguns textos foram fundamentais tanto para se pensar o itinerário dessa viagem quanto para, posteriormente, embasar a escrita da narrativa.

O primeiro desses textos foi o do francês Charles-Marie de La Condamine. Essa narrativa se deu a partir da sua experiência na primeira expedição científica internacional da Europa, no ano de 1735 – que entrou para a história com o nome de expedição La Condamine.⁹⁵ Martius destaca que a viagem de La Condamine pelo Rio Amazonas, mesmo sendo curta, foi uma das que mais deram resultados para a ciência.⁹⁶ Porém, é preciso ressaltar que Martius mencionou La Condamine para fazer uma crítica, não a ele, mas a falta de escritos sobre o Rio Amazonas.⁹⁷ Ele dizia que tanto ele quanto Spix chegaram a pensar que essa escassez de informações estava ligada ao “mesmo caiporismo que tinha privado à Europa quase meio século” de dados sobre algumas regiões da América do Sul.⁹⁸

Para exemplificar esse pensamento para o leitor, ele cita um episódio ocorrido na década de 1640, na Espanha. Nessa época, foi publicado em Madri o livro *Descubrimiento del gran Rio de las Amazonas*, do jesuíta Cristóbal de Acuña (1597-1670). Segundo Martius, por conta da “política ciosa” do rei Filipe IV da Espanha (1605-1665) essa obra foi destruída. Esse episódio também foi destacado por Martín Fernandez de Navarrete (1765-1844) em sua “Biblioteca marítima española”. De acordo com Hernandez, Filipe IV se empenhou em destruir o máximo de exemplares possíveis desse livro, tanto na Espanha quanto em partes da América, porque as descrições feitas por Acuña poderiam ser muito mais úteis para os portugueses do que para os espanhóis.⁹⁹ Mas, por sorte, dois exemplares foram salvos e, em 1682, os resultados científicos

⁹⁵ O principal objetivo dessa expedição era determinar a forma exata da Terra. Entretanto, apesar dos seus calamitosos fracassos, ela inaugurou uma nova tendência de exploração dos interiores continentais, não apenas por navegação costeira como ocorria, transformando as explorações científicas num dos principais objetos das energias e imaginação expansionistas europeias. Mary Louise Pratt destaca que a expedição La Condamine foi um verdadeiro sucesso enquanto relato. Afinal, as histórias e os textos que derivaram dessa expedição circularam por décadas em toda a Europa, tanto por meio escrito quanto por relatos orais dos viajantes. Cf: PRATT, 1999, passim.

⁹⁶ SPIX, MARTIUS, 2017, v. III, p. 92.

⁹⁷ Nas notas finais do capítulo II presente no terceiro volume do relato, Martius fez um pequeno resumo acerca de quinze expedições que eles tiveram conhecimento a partir dos livros que consultaram. Dentre elas, podemos destacar o pequeno livro de viagem de José Monteiro de Noronha denominado *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas Colônias dos Domínios Portugueses em os rios Amazonas e Negro*. Martius descreve tal livro como a “obra de maior valor das escritas em língua portuguesa sobre etnografia e geografia dessas terras”. Ele também ressaltou que diversas informações desse livro foram muito importantes na elaboração do terceiro volume do *Viagem pelo Brasil*. Porém, só tiveram acesso a uma cópia desse texto quando regressaram ao Pará no término da viagem. Cf. Ibidem, 2017, v. III, p. 93.

⁹⁸ Ibidem, 2017, v. III, p. 87.

⁹⁹ NAVARRETE, Martín Fernández de Navarrete. *Biblioteca marítima española*. Madrid: Viuda de Calero, 1851, v. I, p. 292.

dessa expedição tornaram-se conhecidos por meio da tradução para o francês feita por Marin Le Roy, sieur du Parc et de Gomberville (1600-1674).¹⁰⁰

Além disso, Martius chamava atenção para o fato de que não só a narrativa de viagem do padre Acunã como tantas outras também poderiam ser, dentre outras coisas, um “assunto de pesquisa histórica”. Uma questão que chamava a atenção dos naturalistas era que não havia passado nem três séculos dessas viagens e já não se conseguia mais encontrar “os nomes de numerosas povoações e tribos, nem nos mapas recentes, nem na boca do povo; já foram quase todos substituídos por nomenclatura nova”. Essa era uma questão bastante delicada, afinal, tornava-se muito difícil a compreensão daqueles povos quando o conhecimento prévio que tinham não se encaixava com o que eles estavam vendo. Spix e Martius pontuaram sobre essas diferenças da seguinte maneira:

Sim, todo o quadro das terras percorridas, que aqueles viajantes no intuito de darem maior valor aos seus descobrimentos apresentam com cores brilhantes, adornados com um sem-número de fábulas, que excitavam a imaginação da Europa, especialmente naquele período, agora que nos achávamos na sua vizinhança afigurava-nos inteiramente diferente.¹⁰¹

No dia 21 de agosto de 1819, Spix e Martius iniciaram o trajeto da tão sonhada expedição pelos rios amazônicos. A partir de então, a possibilidade de conhecer essa “rica e maravilhosa natureza” se apresentou diante deles. Porém, não era apenas o contato com uma natureza pouco conhecida que os animava, mas também a possibilidade de encontrar os mais diversos povos indígenas que habitavam nesses territórios, para eles, tão longínquos. Assim, um dos principais pontos propostos nessa nova etapa da expedição era, entre outras coisas, “procurar as tribos mais afastadas, talvez inamistosas” que habitavam a região do Grão-Pará e, principalmente, do Rio Negro.¹⁰² A expectativa que nutriam era a de que quanto mais continuassem adentrando essa região mais teriam a chance de “visitar numerosas tribos bravias, nas suas primitivas moradas”.¹⁰³

Em 1º de outubro de 1819, os naturalistas alcançaram o ponto de fronteira entre o Grão-Pará e o Rio Negro. Quando chegaram, ficaram sabendo que o governador do local estava assustado com as histórias sobre a epidemia de varíola que atingia regiões do Grão-Pará. Por esse motivo, ele havia colocado diversos guardas na fronteira com o intuito de controlar a entrada de quaisquer viajantes na tentativa de evitar a entrada da doença nessa região.¹⁰⁴

¹⁰⁰ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 87.

¹⁰¹ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 87.

¹⁰² Ibidem, 2017, v. III, p. 86.

¹⁰³ Ibidem, 2017, v. III, p. 218.

¹⁰⁴ Ibidem, 2017, v. III, p. 61-62

Assim, todos os viajantes que chegavam nesse lugar precisavam passar por uma quarentena de 15 dias antes de seguir em frente. Porém, Spix e Martius utilizaram o argumento de que estavam há muitos dias sem contato com outras pessoas além da equipe que os acompanhava e que também estavam muito saudáveis. Mas o argumento não foi totalmente aceito e o tenente comandante recomendou que se eles quisessem seguir viagem deveriam fazer isso com uma nova tripulação. Então seguiram o conselho dado por ele e seguiram a viagem com uma nova equipe. A nova tripulação era composta por dez indígenas que residiam nessa região. Os outros indígenas que partiram de Belém e faziam parte da equipe foram deixados no local.¹⁰⁵

Mesmo assim eles que tiveram que ficar um tempo em Vila Nova da Rainha no aguardo de que o governador da Barra do Rio Negro autorizasse a continuação da viagem. Todavia, a estadia é descrita como agradável. Os naturalistas e a nova tripulação foram recebidos pelo comandante Elias de Sentas, irmão do vigário geral do Pará.¹⁰⁶

Nesse mesmo período, enviaram uma carta para o governador Manuel Joaquim do Paço, pedindo autorização para seguirem viagem. Dias depois eles receberam as licenças que permitiu a continuação da expedição e a entrada em Barra do Rio Negro. Com isso, eles seguiram em direção a essa localidade.¹⁰⁷

Em 22 de outubro, os expedicionários avistaram, pela primeira vez, o Encontro das Águas. O qual Martius descreveu como “uma estranha mistura de águas”. Em 23 de outubro, próximo às 12h da manhã e sob os brados de alegria dos ajudantes indígenas, Spix e Martius chegaram a Barra do Rio Negro. Eles apresentam o lugar como um “desejável ponto de descanso” para os viajantes e mencionam que o local poderia se tornar um centro importante para todo o comércio do interior do Brasil.¹⁰⁸

Em Barra do Rio Negro, Spix e Martius decidiram estender a expedição e continuar a navegar para outros lugares. Nesse momento, eles optaram por seguir viagem pelo rio Solimões e não pelo rio Negro, pois havia notícias de que em diversos lugares desse último a população estava assolada com febres. Outro motivo é que Zany tinha dito que poderia acompanhá-los até a vila de Ega, que fica a 520km de distância da Barra do Rio Negro. Para eles, a companhia do comerciante lhes traria segurança.¹⁰⁹

¹⁰⁵ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 163.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Ibidem, 2017, v. III, p. 188.

¹⁰⁸ Ibidem, 2017, v. III, p. 189; 201; 229.

¹⁰⁹ Ibidem, 2017, v. III, p. 218.

Dessa maneira, os expedicionários seguiram em direção a Ega. Mais uma vez, ocorreram mudanças na tripulação que os acompanhavam e nas embarcações. Alguns indígenas foram deixados no local, alguns continuaram como ajudantes dos viajantes e foram adicionados novos membros na equipe. Quanto as embarcações, toda a equipe foi dividida em duas canoas sem convés, as quais possibilitariam que a viagem a duração do trajeto fosse mais curta.¹¹⁰

Levando em consideração as etapas da expedição, a proposta do próximo capítulo é dar destaque para as viagens de Spix pelo Solimões e de Martius pelo Japurá. Analisar essa parte da viagem é interessante pois nos permite visualizar as experiências, as expectativas, as opiniões e as descrições feitas por Spix e Martius acerca das populações indígenas. De forma individual!

A experiência dos dois naturalistas quando se separaram foi bastante distinta. Spix optou por viajar pelo Solimões, uma região mais conhecida e mais visitada por outros viajantes. Já Martius escolheu seguir pelo rio Japurá, uma área que não costumava ser muito explorada e era vista como perigosa. O ponto interessante é que eles relataram os encontros que tiveram com dezenas de indígenas nos locais em que visitaram ao longo dos quase três meses de viagem. Nesse sentido, no próximo capítulo buscamos entender quem eram esses indígenas, como foram descritos, locais em que ocorreram os encontros com os naturalistas e quem foram os mediadores.

¹¹⁰ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 218.

CAPÍTULO 2: A presença indígena nos relatórios individuais de Johann von Spix e Carl von Martius

2.1. A viagem pelo rio Japurá e Solimões: uma apresentação sobre os perigos, planejamentos e motivos dessa etapa

O dia 4 de dezembro de 1819¹¹¹ marcou um novo momento na expedição bávara. Depois de mais de dois anos viajando juntos, Spix e Martius seguiram trajetos diferentes. E esse é um momento relevante na viagem e que merece ser destacado. Afinal, desde a saída da Baviera, em fevereiro de 1817, os expedicionários tornaram-se uma dupla inseparável e essa parceria foi um dos principais motivos que fez a expedição ser o sucesso que foi.

Diener e Costa apontam que a intensa participação de Spix e Martius desde os planejamentos da expedição até a execução da viagem colaborou para a união deles de forma “quase siamesa”. Tanto é que, até hoje, – pelo menos entre os pesquisadores brasileiros – é muito difícil falar dessa expedição e esses dois personagens aparecerem de forma separada.¹¹²

Contudo, é necessário destacar o fato de que por quase três meses os expedicionários seguiram caminhos diferentes e tiveram experiências muito distintas dentro da região amazônica.

Como equipe, eles haviam passado mais de dois anos e meio compartilhando os mais variados tipos de alegrias, dificuldades e imprevistos que uma expedição desse porte poderia proporcionar. Por exemplo, compartilharam as alegrias de conseguirem as tão sonhadas autorizações para entrarem na região, mas também compartilharam as angústias de ficarem bastante doentes no decorrer do trajeto da viagem e um ter que cuidar do outro. Entretanto, a partir dessa breve separação traçada por eles, temos a possibilidade de acompanhar as suas experiências individuais e como cada um lidou, como perceberam a região e como, mais tarde, expuseram suas considerações para o grande público por meio do relato da viagem.

Sendo assim, nesse capítulo daremos destaque para os relatórios individuais de Spix e Martius, o último grande momento dessa expedição científica. Assim, abordaremos o momento da expedição que os dois naturalistas decidiram seguir a viagem em direções diferentes. “Uma

¹¹¹ No *Viagem pelo Brasil* consta que o início da viagem de Spix foi no dia 07/12/1819. Porém, no relatório de prestação de contas enviado de Lisboa e datado de 06/10/1820, ficou registrado que a data do início da viagem de Spix foi, na verdade, dia 04/12/1819. Dessa maneira, optamos por seguir a data utilizada pelos naturalistas em tal relatório.

¹¹² DIENER; COSTA, 2018, p. 41.

separação cheia de sacrifícios e perigos”, como descreveram em um dos relatórios de prestação de contas.¹¹³

Em dezembro de 1819, depois de passarem alguns dias conhecendo e explorando tanto a Vila de Ega quanto as redondezas, Spix e Martius chegaram a uma conclusão: eles haviam alcançado uma região que era rica em “material importante para a etnografia e história natural”, com isso, nasceu o desejo de ampliar o “campo de exploração” e aproveitar de forma ainda mais eficiente a “rara oportunidade” que surgiu. Porém, ainda que houvesse muito material a ser pesquisado, o prazo dado para o retorno dos naturalistas à Europa estava se esgotando. Dessa forma, eles decidiram que havia chegado a hora da expedição tomar dois caminhos distintos.¹¹⁴

Na leitura do relatório de 6 de outubro de 1820, enviado ao rei da Baviera, podemos visualizar como os naturalistas expuseram o motivo pelo qual resolveram seguir a viagem em duas direções:

Aqui, no ponto central do Novo Continente, que mais se abria diante de nós em toda a sua singularidade e, sobretudo, onde se apresenta o primitivo habitante da América na sua natureza originária, pareceu-nos adequado ampliar o nosso campo de exploração com uma divisão.¹¹⁵

Um outro motivo para terem optado pela excursão de forma separada estava relacionado a saúde dos dois naturalistas a qual, a essa altura da expedição, já se encontrava bastante frágil. Além disso, o quadro de saúde de Spix era o mais complicado. Segundo Martius, o zoólogo estava “constantemente sofrendo acessos de febre intermitente, que ele só conseguia aliviar com doses de quina e outros amargos [...]”¹¹⁶ Além de aumentarem o campo de pesquisa e exploração com essa divisão, eles também esperavam que o clima dos trajetos escolhidos os ajudasse na recuperação da saúde. Assim, no mês de dezembro de 1819, eles pensaram nos seus novos roteiros de viagem e partiram para essa nova etapa.

Spix optou por viajar pelo Alto Solimões até Tabatinga onde alcançaria a fronteira com o território que era de domínio espanhol. Para acompanhá-lo nessa empreitada, Spix escolheu um sargento, um soldado da milícia, o criado francês que os acompanhava e vários dos “melhores índios” como seus ajudantes. Numa pequena embarcação, ele partiu de Ega no dia 7 de dezembro de 1819 e em 9 de janeiro de 1820, ao chegar ao presídio de Tabatinga, finalizou seu percurso.

¹¹³ SPIX; MARTIUS, 2018, p. 276.

¹¹⁴ Ibidem, v. III, 2017, p. 263.

¹¹⁵ Ibidem, 2018, p. 255.

¹¹⁶ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. III, p. 263.

A escolha de Spix em seguir pelo Solimões foi feita estrategicamente. Essa era uma região na qual diversos viajantes estavam a se dirigir. João Pacheco de Oliveira aponta que:

A área geográfica selecionada – o Alto Solimões – é a parte da Amazônia sobre a qual incide a maior parte dos relatos de viajantes. A sua localização faz com que todas as grandes explorações empreendidas no Rio Amazonas, subindo até as suas nascentes ou descendo dos altiplanos peruanos até o Atlântico, forneçam em maior ou menor grau informações sobre a região.¹¹⁷

Temos poucos dados sobre essa etapa da viagem de Spix. O *Viagem pelo Brasil* e o relatório de prestação de contas da expedição são os únicos documentos que nos permitem acompanhá-lo durante seu trajeto. Spix não teve muito tempo para dar um tratamento adequado em seu texto e/ou narrar mais elementos da sua viagem. Ele faleceu em 1826, três anos após a publicação do primeiro volume do relato.

Já a escolha do trajeto de viagem de Martius deu-se a partir de alguns pontos fundamentais, os quais foram ressaltados tanto no relatório do dia 6 de outubro de 1820 quanto no próprio relato da viagem. Para ele, a “vegetação sempre constante do Solimões já começava a oferecer pouco material” para seus estudos, então era necessário investir em outro caminho. Nesse sentido, seguir viagem pelo rio Japurá parecia uma ideia muito mais atraente e promissora para suas pesquisas. Outro fator essencial para essa escolha era que nessa região ele poderia investigar de forma mais particular o “grande número das tribos que moram nesse importante afluente do Solimões”, as quais ele acreditava que encontraria ainda “no seu estado primitivo” pois não toleravam “a presença de colonos portugueses entre eles.”¹¹⁸

Martius menciona que ouviu tantos boatos sobre os perigos de uma viagem pelo Japurá que isso até poderia ter lhe feito desanimar e desistir dessa escolha. Um desses perigos seriam as febres que eram muito frequentes naquela região, principalmente nos momentos que o rio começava a esvaziar. Afinal, quando as águas do rio desciam e deixavam as margens descobertas, tornava-se o momento no qual eram emitidas “diversas exalações pútridas”. Mas por que essas febres eram tão perigosas? Segundo Martius, “mesmo quando não matam no acesso do calafrio por apoplexia ou degeneram em septicemia, têm, entretanto, como consequências muito graves, cirroses do fígado e do baço ou febre consuntiva.”¹¹⁹

No relatório mencionado anteriormente, encontramos a informação de que essas “malignas febres intermitentes” não poupavam nem os indígenas que moravam na região e que, um ano antes da chegada de Spix e Martius, quatro brancos que tinham se aventurado nessa

¹¹⁷ OLIVEIRA, João Pacheco. Elementos para uma sociologia dos viajantes. In: João Pacheco de Oliveira. (Org.). Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. São Paulo: Marco Zero / UFRJ, 1987, p. 84-148. p. 101.

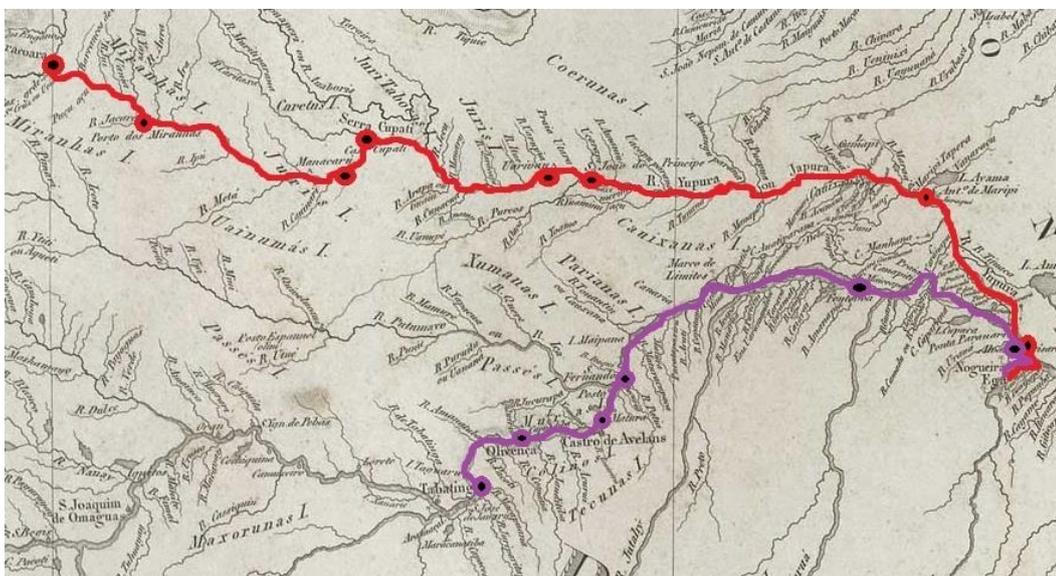
¹¹⁸ SPIX; MARTIUS, 2018, p. 256; Ibidem, 2017, v.III, p. 264.

¹¹⁹ Ibidem, 2017, v.III, p. 264.

localidade para tratar de negócios haviam sido vitimados por essas febres. Portanto, eram vários os perigos que se apresentavam diante de Martius. Contudo, as coisas pareciam estar conspirando a seu favor. Naquele momento, ele dizia que “o rio estava mais cheio do que costumava acontecer em dezembro, e, portanto, menor o perigo”. Com o rio ainda cheio, parecia o momento ideal para empreender essa excursão.¹²⁰

Semelhante a opção de seu companheiro Spix, Martius também empreendeu sua viagem em uma pequena embarcação. Isso se dava porque as embarcações pequenas garantiam uma navegação mais rápida, ainda que os expusesse a maiores privações. Seus acompanhantes nessa etapa foram dois soldados e o principal dos indígenas Coeruna (de Maripi), o Tuxaua Gregório.¹²¹ Martius saiu da Vila de Ega no dia 12 de dezembro de 1819 e alcançou, em 28 de janeiro de 1820, “a cachoeira intransitável do Japurá”, a Cachoeira de Araraquara, ou seja, o naturalista atravessou a fronteira portuguesa e conseguiu adentrar o atual território colombiano.

Figura 1 - Mapa da viagem de Martius e Spix pelos rios Japurá e Solimões¹²²



(Edição dos trajetos de viagem adicionados pela autora ao mapa original)

Legenda: ■ Trajeto do Spix (De Ega a Tabatinga)
■ Trajeto do Martius (De Ega a Cachoeira de Araracoara [Colômbia])

Os próximos tópicos buscaram apresentar elementos dessas duas viagens. Na parte dedicada a Spix, analisamos as descrições feitas por ele acerca de algumas etnias que esteve em contato enquanto viajava pelo Solimões. Nesse momento, utilizaremos uma tabela elaborada

¹²⁰ SPIX; MARTIUS, v. III, 2017, p. 264.

¹²¹ Ibidem, 2018, p. 257.

¹²² SPIX, Johann Baptist von. **Atlas zur Reise in Brasilien**. Muenchen [Munique, Alemanha]: Gedruckt bei M. Lindauer, 1823-1831. [35]f. de estampas, somente il. (litografias), mapas, 46 x 59. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

para organização e visualização dos dados levantados. Na parte sobre a viagem de Martius, apresentaremos como se organizou essa etapa e uma discussão sobre as lideranças indígenas que participaram da sua equipe.

2.2. A viagem de Spix pelas “amareladas águas do Solimões”

O período de estadia de Spix e Martius na Vila de Ega, entre o final de novembro e início de dezembro, foi marcado pela cheia do Rio Solimões. Segundo os naturalistas, o rio enchia com uma “renovada violência”, o que dificultava a navegação rio acima ao longo das margens. Dessa forma, foi preciso fazer algumas alterações nos tipos de embarcações que seriam utilizadas nessas novas etapas da expedição.

Para auxiliar a viagem de Spix, foi enviado para Ega um bote de tamanho médio provido de munições e alimentos para o expedicionário e toda a sua equipe. Esse bote também serviria para guardar as diversas coleções que seriam coletadas no trajeto. Os responsáveis por essa embarcação foram um sargento e alguns soldados. Porém, não há uma indicação aproximada de quantos soldados eram.

A equipe que acompanhou o zoólogo foi dividida em outras duas embarcações pequenas. Spix viajou na companhia de oito indígenas. No outro barco estava o restante da equipe: um soldado destinado à caça, um serviçal francês, o qual já acompanhava os naturalistas desde o início da viagem, e mais três indígenas.

É interessante destacar que tanto no *Viagem pelo Brasil* quanto no relatório de prestação de contas da expedição que foi enviado ao rei Maximiliano I, no dia 6 de outubro de 1820, não há nenhuma menção aos nomes desses homens que compuseram a equipe de Spix e que o acompanharam por vários dias nesse longo e perigoso percurso escolhido por ele. Na verdade, em ambos os textos, são pouquíssimos os momentos no quais Spix faz quaisquer referências a sua equipe.

Nesse caso, também devemos nos lembrar que a elaboração do capítulo que apresenta a viagem do zoólogo foi feita por uma segunda pessoa: Martius. Após a morte de Spix, em 1826, Martius ficou sendo o único editor do *Viagem pelo Brasil*. Assim, no terceiro volume, para mostrar ao público como se deu a viagem do seu companheiro, o botânico reuniu os apontamentos deixados por Spix e também parte do relatório enviado por eles ao governo bávaro em 1820. Portanto, o texto final acabou não tendo um tratamento adequado por parte de Spix. Nesse sentido, não houve um aprofundamento nos detalhes da sua viagem.

Às 10h da manhã do dia 4 de dezembro de 1819, Spix saiu de Ega e iniciou a sua expedição pelo Rio Solimões. Essa viagem durou aproximadamente dois meses e, apesar dos muitos perigos e desafios suscitados pelas águas e matas amazônicas e das muitas limitações impostas pela sua tão fragilizada saúde, Spix conseguiu finalizar com sucesso o percurso escolhido.

O trajeto de Spix e equipe se delineou da seguinte forma: primeiro desembarcaram na vila de Alvarães (na época, também era conhecida como Caiçara), depois seguiram para Fonte Boa, então prosseguiram para Tonantins, logo após seguiram em direção ao Quartel militar do Içá (atual Santo Antônio do Içá), de lá partiram para São Paulo de Olivença e finalizaram a viagem em Tabatinga, na fronteira entre o território português e espanhol.

Nesses lugares, o naturalista aproveitou para obter informações acerca de diversos assuntos e coletar diferentes tipos de materiais que considerou relevantes para a etnografia e história natural. É interessante destacar que um dos assuntos mais abordados no seu relatório individual diz respeito às populações indígenas. Contudo, em diversos momentos, a abordagem se mostrou muito superficial. Ora apontando apenas que em tal lugar havia a presença de determinadas etnias, ora descrevendo algumas características gerais (por exemplo: como se dá o nascimento, juventude, morte, enterros, casamentos, se essa etnia faz uso ou não de pinturas corporais, se tem ou não tal costume, entre outros).

Apesar disso, abordar esse aspecto do texto de Spix, levando em consideração as localidades e as especificidades desses grupos descritos por ele é de fundamental importância. Visto que se trata de um momento no qual o zoólogo apresentou aos leitores o seu olhar sobre os povos indígenas que encontrou (ou ouviu falar sobre) durante a sua viagem.

Durante todo o capítulo, Spix mencionou 23 etnias. Abaixo, organizamos uma tabela com o nome dessas etnias, as localizações indicadas e a frequência com que aparecem no texto:

Tabela 1 - Etnias mencionadas no relatório de Spix

ETNIA	LOCAL MENCIONADO	FREQUÊNCIA
Uainumás	Alvarães	1
Jumanas	Alvarães; Fonte Boa; Quartel militar do Içá	3
Catauixis	Rio Juruá	2
Catuquinas	Rio Juruá	3
Canamarés	Rio Juruá	1

Caripunas	Rio Juruá	1
Marauás	Margens do Rio Solimões; Rio Jutai	3
Juris	Margens do Rio Solimões	4
Passés	Margens do Rio Solimões; Quartel militar do Içá	6
Ticunas (Tecunas)	Margens do Rio Solimões; Olivença; Tabatinga, Rio Javari;	8
Araicus (uaraicus)	Margens do Rio Solimões	3
Mura	Rio Jutai	1
Maçarari	Rio Jutai	1
Tapaxana	Rio Jutai	1
Cauixanas	Arroio de Tonantins	2
Miranhas	Quartel militar do Içá	1
Ujaquas	Quartel militar do Içá	1
Ariaueñas	Quartel militar do Içá	1
Muriatés	Quartel militar do Içá	1
Campevas	Quartel militar do Içá	2
Culinos	Quartel militar do Içá	2
Maxurunas	Tabatinga	1
Pevas	Loreto	1

(tabela desenvolvida pela autora)
 Fonte: SPIX; MARTIUS, v. III, 2017

A partir da leitura e análise dos dados coletados, optamos por trabalhar com as informações apresentadas de apenas sete etnias: Jumana, Marauá, Juri, Passé, Ticuna e Maxuruna. Por que essa escolha? Como já foi dito anteriormente, Spix até mencionou diversas etnias, porém, isso foi feito de forma bastante superficial e sem apresentar muitos dados. Em algumas menções há apenas a citação dos nomes e do lugar que habitavam sem nenhuma outra informação complementar.

Dessa forma, analisaremos como essas informações são trabalhadas no capítulo do *Viagem pelo Brasil* referente ao trajeto de Spix pelo rio Solimões e, simultaneamente,

exploraremos um excerto do relatório de prestação de contas de 6 de outubro de 1820, o qual contém uma descrição sobre essa parte da viagem do zoólogo. Tal relatório acabou sendo um pouco mais trabalhado por Spix, uma vez que ele foi escrito e enviado com a expedição ainda em curso, ou melhor, no momento da sua finalização.

2.1.1. Apontamentos acerca dos indígenas da etnia Jumana

Às 19h do dia 4 de dezembro de 1819, nove horas após o início da viagem, Spix desembarcou na pequena vila de Alvarães. Na língua geral, esse lugar também era chamado de *Caiçara*, o que significa “curral”:

(...) nome que se originaria do fato de serem conservados aqui os índios que eram apresados outrora, principalmente nas matas do Japurá. A povoação fundou-se em 1758, quando foram transferidos para aqui os índios que antes viviam reunidos no Tijuaca, um furo entre o Japurá e o lago Amaná.¹²³

Banhada por um lago de águas escuras, o qual contrastava com as águas amareladas do Solimões, essa vila é descrita como “aprazível e muito fértil”. Inclusive, sendo um ótimo lugar para o cultivo de mandioca. Porém, de acordo com o zoólogo, os habitantes sofriam demais com a presença de muitos mosquitos (carapanãs e piuns, são os exemplos citados).¹²⁴ Na



primeira noite de estadia no lugar, Spix se recolheu em um quarto que foi previamente defumado e permaneceu bem fechado. Tudo isso no intuito de passar uma noite tranquila e conseguir fugir do ataque desses “mosquitos agressivos”¹²⁵.

Spix não permaneceu por muito tempo em Alvarães. Nas poucas horas que esteve no lugar, aproveitou para coletar informações sobre a língua dos indígenas Uainumá, uma etnia que habitava a região do rio Japurá. Contudo, tanto o *Viagem pelo Brasil* quanto o relatório de prestação de contas não apresentam como esses dados foram compilados por ele ou quem lhe passou tais informações. Apenas há uma menção sobre essa coleta de dados. Sobre os Uainumá, temos somente a breve descrição de que esses indígenas perfuravam as suas orelhas e narinas e que não utilizavam pinturas corporais.

Figura 2 - Indígena Uainumá
FONTE: SPIX; MARTIUS, v.III, 2017, p. 397.

¹²³ SPIX; MARTIUS, v. III, 2017, p. 287.

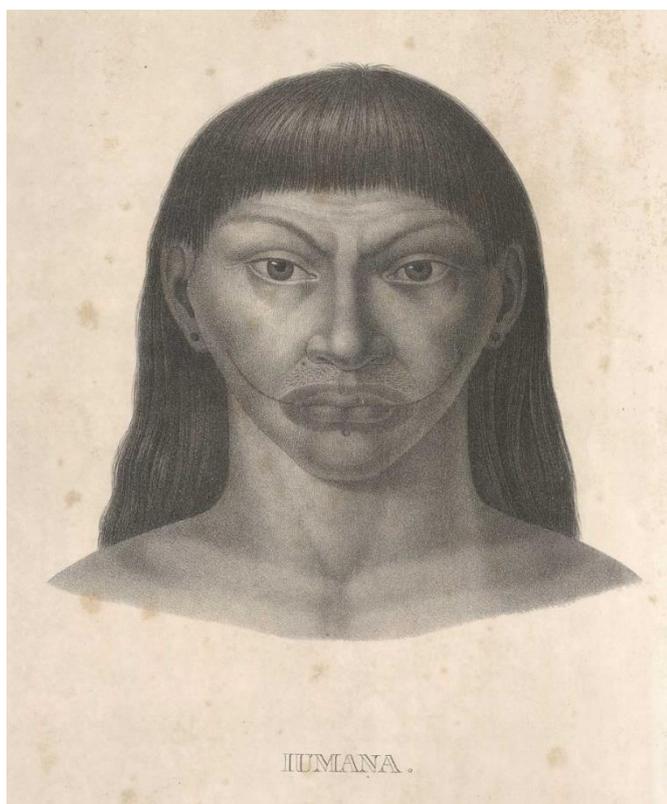
¹²⁴ Ibidem, p. 287.

¹²⁵ Ibidem, 2018, p. 277.

Além disso, o naturalista também aproveitou a oportunidade para coletar informações sobre os indígenas da etnia Jumana. De acordo com Spix, essa população habitava principalmente as margens do rio Içá. Porém, alguns grupos também residiam em determinadas localidades de Fonte Boa e Alvarães. Inclusive, foi na parte em que relata a sua estadia em Alvarães que o zoólogo aproveitou para apresentar os dados que compilou acerca dessa etnia. Tais dados são um pouco mais detalhados e foram apresentados por ele da seguinte forma: utilização de um sinal distintivo (desenhos corporais), crença num ente bom e num ente mau, relação desses indígenas com a morte, a ritualística do casamento e do momento que as crianças recebem seus nomes.

Segundo Spix, diferentemente dos Uainumá que não se utilizavam de quaisquer tipos de pinturas corporais fossem elas permanentes ou não, os Jumana tinham tatuado um desenho em formato oval em volta das suas bocas, sendo que nos homens o desenho era mais largo que nas mulheres, e tinham em seus rostos uma linha simples que ia da boca até às orelhas.

Figura 3 - Indígena Jumana



FONTE: SPIX; MARTIUS, v.III, p. 2017, p. 349.

Quanto às questões espirituais, Spix descreve que os Jumana acreditavam na existência de um ente bom e de um ente mau, chamados de *Uauüloa e Locozy* (sem tradução). Também acreditavam que ambas as entidades viviam acima da terra, na direção do sol. Temiam o “ente mau” e acreditavam que o “ente bom” aparecia depois da morte para comer frutas com o defunto e também para levar sua alma.

Tanto é que os mortos eram enterrados dentro de um grande vaso de barro, com o seu corpo todo encolhido, com as suas armas partidas e com algumas frutas no seu colo. O morto era sempre enterrado com o rosto voltado para o sol nascente. O zoólogo ainda descreve que a cerimônia de enterro era marcada por danças, uivos e uma festa com bebedeira. Tudo isso enquanto eram colocadas em cima da sepultura diversas frutas e as roupas do defunto. Depois de alguns dias essas roupas eram retiradas do lugar e poderiam ter dois fins: serem doadas às crianças ou serem queimadas. No fim, o lugar da sepultura passava por um processo em que ela é escondida para evitar o perigo de ser roubada por inimigos.

Sobre a ritualística do casamento, Spix relata que as mulheres são pedidas em casamentos aos seus pais. Nesse momento, também são entregues presentes para a família da noiva, em especial, alimentos. O casamento era celebrado com danças e cantigas. E, de acordo com o zoólogo, o chefe dessa etnia tinha o *jus primae noctis*.¹²⁶ Porém, ele não demonstrou como a noção de *jus primae noctis* era utilizada pelos Jumana. Apenas fez uma rápida menção, comparando o ritual indígena com uma crença popular medieval.

Jorge Wettlaufer (2011) argumenta que, no contexto europeu da chamada Idade Média Tardia, o *jus primae noctis* era suposta crença popular generalizada que dizia que o senhor feudal tinha o direito de compartilhar o leito nupcial com as noivas de seus camponeses. Ainda que seja difícil obter provas ou evidências concretas de que ocorreram relações sexuais utilizando esse suposto “direito”, Wettlaufer aponta que os gestos simbólicos desenvolvidos por essa crença e usados como “sinais humilhantes de superioridade” podem ser interpretados como uma exibição do poder masculino. O autor também menciona que em várias culturas não-europeias há relatos que demonstram a existência de um costume semelhante relacionado à primeira relação sexual de uma jovem: rituais em que essas mulheres são violentadas por chefes, sacerdotes ou estranhos.¹²⁷

Nesse sentido, podemos inferir que Spix mencionou sobre esse elemento para um público que, provavelmente, não apenas entenderia o que essa crença popular significava, mas

¹²⁶ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 273.

¹²⁷ WETTLAUFER, Jorge. The *jus primae noctis* as a male power display: A review of historic sources with evolutionary interpretation. *Evolution and Human Behavior*. Vol. 21, Edição 2, março de 2000, p. 111.

também conseguiria apreender a comparação feita por ele. Não é à toa que nas duas ocasiões que mencionou esse elemento, o naturalista não fez nenhuma explicação sobre essa questão e nem ao menos discorreu acerca do seu significado.

François Hartog (1999) pondera que é preciso perceber nos relatos como esses viajantes “traduziam” o outro e como eles faziam com que o destinatário (no caso, os leitores) acreditasse no outro que eles estavam construindo por meio dessas narrativas. De acordo com Hartog, a retórica da alteridade é o modo pelo qual se opera a “fabricação do outro”. E um dos métodos utilizados para esse processo é o da comparação. Muitas vezes esses viajantes analisavam um elemento *a* comparando com um elemento *b*. Porém, esse é um processo delicado, afinal, para que a comparação surta efeito convém que o termo utilizado “pertença ao saber compartilhado pelas pessoas a quem se dirige o viajante”.¹²⁸

Outro elemento apresentado por Spix diz respeito ao ritual de escolha dos nomes das crianças Jumana. Segundo o naturalista, os nomes não eram escolhidos logo após o nascimento. Demorava um tempo, pois o processo de escolha só era iniciado quando as crianças conseguissem se sentar e se manterem assim. Ele descreveu essa cerimônia de forma bastante simples e sem muitos elementos que nos permitam compreender profundamente tal ritual. De acordo com seu relato, as crianças ficavam sentadas e recebiam uma borrifada com uma mistura de algumas folhas (não há a menção de quais folhas eram) que haviam passado por um processo de decocção. Em seguida, elas recebiam um nome que pertenceu a um de seus antepassados.¹²⁹

Spix não se prolongou na exposição dessa etnia. Mas apresentar o que ele narrou acerca dos Jumana é interessante pois foi um dos primeiros povos que conheceu nessa etapa da expedição. A descrição que faz acabou seguindo um padrão adotado por ele e por Martius quando apresentaram as populações locais de outras regiões: falou sobre costumes, religiões, sobre as crianças da etnia, casamento, morte, entre outros.

2.1.2. As crianças e os rapazes da etnia Marauá

Ao apresentar o percurso da sua viagem pelo rio Solimões, Spix aponta que as margens desse rio eram povoadas por numerosas etnias que, de forma geral, não compartilhavam a mesma língua e os mesmos costumes. Contudo, segundo o naturalista, havia algumas características em comum entre esses povos: “[...] andam mais ou menos nus, alimentam-se de

¹²⁸ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999., p. 229.

¹²⁹ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 272-273.

cobras, sapos, peixes, macacos, etc. e empregam nas suas caçadas, além do arco e flecha, como as demais tribos do Solimões, também a zarabatana e flechazinhas envenenadas.”¹³⁰

Assim, entre as etnias localizadas no Solimões estavam os Marauá. De acordo com Spix, as marcas distintivas que os caracterizavam eram os batoques que utilizavam nos lóbulos das orelhas e nos lábios e a ausência de pinturas corporais. No *Viagem pelo Brasil* é mencionado que esse povo também habitava as regiões do Rio Jutáí, do Rio Juruá, da Barra do Rio Negro, Santarém e arredores.

Alguns anos antes, em 1768, José Monteiro de Noronha apontou que indígenas dessa etnia também estavam entre os habitantes de Fonte Boa. Porém, Noronha reservou espaço em seu texto apenas para mencionar os lugares em que os Marauá poderiam ser encontrados, sem entrar em mais detalhes sobre esse povo.¹³¹

Já o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no diário da sua viagem pela capitania de São José do Rio Negro entre os anos de 1774 e 1775, não só apontou as localidades que eram habitadas pelos Marauá como também os descreveu como “[...] antropófagos, ou comedores de carne humana.”¹³². Contudo, Sampaio não escreveu nada além disso sobre esse grupo. E ao optar por destacar apenas esse aspecto em sua descrição, o ouvidor acabou reforçando as diversas imagens de barbárie e violência que estavam a ser vinculadas aos povos originários.

Em suas anotações, Spix também não se prolongou na descrição desse grupo e os elementos citados por ele também não são tão ricos em detalhes, o que dificulta uma compreensão mais aprofundada sobre essa etnia. Inclusive, um ponto importante a ser destacado é a dificuldade em encontrar informações sobre os Marauá em outras fontes e estudos. O que minimiza as possibilidades de estudo sobre tal população. Apesar disso, para este tópico, buscamos esmiuçar algumas das (poucas) informações apresentadas por Spix.

Um dos pontos interessantes da descrição feita por ele diz respeito às solenidades pelas quais os recém-nascidos, as crianças e os jovens Marauá participavam nessas três etapas das suas vidas.

Segundo o naturalista, os bebês dessa etnia passavam por algumas etapas que poderiam se prolongar por semanas após seu nascimento. O primeiro deles ocorria após o parto, quando

¹³⁰ SPIX; MARTIUS, 2017, v.III, p. 277.

¹³¹ NORONHA, José Monteiro. Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província. Pará: Typographia De Santos & Irmaos, 1862, p. 53.

¹³² SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Jose do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775; [...]*. Lisboa. Typografia da Academia, 1826, p. 37.

a própria mãe do recém-nascido o banhava em água quente. Em seguida, a mãe do bebê entrava em um período de repouso que durava até três semanas. Nesse período, ela ficava deitada em uma rede e se alimentava principalmente de "pirão de farinha de mandioca, certas aves e peixes". Após esse tempo de repouso, o parente mais velho da criança escolhia o nome do recém-nascido. O local dessa escolha tinha que ser um ambiente sem iluminação. O nome escolhido deveria ser um nome de uso comum dentro daquela comunidade familiar. Já com um nome, os bebês tinham seus lábios furados. Tal ocasião se transformava em uma festa, como forma de celebrar e validar aquele momento.¹³³

De acordo com Spix, uma ocasião de grande importância para os Marauá era quando os meninos alcançavam os seus dez ou doze anos. Para marcar o momento, a criança que chegava a tal idade tinha o seu rosto marcado, bem próximo à boca, com quatro traços. E tais traços eram feitos pelo seu próprio pai. Após isso, tanto o pai quanto o filho jejuavam por cinco dias.¹³⁴

Outro episódio marcante para os jovens Marauá estava relacionado a um ritual a que os rapazes também deveriam ser submetidos. Porém, no relato não foi apontada qual a idade exata que os jovens precisariam ter, apenas registra que eles já seriam um pouco mais velhos que as crianças do ritual que foi descrito anteriormente. Mas, afinal, o que era esse ritual e como funcionava? Spix o descreve como uma forma de demonstração e comprovação de caráter dos jovens rapazes diante de seu povo. Para isso, os rapazes passavam por um processo de autoflagelação no qual utilizavam uma "vara curta". No *Viagem pelo Brasil* não foi registrado a duração desse processo, ou seja, não temos a informação se ele durava minutos, horas ou dias.¹³⁵

Ao elaborar uma reflexão sobre rituais de iniciação, Lucia Helena Rangel aponta que em diversas sociedades indígenas o processo da passagem da infância para a idade adulta pode ter início logo quando o menino completa nove ou dez anos de idade. A autora ainda destaca que esses rituais de iniciação podem ser finalizados em um ano ou podem ter a duração de até cinco anos, isso varia conforme cada povo elabora tal processo. Ela também argumenta que as etapas desses rituais de iniciação masculinos podem ser compostas por "um conjunto de provações físicas e emocionais, fixação de conhecimentos, valores, crenças etc."¹³⁶ Por fim, Rangel salienta que:

Desse modo, os meninos passam por uma série de provações que podem incluir atividades, tais como: passar uma ou mais noites sozinho na mata, levar

¹³³ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 278.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ RANGEL, Lucia Helena. Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. v. 3, n. 5, 1999, p. 150

muitas picadas de formigas, permanecer dentro da água, movimentando os braços por longo período de tempo, pisar em brasas, correr durante dias consecutivos, inscrever tatuagens, perfurar partes do corpo, submeter-se a diversas formas de dor e medo, realizar caçadas difíceis.¹³⁷

Contudo, se nas anotações de Spix houve um espaço para fazer apontamentos sobre os meninos e os rapazes Marauá, esse mesmo espaço não foi reservado para as meninas e as jovens dessa mesma etnia. Um exemplo disso é que nas informações sobre essa população que estão contidas no *Viagem pelo Brasil*, não há nenhuma espécie de comentário que aponte se as meninas e as jovens Marauá também passavam por algum tipo de ritual de iniciação.

Em suma, o trecho que foi dedicado à apresentação da etnia Marauá no *Viagem pelo Brasil* é muito breve. Spix se preocupou em pontuar apenas alguns elementos. Mas, no fim, ele não se aprofunda em nenhum deles. E as informações registradas por ele acabam sendo muito superficiais e sem muita precisão.

Já no relatório de prestação de contas de 6 de outubro de 1820, o qual contém os apontamentos da viagem de Spix, o nome dessa etnia aparece apenas duas vezes. E em ambas as vezes, é somente como uma alusão aos povos indígenas que habitavam nas “florestas do Solimões” e na região do rio Jutai.

2.1.3. A “marcha militar” dos indígenas Passé e Juri e a breve passagem de Spix pelo rio Içá

Era uma quarta-feira e véspera de Natal do ano de 1819 quando Spix e equipe desembarcaram num quartel militar localizado na região do rio Içá (também chamado de rio Putumayo na Colômbia). Sobre essa localidade, o zoólogo não teceu muitos comentários e justifica que não o fez pois não entrou em contato com nenhuma pessoa que pudesse lhe dar informações adequadas acerca da região. O que ressalta a importância de uma rede de contatos variada que esses viajantes acabavam se cercando para, dessa forma, obterem informações sobre os lugares, conseguirem itens para as suas coleções, entrar em contato com a população local e com as elites das regiões em que passavam, ter espaços para se hospedar, se alimentar e descansar. Enfim, a criação de redes de contato com os mais variados tipos de pessoas acabava sendo de grande utilidade no decorrer de viagens como as de Spix e Martius.

O naturalista mencionou que uma das poucas informações que obteve sobre o rio Içá vinha dos chamados “cabos”, que eram os homens que todos os anos levavam diferentes tipos

¹³⁷ RANGEL, 1999, p. 151

de expedições até essa região. Segundo ele, os cabos passavam a seguinte informação para quem estivesse interessado em saber mais sobre o rio Içá: “é um rio muito rico, acha-se ouro nele.” Porém, Spix argumenta que essa ideia era apenas “o eco das antigas notícias de Acuña.”¹³⁸ E, nessa parte, temos novamente uma menção aos escritos de Cristóbal de Acuña no *Viagem pelo Brasil*.

Nos apontamentos deixados por Spix sobre o rio Içá temos a presença de um registro importante, ainda que sucinto, acerca das etnias Passé e Juri, dois dos principais grupos indígenas que habitavam essa região. Também é interessante ressaltar que a descrição desses dois povos foi feita de forma simultânea no *Viagem pelo Brasil*

Spix optou por iniciar com o momento da sua chegada na região. Segundo apontou, a sua presença foi, literalmente, um motivo de festa no local. Com direito a diversas luminárias noturnas feitas com manteiga de tartaruga e cascas de laranja, a comemoração ainda contou com uma apresentação das “marchas militares” (Militärmasch, no original) dos indígenas Passé e Juri. De acordo com ele,

(...) duzentos dos mais belos índios da tribo dos passés, com caras tatuadas de preto, inteiramente nus, alguns com compridas varas na mão, outros com flautas de caniço, marchavam em fila, seguidos pelas mulheres e crianças, formando ora um círculo singelo, ora um círculo duplo. Semelhante marcha militar também executavam os menos numerosos juris, alternando com os outros.¹³⁹

Mesmo que a descrição de tal comemoração seja muito curta e sem muitos detalhes, é por meio dela que temos um breve registro dessas duas marchas e de como esses indígenas se organizavam nesses momentos. Porém, Spix não se prolongou na narração desse episódio.

2.1.4. “O espantoso espetáculo dessa bárbara festa...”: Narrativa de uma festa Ticuna sob o olhar de um europeu

Em 9 de janeiro de 1820, Spix desembarcou em São Francisco Xavier de Tabatinga. Esse foi o local onde encerrou a sua viagem antes de retornar à Barra do Rio Negro e finalizar a expedição ao lado de Martius. Nesse ponto do trajeto, ele já estava sofrendo muito por conta da sua saúde que já se encontrava bastante debilitada. Além do mais, o naturalista deixou registrado que alguns dias antes, quando ainda estavam na região de Olivença, ele e toda a sua equipe foram afetados pelas “febres malignas” que assolavam o local. Contudo, antes desse episódio, Spix já reportava como o seu corpo estava sofrendo com crises quase asmáticas e com

¹³⁸ SPIX; MARTIUS, 2017, v.III, p. 288.

¹³⁹ Ibidem, p. 280.

um emagrecimento muito rápido. Segundo ele, o que ainda o sustentava vivo era o uso de banhos quentes com certa frequência na tentativa de amenizar tais febres. Nesse sentido, o seu adoecimento foi um fator crucial para a decisão de encerrar a viagem naquele lugar.

Por se tratar de uma área onde estava instalado um posto de guarda português desde o ano de 1766, essa região era tida com um importante ponto estratégico pois fazia fronteira com territórios de domínio espanhol. Luiza Moretti aponta que essa localidade foi uma povoação, uma fortificação, um posto fiscal e militar. Dessa maneira, o local foi erguido com intuito de proteger as fronteiras portuguesas e para combater o contrabando de mercadorias. Para o funcionamento e manutenção do lugar, foram enviados diversos indígenas e destacamentos militares de outras regiões.¹⁴⁰

Apesar disso, a descrição que foi deixada por Spix apresenta a imagem de uma região que não estava bem conservada. O zoólogo declarou que na época em que chegou ao local podiam ser encontrados apenas um comandante de milícias e mais doze soldados. A fortificação estava em péssimo estado e os poucos canhões que ainda existiam estavam todos enferrujados. Ele também mencionou que o comércio com as províncias espanholas já não parecia tão abundante e ativo como talvez tivesse sido em outro momento.¹⁴¹

Porém, o naturalista não se prolongou numa descrição mais geral sobre a localidade. Pelo contrário, o foco principal foi a sua chegada à região e as suas observações sobre os indígenas das etnias Ticuna e Maxuruna que, de acordo com o relato, habitavam as matas de Tabatinga e as matas próximas ao rio Javari, respectivamente. Inclusive, a menção a essas duas etnias se dá num movimento de comparação. Enquanto os indígenas pertencentes a primeira são descritos como sendo “mais mansos e mais amigos dos brancos” os da segunda já são apresentados como “inteiramente bravios”.¹⁴²

May Anyely Moura Da Costa (2015) indica que um dos primeiros registros acerca dos Ticuna data de meados do século XVII e pode ser encontrado no relato de Cristóbal de Acuña chamado *Novo Descobrimento do Rio das Amazonas*. Nele, Acuña descreveu os Ticuna como inimigos dos indígenas da etnia Omágua. Costa também pontua que, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, os Ticuna foram mencionados em vários relatos de viajantes, cientistas, cronistas e missionários que visitaram a região do Alto Solimões. Nesses documentos, são descritos diversos aspectos do modo de vida dessa etnia. Além de Acuña, a autora destaca os escritos do

¹⁴⁰ MORETTI, Luiza. “São Francisco Xavier de Tabatinga”. In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/S%C3%A3o_Francisco_Xavier_de_Tabatinga. Data de acesso: 17 de novembro de 2021.

¹⁴¹ SPIX; MARTIUS, 2017, v.III, p.282.

¹⁴² Ibidem, 2018, p. 288. Ibidem, 2017, p. 282

Frei Samuel Fritz, do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, dos naturalistas bávaros Spix e Martius, dos naturalistas ingleses Henry Walter Bates e Henrique Lister Maw e do suíço Jean Louis Agassiz.¹⁴³

Nessa parte do trabalho optamos por explorar o trecho da viagem no qual Spix narra o encontro que teve com indígenas da etnia Ticuna nos quatro dias em que esteve em Tabatinga. Nessa estadia, o zoólogo relata que teve a oportunidade de presenciar uma cerimônia celebrada por eles e também conseguiu negociar diversos objetos e diferentes tipos de aves.

Spix menciona que ao chegar em Tabatinga viu vários indígenas em canoas que se dirigiam ao mesmo lugar. De acordo com o naturalista, logo que desembarcaram em terra firme podia-se ouvir uma música que ele classificou como “atordoadora”. O bávaro estava presenciando, naquele momento, o início de uma cerimônia dos Ticuna.¹⁴⁴

Segundo Spix, o motivo da festa que durou três dias e três noites consistia em arrancar os cabelos de uma criança de dois meses. No seu registro, Spix não poupou esforços em descrever esse momento como uma “cruel cerimônia”, na qual ele apontava que muitas vezes a criança que era submetida a esse ritual vinha a falecer. Conforme narra, a ocasião era celebrada por eles com danças, músicas e com o consumo de uma bebida fermentada (feita com a raiz da macaxeira).

João Pacheco de Oliveira aponta que é importante entender alguns elementos que faziam parte do universo cultural dos Ticuna, dentre eles estão a sua cosmologia que o autor caracteriza como “complexa e dualista”, a utilização de máscaras em suas cerimônias, o uso de tabaco e também de bebidas fermentadas.¹⁴⁵

Aliás, o próprio Spix fez o registro de dois desses elementos. O primeiro diz respeito ao consumo de bebida fermentada, contudo, o naturalista não se aprofundou sobre isso na narrativa. O segundo está relacionado ao uso das máscaras. Segundo ele, a cerimônia que presenciou continuou com vários indígenas usando máscaras e realizando “um verdadeiro préstito”:

Aquele que figurava o diabo jurupari, com máscara de macaco, abria a marcha; a cauda do seu vestido, feito de entrecasca, era levada por duas pequenas índias. Em seguida, vinham outros mascarados, um figurando um veado, outro um peixe, um velho tronco de árvore, etc. Fechando a procissão,

¹⁴³ COSTA, May Anyely Moura da. “*Nós, Ticuna, temos que cuidar da nossa cultura*”: um estudo sobre o ritual de iniciação feminina entre os Ticuna de Umariacú I, Tabatinga, Alto Solimões (AM). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2015, p. 27;42

¹⁴⁴ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 283.

¹⁴⁵ PACHECO DE OLIVEIRA, João. A epifania das máscaras: uma experiência de escuta e encontro dialógico. *Museologia e Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 9. n. 15, jan./jun. 2016, p. 79.

vinha uma mulher velha, feia, toda pintada de preto que batia monótono compasso numa casca de tartaruga.¹⁴⁶

Ao discutir as coleções Ticuna que faziam parte do acervo do Museu Nacional (RJ), Bianca Luiza Freire de Castro França discorre sobre a importância da utilização das máscaras para essa etnia e como elas estavam e ainda estão presentes em diversas cerimônias que esses indígenas celebram. A autora indica que:

A participação dos mascarados ocorre em distintas cerimônias dos Ticuna vinculadas a outros ritos de passagem: o de nascimento, a perfuração das orelhas e o do casamento. Para cada caso, vestir ou desvestir a máscara simboliza uma mudança de pele, o que para os Ticuna representa um processo de transformação repetido a cada rito de passagem, sendo comparado ao ciclo de morte e renascimento.¹⁴⁷

Além da cerimônia do nascimento de uma criança Ticuna, Spix menciona outros dois momentos que são festejados pelos indígenas dessa etnia: quando as orelhas das crianças são furadas e quando as meninas chegam à puberdade. Porém, o naturalista não dá mais detalhes sobre essas duas ocasiões.

Spix também aproveitou a estadia em Tabatinga para negociar com os Ticuna. O zoólogo menciona ter conseguido trocar miçangas, espelhos e facas por armas, adornos e utensílios utilizados e confeccionados por essa etnia. E é dessa maneira que se encerra a visita do bávaro à localidade.

Em 2019, como parte de sua pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), Silvana Teixeira apresentou alguns resultados do levantamento que fez na Coleção Spix & Martius pertencente ao Museum Fünf Kontinente (MFK), localidade em Munique. De acordo com a antropóloga, no momento de sua pesquisa, essa coleção contava com 92 peças. Dentre essas peças, um total de 58 ainda existiam e 34 estavam registradas apenas em catálogo. Entretanto, das 58 peças, ela constatou a existência de 45. Um total de 23 pertenciam aos Ticuna.¹⁴⁸

Por fim, Oliveira recorda que antes do incêndio ocorrido no Museu Nacional no dia 2 de setembro de 2018, o acervo que tinha uma coleção dedicada aos Ticuna também contava com um adorno que foi possivelmente coletado por Spix e que pertenceu, anteriormente, ao

¹⁴⁶ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 283.

¹⁴⁷ FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. *Mil peças: coleções Ticuna do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Setor de Etnografia, 2020, p. 116.

¹⁴⁸ UFAM. Museu Magüta expõe fotografias de objetos Tikuna coletados há 200 anos. Disponível em: <https://ufam.edu.br/ultimas-noticias/507-doutoranda-do-ppgas-expoe-fotografias-de-objetos-tikuna-coletados-ha-200-anos.html>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

acervo da família real portuguesa. Tratava-se de um uma máscara que, anos depois do retorno de Spix e Martius à Europa, foi retratada em três diferentes ângulos pelo pintor francês Jean Baptiste Debret.¹⁴⁹

2.1.5. Os Maxuruna do rio Javari

Os comentários de Spix sobre o povo Maxuruna que habitava as margens do rio Javari foram bastante breves. Tanto no relatório enviado ao rei Maximiliano I quanto no *Viagem pelo Brasil*, o zoólogo os caracterizou fazendo uso das seguintes sentenças: “totalmente selvagens”, “inteiramente bravios” e “hostis”.¹⁵⁰

Logo em seguida, em ambos os documentos, temos uma rápida apresentação do que seriam algumas características físicas desses indígenas. Segundo Spix, os Maxuruna perfuravam as orelhas, o nariz e os lábios. Nessas perfurações eram colocadas conchas e plumas, o que fazia com que eles tivessem os rostos quase que completamente cobertos desses ornamentos. Sobre pinturas corporais, o zoólogo aponta que eles utilizavam de coloração preta e vermelha para pintar a testa.¹⁵¹

Spix ainda relata como o ato de perfurar as orelhas, lábios e faces era um momento de grande importância para os Maxuruna. Já na infância as crianças tinham suas orelhas e lábios perfurados e a ocasião era motivo de celebração. No entanto, era só na puberdade que as suas faces podiam ser perfuradas também.

No *Atlas* que acompanha o *Viagem pelo Brasil*, temos uma ilustração do cacique dos Maxuruna (FIGURA 5). Nessa ilustração podemos entender melhor a descrição feita por Spix. Infelizmente, não temos nenhuma outra informação sobre essa liderança indígena. Não sabemos o seu nome, se ele foi apresentado ao Spix, se eles tiveram algum tipo de interação. Nem o relatório, nem o relato da viagem nos proporcionam essas respostas. Dessa forma, hoje, só temos o registro de um esboço do desenho (FIGURA 4) que foi produzido por Spix e a ilustração que foi trabalhada por Philip Schmid e que faz parte do Atlas.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, João Pacheco apud FRANÇA, 2020, p. 15.

¹⁵⁰ SPIX; MARTIUS, 2018, p. 288. Ibidem, 2017, p. 282

¹⁵¹ Ibidem, 2017, v. III, p. 283.

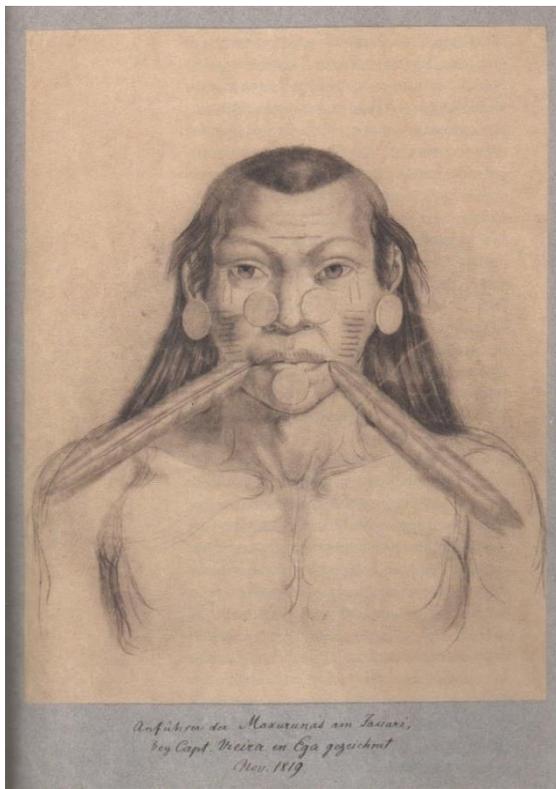


Figura 4 - Cacique dos Maxuruna
 FONTE: SPIX; MARTIUS, 2018, p. 289

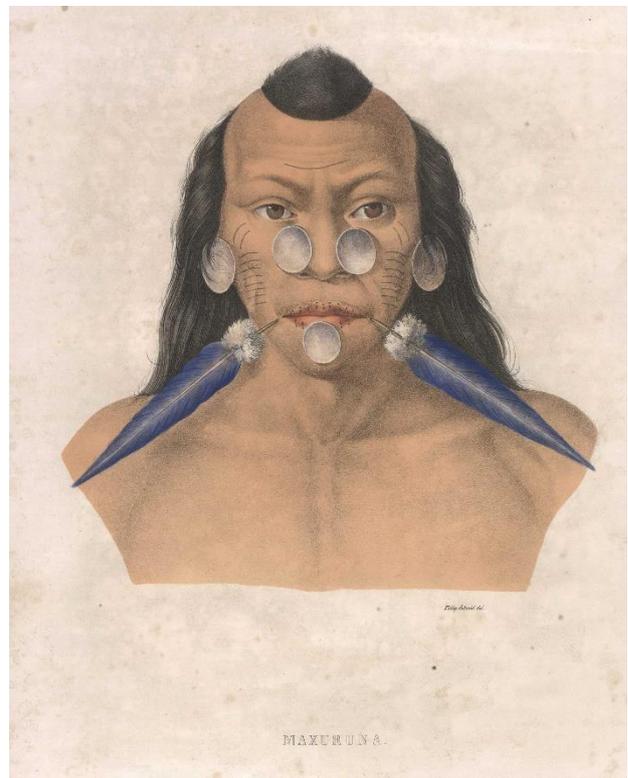


Figura 5 - Indígena Maxuruna
 FONTE: SPIX; MARTIUS, v.III, p. 2017, p. 384

Nas notas do capítulo dedicado a viagem de Spix, a qual foi escrita anos depois da sua morte, Martius reservou uma nota exclusiva para discorrer sobre os Maxuruna. Nesse espaço, o botânico foi ainda mais enfático na tentativa de demonstrar para o leitor a “barbárie” que, de acordo com ele, envolvia essa etnia:

Os maxurunas (majurunas, majorunas, maxironas), constituem uma das tribos **mais poderosas, mais vastamente espalhadas e mais temíveis** do alto Solimões. Eles nem reconhecem a supremacia espanhola, nem a portuguesa, e são **perigosos** para os viajantes brasileiros do Javari, assim como para os espanhóis do Ucayali. Falam língua própria, de entoação muito sonora e dura. Usam cabeleira comprida, com tonsura ao redor do topo da cabeça. Fazem muitos furos no nariz e nos lábios onde metem compridos acúleos e, junto dos dois cantos da boca enfiam duas penas de arara. No lábio inferior, as nasais e lóbulos das orelhas, soem trazer discos talhados de conchas. A esse **aspecto apavorante**, corresponde a **crudeldade de seus costumes**; pois não se satisfazendo com comer a carne do inimigo abatido, matam e comem os próprios velhos e doentes de sua tribo, sem poupar o pai ou filhos nas doenças graves, antes que o doente emagreça.¹⁵²

É importante observar a escolha de Martius em utilizar palavras que, de certa forma, também reforçam essa imagem de selvageria. Por exemplo, algumas palavras utilizadas são: temíveis, perigosos, aspecto apavorante, crueldade de seus costumes.

E mais interessante ainda é notar a dinâmica da descrição que foi adotada tanto por Spix quanto por Martius: primeiro apontaram a suposta condição selvagem e a brutalidade desses

¹⁵² SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 290. (grifo nosso)

homens e mulheres e, em seguida, fizeram um detalhamento de características que, segundo eles, esses indígenas podiam partilhar entre si. Nesse sentido, a opção por fazer uma descrição de características físicas logo após mencionar que esses indivíduos eram “inteiramente bravios”, por exemplo, foi uma forma estratégica de reforçar, por meio da aparência física, essa imagem de “indígenas selvagens”.

No mais, a menção aos Maxuruna se resume a essas questões que foram expostas. Spix não se prolongou e muito menos trouxe mais elementos acerca dessa etnia. O espaço reservado a esse grupo é menos que um parágrafo dentro do relato da sua viagem.

2.3. Martius e a sua expedição pelo Rio Japurá

“Os preparativos para a viagem pelo Japurá não foram tão fáceis [...]”¹⁵³. É com essa frase que se inicia o relato da viagem de Martius. Nele, o botânico relata as experiências que teve na expedição que empreendeu longe do seu companheiro Spix. No total, a viagem durou quase 3 meses e teve início no dia 12 de dezembro de 1819, quando Martius saiu de Ega em direção ao rio Japurá, e se encerrou no dia 11 de março de 1820, quando retornou à Barra do Rio Negro.

Toda a flotilha para dar início a excursão consistiu “em oito embarcações, que levavam 56 homens”. Uma das embarcações, que pertencia ao capitão Zani, foi abastecida com víveres e munições. Ela ficou sob o comando de João Bernardo, “um mulato robusto e corajoso”, e foi equipada com vinte indígenas. A embarcação que transportou Martius teve a presença de doze indígenas. O piloto do barco foi “um índio de cabeça grisalha, sempre bem disposto”, porém, não há menção sobre qual era seu nome. A expedição de Martius também contou com a presença de Gregório, o tuxaua dos indígenas Coeruna (os quais habitavam a aldeia de Maripi), que, na época, estava de passagem na Vila de Ega e foi convidado a seguir com eles. Falaremos de Gregório mais adiante. Com tudo pronto, Martius e companhia partiram em direção ao rio Japurá.¹⁵⁴

O naturalista começa expondo que uma das dificuldades que havia na execução do trajeto escolhido era a de que os viajantes que ousavam percorrer para além da região de Santo Antônio de Maripi e São João do Príncipe (duas aldeias de indígenas fundadas pelos portugueses), na maioria das vezes, precisavam estar acompanhados de um bom número de

¹⁵³ SPIX, MARTIUS; 2017, v.III p. 293.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 294.

pessoas. Isso ocorria porque as margens do Japurá eram habitadas por alguns milhares de indígenas que, no geral, eram vistos com “receio e desconfiança” pelos viajantes.

Outra dificuldade que dizia respeito ao percurso escolhido era a falta de conhecimento de Martius, na época, sobre as viagens realizadas anteriormente no rio Japurá. Entretanto, o cientista admitiu que quando viajou por esse rio ele ignorava completamente uma importante informação que se encontrava na *Narrativa Pessoal* de Alexander von Humboldt. Tratava-se da menção feita sobre uma viagem que havia ocorrido nessa região no século XVI, tal expedição era a de Philip von Hutten, “que em 1541 procurava o Eldorado, vindo da Venezuela, pelo Guaviare, às regiões do Uapés e Japurá, deu combate vitorioso as amaguás; parece, porém, não ter deixado vestígio histórico algum no Brasil.”¹⁵⁵

Porém, mesmo citando outras possíveis viagens ocorridas ao longo dos séculos, o naturalista dizia acreditar que “só a comissão de limites ibero-lusitana”, chamada de Comissão Portuguesa Demarcadora de Limite, havia visitado, na segunda metade do século XVIII, as localidades que ele percorreu. Mas por que mencionar essas questões? Porque, para o botânico, a falta de informações exatas sobre alguns assuntos estimulava, ainda mais, o seu interesse na excursão pelo Japurá. Afinal, dizia ele que “o homem está inclinado a colorir as empresas que põem à prova a sua coragem com cores dum futuro poético.”¹⁵⁶ (S&M, v.3, p. 294; 363)

Ao mesmo tempo em que expôs as dificuldades que existiam para a execução dessa viagem e os vários motivos que poderiam ter o feito desistir, Martius também narrou sobre a emoção que sentiu ao ver, pela primeira vez, o rio Japurá:

Ainda me recordo da exaltação com que contemplei a embocadura do majestoso rio, sonhando com o descobrimento de múltiplas maravilhas. Se esses sonhos não se realizaram, devo, entretanto, ser grato às experiências que se ofereceram nessa região, e que me proporcionavam o aspecto natural, o único exato, do estado primitivo do continente americano e dos seus habitantes!¹⁵⁷

A partir da leitura desse trecho, podemos lembrar que um dos motivos que animava a escolha de Martius pelo rio Japurá era a possibilidade de poder investigar as diversas etnias indígenas que habitavam ao longo das margens desse rio. E é sobre esse aspecto da expedição que iremos nos debruçar a partir agora.

No relatório do dia 06 de outubro de 1820, na parte reservada para a descrição da sua viagem, temos a seguinte frase: “já aqui - e mais ainda mais nas florestas do Alto Japurá, onde a influência da cultura e dos costumes europeus apenas se manifesta - é que se faz possível

¹⁵⁵ SPIX, MARTIUS; 2017, v.III p. 363.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 294; 363.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 294.

observar os índios no seu estado natural”.¹⁵⁸ Um ponto fundamental que precisamos ressaltar é que, sim, tanto Martius quanto Spix acreditavam que tinham entrado em contato com povos indígenas “no seu estado natural”.

Sobre essa questão, concordamos com o argumento de Pablo Diener e Maria de Fátima Costa quando dizem que Spix e Martius

(...) só tiveram acesso a parcelas da população indígena que já haviam travado relações com os diversos agentes colonizadores, seja durante as incursões predatórias destinadas a caçar indígenas para mão de obra escrava, seja durante o processo de ocupação territorial lusitano e missionário na América Portuguesa e os consequentes deslocamentos territoriais de diversas etnias, seja no curso de atividades de tipo extrativo ou comercial.¹⁵⁹

Mesmo que a realidade divergisse muito do que Martius idealizava, ele tentou de diversas maneiras encontrar esses povos que acreditava estarem no seu “estado natural”. E esse é um dos motivos pelo qual sempre que o botânico teve a oportunidade ele buscou seguir em frente com a expedição em direção as regiões pouco exploradas.

Mas se o naturalista queria seguir para regiões pouco exploradas ele sabia que precisaria de pessoas que o ajudassem nessa tarefa. Para essa empreitada, uma das mais importantes e principais colaborações que ele teve desde o início da expedição bávara foi a presença de lideranças indígenas como membros de sua equipe de viagem.

2.3.1. Martius e as lideranças indígenas

Ao longo de todo o trajeto da expedição bávara, os habitantes locais foram uma presença constante no dia a dia dos naturalistas: seja atuando diretamente com os expedicionários e/ou dando informações sobre as regiões visitadas, seja tornando-se anfitriões e oferecendo suas residências para que os bávaros e sua equipe pudessem se hospedar e repousar. Anderson Pereira Antunes reforça que a atividade científica no oitocentos se delineava como uma tarefa que era tanto social quanto cooperativa.¹⁶⁰

Nesse sentido, a amplitude e os resultados da expedição só se tornaram possíveis por conta de uma rede variada de contatos e colaboradores que permitiu que Spix e Martius conseguissem, em grande parte e apesar das muitas dificuldades, cumprir os objetivos propostos pela expedição.

¹⁵⁸ SPIX, MARTIUS, 2018, p. 258.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ ANTUNES, Anderson Pereira. A rede dos invisíveis: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2015, p. 8.

Um exemplo disso é a colaboração dada por algumas lideranças indígenas. Alguns intermediaram o contato dos naturalistas com membros pertencentes a sua etnia e expuseram pontos importantes sobre suas residências, crenças, cultura, entre outros elementos. Outros promoveram trocas de adornos por objetos dados pelos viajantes. E teve o caso de alguns que participaram ativamente da expedição, como membros da equipe da expedição

No trajeto da viagem de Martius, algumas lideranças indígenas atuaram diretamente nessa etapa da viagem, outras indiretamente. Mas, no fim, a colaboração desses homens não pode ficar na invisibilidade. Afinal, o percurso escolhido pelo naturalista já não era um dos mais seguros e ter essas lideranças como contatos importantes dentro desse território foi de extrema importância para seguir a viagem. Com isso, nesse tópico daremos destaque a esses homens que, de diversas maneiras, tiveram um papel importante na realização da viagem do botânico.

Na parte relativa ao percurso de Martius no *Viagem pelo Brasil*, pudemos identificar a menção a sete lideranças indígenas. Porém, um deles não teve o nome informado (o tuxaua dos Jumana) e o outro não teve a sua etnia mencionada (o Tuxaua Domingos). Para melhor visualização dessas informações, elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 2 - Lideranças indígenas no relatório de Martius (tabela desenvolvida pela autora)

Nome	Etnia	Localidade	Participou do trajeto	Atuação / colaboração
Gregório	Coeruna	Santo Antônio de Maripi	SIM	<ul style="list-style-type: none"> • Convidado a fazer parte da equipe de viagem; • Informante (falou sobre lugares, trajetos, outras lideranças e deu dados sobre a sua etnia, etc); • instruiu Martius acerca das melhores formas de permutar com os indígenas; • auxiliou no abastecimento de alimentos e na segurança da equipe.
Albano	Passé	Santo Antônio de Maripi; Maraã	NÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Informante e mediador no contato entre os membros de sua etnia e Martius; • responsável pela guarda de uma coleção de objetos etnográficos que pertencia ao botânico bávaro; • no lago Maraã, foi o anfitrião do expedicionário, oferecendo sua cabana; • doou um barco para a continuação do percurso da viagem.
Pachico (Francisco)	Coretu	São João do Príncipe	SIM	<ul style="list-style-type: none"> • Informante (em determinados momentos foi quem deu informações sobre a situação dos caminhos que a equipe iria seguir, tirou dúvidas de Martius sobre as riquezas da região); • auxiliou na segurança e deslocamento da equipe de viagem;

				<ul style="list-style-type: none"> • negociou adornos da sua etnia com o bávaro.
João Manuel	Miranha	Porto dos Miranhas (Rio Japurá)	NÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Foi o anfitrião de Martius e equipe ao chegarem nessa região; • Ele e diversos outros Miranha ajudaram os viajantes a se recuperarem da febre que os assolou quando estavam no local; • em troca de itens como machados e facas, esse tuxaua negociou com Martius cinco jovens prisioneiros indígenas;
Miguel	Juri	Uarivaú	NÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Foi o anfitrião de Martius e equipe ao chegarem em Uarivaú;
Domingos	Não informada	Manacaru	SIM	<ul style="list-style-type: none"> • auxiliou na segurança e deslocamento da equipe de viagem;
Não informado	Jumana	Não mencionada	SIM	<ul style="list-style-type: none"> • Convidado a fazer parte da equipe de viagem; • Não há nenhuma menção direta à como ele atuou na expedição.

Fonte: SPIX; MARTIUS, v. III, 2017.

Essa tabela nos permite perceber como a atuação e colaboração desses homens na expedição ocorreram de maneiras distintas e como tiveram importância do início ao fim no trajeto da viagem de Martius. Dessa forma, o objetivo desse tópico é apresentar quem eram essas lideranças, como ocorreu o contato entre eles e o bávaro, como ingressaram na expedição, qual foi a atuação na viagem, se participaram ativamente do percurso ou não, entre outros elementos. Para esse momento, a partir da análise dos dados coletados, das sete lideranças que foram mencionadas pelo botânico optamos por trabalhar com os perfis de apenas dois deles: Gregório e Pachico.

Essas duas lideranças tiveram uma presença marcante nessa etapa da expedição. Se Martius conseguiu cumprir seus objetivos propostos, chegando a alcançar regiões que eram muito difíceis de serem acessadas e perigosas para se percorrer, isso se deu muito graças aos conhecimentos e habilidades desses indígenas que o acompanhou em todo o trajeto escolhido.

O mui amigável e prestativo Gregório

Uma das localidades visitadas por Martius foi Santo Antônio de Maripi. Um antigo povoado situado no Japurá e que havia sido fundado na segunda metade do século XVIII, “acrescido depois sucessivamente por uma população de tribos mui diversas”.¹⁶¹ Martius

¹⁶¹ SPIX; MARTIUS, 2017, v. III, p. 296-297

relatou que, quando chegaram ao local, encontraram “apenas seis casas e uma igreja, à qual já desde muito tempo faltava o pároco.” Na ocasião da sua chegada, o juiz do lugarejo (o qual não teve o nome mencionado), um cidadão de Fonte Boa e o único branco que residia no local, não se encontrava no povoado. Com isso, Martius menciona que ele e seus companheiros de viagem se viram “cercados exclusivamente de índios pertencentes às tribos dos passés, juris, coerunas e jumanas.”

Mas ainda que parecesse, a maior parte desses povos não viviam precisamente nessa aldeia, mas sim espalhados pela vizinhança. Dessa maneira, Martius acabou tendo um breve contato com indígenas de diferentes etnias e também teve a experiência de passar alguns dias entre eles.

No mesmo dia em que chegou em Maripí, o expedicionário foi apresentado a membros da etnia Coeruna que estavam presentes no local. Mais tarde, ele os descreveu como um grupo “sem muita importância no Miriti-paraná”. Nesse momento, alguns desses indígenas ofereceram a eles pequenos presentes de frutas. E em troca de utensílios de ferro e miçangas, permutaram adornos de penas e armas. O que não deixavam de ser objetos valiosos que poderiam integrar a coleção do botânico. O responsável por estabelecer o primeiro contato entre o bávaro e os indígenas Coeruna foi Gregório, o tuxaua desse povo.

Martius ressaltou que os indígenas Coeruna, Pássé e Jumana tinham seus próprios principais. Conforme apontado por ele, o modelo da escolha dos chefes dessas etnias ainda eram resquícios do tempo do “Diretório dos Índios”, o qual foi implantado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1751 e 1759.

Dividido em 95 parágrafos o Diretório, além de conter determinações precisas sobre economia e administração dos aldeamentos, abrangia uma enorme gama de assuntos e fornecia orientações quanto a múltiplas esferas da vida, assuntos como o governo e a civilização dos índios. Inicialmente, a lei mandava que os “principais” indígenas governassem as aldeias. Avaliava porém que os índios não teriam capacidade de governar devido à rusticidade, à ignorância e à falta de aptidão. Diante disso, era necessária a existência de um diretor nas povoações com domínio da língua indígena, entre outros requisitos. Nas aldeias transformadas em vilas, os índios passariam a ser governados por juízes e vereadores, e não mais pelos missionários, o que os igualava de um ponto de vista formal aos demais cidadãos.¹⁶²

De acordo com Martius, a escolha dos principais dessas aldeias se dava a partir de algumas etapas: em primeiro lugar, eles eram escolhidos pelos indígenas da sua própria etnia,

¹⁶² OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p. 70-71.

depois essa escolha era confirmada pelo governo e, a partir disso, tornavam-se os intermediários pelos quais o juiz do local se dirigia a população.¹⁶³

Na época da expedição de Martius, o Principal da etnia Coeruna era o “velho Gregório” (maneira pela qual foi chamado na primeira vez que apareceu na narrativa). Ele foi descrito pelo botânico como um “índio bondoso, amigo dos brancos”. Inclusive, Martius e Gregório acabaram estabelecendo uma relação amigável no decorrer da viagem. E até mesmo a barreira linguística não foi um impedimento no convívio dos dois. Afinal, Gregório se comunicava muito bem na língua geral e Ricardo Zany, um dos companheiros de viagem de Martius, atuou como seu intérprete. Logo, a comunicação entre o bávaro e o Tuxaua parece ter se dado de forma bastante tranquila.

Um exemplo disso é que muitas das informações que Martius mencionou acerca dos Coeruna foram coletadas a partir de conversas entre ele e Gregório. Em uma das conversas, o tuxaua apresentou ao bávaro algumas das crenças da sua etnia. Conforme registrado pelo expedicionário, os Coeruna não acreditavam na imortalidade e temiam a morte. Eles também partilhavam da ideia da existência de um deus que tinha criado tudo que há (os rios, as matas, o ar e etc) mesmo que nunca tivessem o visto.¹⁶⁴

Gregório ainda falou para Martius que deus havia criado isso tudo para que eles pudessem viver bem. E um dos pontos importantes para se viver bem era que eles precisariam ser bons e se comportarem com os seus companheiros. Depois de Gregório falar isso, o naturalista percebeu que era uma forma do tuxaua demonstrar que estava bem intencionado para com ele e que esse sentimento deveria ser mútuo. Como forma de demonstrar simpatia, Martius ofereceu para ele uma dose de cachaça no que, conforme o relato, o tuxaua ficou bastante satisfeito.

Além disso, Gregório presenteou Martius com diversas caixas (não há informação exata de quantas foram) contendo diferentes adornos usados pelos Coeruna. Sobre essas caixas, Martius relatou que elas eram um “interessante documento da indústria indígena”, pois eram muito bem trabalhadas. Ele também fez questão de deixar registrado que os adornos recebidos eram “os mais belos trabalhos de penas” que já tinha visto entre os diferentes grupos indígenas que teve contato¹⁶⁵. Infelizmente, o naturalista não deixou nenhuma ilustração no *Atlas* para expor como eram essas peças. Apenas fez um comentário mencionando do que elas eram feitas.

¹⁶³ SPIX; MARTIUS, v. III, 2017, p. 297.

¹⁶⁴ SPIX; MARTIUS, v. III, 2017, p. 298.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 298-299.

Dessa maneira, essa relação relativamente amistosa entre Martius e Gregório foi sendo construída. Além do mais, é importante responder algumas perguntas-chave: como e quando Martius conheceu Gregório? Como e por que ele passou a ser um membro da equipe da expedição? E, por fim, qual foi a sua atuação?

Martius conheceu Gregório quando ainda estava passando uns dias em Ega ao lado de seu companheiro Spix, na primeira quinzena de dezembro de 1819. Porém, nem o relatório nem o relato da viagem nos permitiram saber quem os apresentou. Também não sabemos os motivos pelos quais Gregório estava nesse local. Apenas temos a informação de que o tuxaua em breve iria fazer um trajeto no qual seguiria pelo rio Japurá.¹⁶⁶

Sobre a entrada de Gregório na expedição encontramos duas versões distintas. Na primeira versão, a que consta no relatório de prestação de contas, é mencionado que o tuxaua se ofereceu para ser o guia na viagem. Já na segunda versão, a que está presente no *Viagem pelo Brasil*, Martius expôs que foi feito um convite a Gregório para que ele o acompanhasse na sua viagem pelo Japurá.¹⁶⁷ No fim, não sabemos exatamente qual versão é a mais exata. O que sabemos é que o tuxaua dos Coeruna realmente seguiu como membro da equipe de Martius. Outro dado que não conseguimos apreender na leitura dos dois documentos é a razão pela qual Gregório quis participar da expedição.

Apesar disso, a atuação e a colaboração de Gregório foram de grande importância para o sucesso da viagem de Martius. Ele atuou como um dos guias da expedição, informando a situação dos trajetos que iriam percorrer, se era seguro ou perigoso demais e indicando os melhores caminhos que a equipe deveria seguir. O tuxaua também colaborou aconselhando Martius nas estratégias que ele deveria adotar ao longo do percurso. Só para exemplificar, foi Gregório quem sugeriu que Martius convidasse as lideranças de diversas etnias para fazer parte da equipe que seguiria viagem pelo Japurá. Para ele, a presença de outras lideranças na expedição aumentaria a segurança de todos. Aliás, foi ele quem insistiu que avisassem Pachico (tuxaua dos Coretu e também membro da equipe de viagem) sobre a expedição e os possíveis caminhos que iriam percorrer.

Gregório também ensinou a Martius quais eram as melhores formas de tentar permutar com os indígenas (mas não há o registro do que ele disse para o bávaro). Além do mais, em uma passagem o naturalista deixa claro que tentou colocar em prática o ensinamento que recebeu e que obteve êxito.

¹⁶⁶ SPIX; MARTIUS, 2018, 257.

¹⁶⁷ Ibidem, 2018, p. 259.; Ibidem, v. III, 2017, p. 294.

O tuxaua dos Coeruna também auxiliou tanto no abastecimento de comida para a equipe da expedição quanto na sua segurança. Em determinando momento da viagem as provisões de galinhas acabaram e Martius e Zany diziam sentir faltam da carne desse animal. Então Gregório seguiu em direção ao Miriti-Paraná (uma região da Colômbia) para buscar galinhas e outros alimentos.

Por fim, podemos perceber como a atuação de Gregório foi fundamental nessa etapa da viagem. Os conhecimentos do tuxaua foram essenciais tanto na construção do trajeto e nas estratégias para reforçar a segurança de toda a equipe, quanto auxiliando como guia e ajudando no abastecimento de alimentos.

O “astuto e atrevido” Pachico

Outra liderança que participou ativamente dessa etapa da viagem foi Pachico, o tuxaua dos Coretu. De acordo com Martius, o seu nome verdadeiro era Francisco, mas os outros indígenas não acertavam falar dessa forma e acabaram se acostumando a chamá-lo de Pachico. E foi com esse apelido que ele ganhou fama pela região do Japurá.

Segundo Martius, Pachico foi o indígena “mais astuto e atrevido” que ele conheceu.¹⁶⁸ Ele o descreveu como um homem poderoso e perigoso. Nesse sentido, a presença de Pachico na expedição significava segurança para seguir a viagem. Se em outros lugares os naturalistas precisaram de autorizações do governo para seguirem com a expedição, na região do Japurá a dinâmica parecia outra. Não foi à toa que Gregório sugeriu a presença de outras lideranças na equipe. Isso ajudaria no deslocamento de um lugar para outro sem grandes problemas ou perigos.

Mas assim como foi com Gregório, é importante pensarmos algumas questões sobre Pachico: como ele conheceu Martius? Como começou a fazer parte da expedição? E, por último, qual foi a sua atuação/colaboração na viagem? Felizmente, o relato da viagem nos permite responder, ainda que parcialmente, tais perguntas.

Martius conheceu Pachico exclusivamente por conta da expedição. Inclusive, quando Gregório declarou que seria interessante convidar as lideranças de diversas etnias para compor a equipe, ele mencionou justamente o nome de Pachico ressaltando que achava importante que avisassem a ele sobre a presença do bávaro e equipe na região do Japurá. Dessa forma, seguindo os conselhos de Gregório, o naturalista o convidou para ingressar na equipe da expedição.

¹⁶⁸ SPIX; MARTIUS, v. III, 2017, p. 305.

Contudo, a documentação não nos permitiu saber como, onde e quando se deu esse convite. Porém, o naturalista descreveu no relato o momento no qual viu Pachico pela primeira vez: “[...] Ele apareceu-me descalço, trazendo as calças de algodão usuais dos índios, mas envergava uma casaca azul e empunhava a *pococaba*, uma cana com borla de prata.”¹⁶⁹ Era a manhã do dia 31 de dezembro de 1819 e Martius estava em São João do Príncipe. Pachico já havia aceitado o convite e tinha ido a região para encontrar o bávaro.

Entretanto, Pachico não foi sozinho. Ele chegou acompanhado de alguns indígenas da sua etnia. Inclusive, na tarde desse mesmo dia, Martius conseguiu presenciar alguns deles fazendo uma apresentação de dança utilizando alguns adornos de penas. Mas ele não gostou muito da coreografia, no entanto fez questão de negociar com o tuxaua os adornos que foram utilizados. Tudo era uma oportunidade para obter peças para a sua coleção.

Quando perguntou para Pachico sobre as riquezas minerais existentes na região do Japurá ele fingiu desconhecer o assunto. Mas à noite tentou negociar a informação e em troca levaria a sua filha, uma jovem de 18 anos, para a viagem.

Martius recusou essa proposta. Não permitia, de maneira nenhuma, a presença de mulheres em sua equipe. Não importava o motivo que lhe apresentassem. Em outra ocasião, quando estavam em Santo Antônio de Maripi, Gregório insistiu para que uma mulher indígena que estava fugindo de Ega e que ele havia acolhido pudesse seguir com eles até o Alto Japurá. Lá, esperava-se que a mulher encontrasse seus familiares. Mas o naturalista também recusou esse pedido e não deixou a mulher seguir com eles.

O bávaro utilizou o argumento de que fazia isso para evitar “desordens”, as quais acreditava que as mulheres causariam. Dessa forma, o expedicionário reforçava que “todas as mulheres haviam sido excluídas” do início ao fim da expedição.¹⁷⁰ Entretanto, essa exclusão e/ou não aceitação de mulheres nesse tipo de viagem não foi exclusividade da viagem de Spix e Martius. Muito pelo contrário.

Na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, essa era uma prática comum nas grandes expedições científicas inseridas no “grande projeto da história natural”.¹⁷¹ O espaço

¹⁶⁹ Martius continuou esse trecho explicando o que era essa borla de prata: “Este símbolo de autoridade havia sido dado aos principais no tempo de Mendonça Furtado e da segunda Comissão de Limites, pois esperavam conquistar os rudes silvícolas por meio de aparências de dignidade e cargos de honra; mas atualmente é tão raro como ver-se um fato europeu, qual o de Pachico, que provavelmente data daquela época.” SPIX; MARTIUS, v. III, 2017, p. 313.

¹⁷⁰ SPIX; MARTIUS, v. III, 2017, p. 303.

¹⁷¹ PRATT, 1997, p. 78.

dessas expedições era predominantemente um espaço moldado para os homens, os quais as mulheres sequer podiam fazer parte.¹⁷²

Mary Louise Pratt aponta que

(...) a história natural defendeu uma autoridade urbana, letrada e **masculina** sobre todo o planeta; [...] Os heróis-naturalistas não são, todavia, mulheres – **nenhum mundo é mais androcêntrico do que aquele da história natural** (o que não quer dizer, evidentemente, que não tenham existido mulheres naturalistas).¹⁷³

E foi dessa forma que se construiu a expedição bávara: sem a presença de mulheres. Voltando ao caso da filha de Pachico, Martius relatou que ao recusar a proposta do tuxaua, ele o presenteou com objetos feitos de ferro e a moça com miçangas e chitas. Tudo isso foi feito na tentativa de agradar o indígena. Segundo ele, Pachico ficou satisfeito com os presentes e prometeu acompanhar toda a equipe até cachoeira de Araraquara que ficava nos territórios de domínio espanhol¹⁷⁴. Esse era o destino do trajeto de Martius. E o Principal dos Coretu cumpriu sua promessa.

No fim, Pachico realmente auxiliou na proteção da equipe durante todo o percurso, inclusive, estando quase todo momento próximo a Martius. O que dava mais segurança ao bávaro cada vez que adentravam localidades do Japurá que tinham sido pouco exploradas e eram vistas como perigosas. Ele também atuou como guia e utilizava seus conhecimentos da região para indicar os melhores caminhos.

2.4. O reencontro de Spix e Martius e o retorno para a Baviera

A última parte da viagem de Spix foi em Tabatinga, bem na fronteira com o território da América Espanhola. Naquele momento, Spix já estava com a saúde bastante debilitada e sofrendo com os muitos acessos de febre. Inclusive, esse foi o motivo principal pelo qual optou por encerrar a sua excursão pelo Solimões e retornar para a Barra do Rio Negro. Tanto no

¹⁷² Apesar disso, aos poucos os pesquisadores começaram a encontrar registros sobre algumas mulheres que conseguiram participar dessas expedições científicas. Como é o caso da francesa Jeanne Baret que em 1766 ingressou na expedição comandada por Louis de Bougainville e é tida como a primeira mulher a circum-navegar o mundo. Contudo, Baret só conseguiu embarcar porque se vestiu com roupas largas na tentativa de esconder seu gênero e passou a responder pelo nome Jean. No ano de 2020, chegou ao Brasil a tradução de um estudo sobre Baret. De autoria de Glynis Ridley, o livro *O segredo de Jeanne Baret* é um importante movimento na busca de trazer à tona o nome dessas viajantes e os seus feitos nessas viagens. Ver mais: LÓPES, Alberto. Jeanne Baret, a primeira mulher a circum-navegar o mundo, no século XVIII, por seu amor à botânica. *El-País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-27/jeanne-baret-a-primeira-mulher-a-circum-navegar-o-mundo-no-seculo-xviii-por-seu-amor-a-botanica.html>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

¹⁷³ PRATT, 1997, p. 78; 106. (grifo nosso)

¹⁷⁴ Atual Colômbia.

relatório quanto no relato da viagem, temos a impressão de que o seu retorno se deu de forma tranquila e sem muitos problemas ou imprevistos.

Assim como Spix, Martius finalizou o seu trajeto pelo Japurá com a saúde muito fragilizada. Quando alcançou a cachoeira de Araraquara, o lugar planejado para a finalização da sua expedição, ele já estava sofrendo diariamente com diversos acessos de febres que também acabou atingindo quase toda equipe. Tanto é que a visita nesse local não durou muito, pois o bávaro não tinha forças e disposição para explorar a região. De tal modo, foi nesse cenário e nesse contexto que o trajeto de Martius foi finalizado.

No trajeto da volta ele teve que desembarcar às pressas em Santo Antônio de Maripi apenas para buscar suas coleções que estavam sob a guarda de Albano, o principal dos Passé, e teve que seguir rapidamente em direção a Ega. Albano quis presentear e surpreender o naturalista e inseriu mais alguns objetos pertencentes a sua etnia nas caixas de Martius, o que aumentou ainda mais a sua coleção.

No dia 2 de março de 1820, ao retornar a Ega, ele encontrou seu amigo Zany muito doente. O comerciante estava fraco e sentia constantes febres. Dessa forma, Martius teve que continuar a viagem de regresso sem seu companheiro e mui amigo Ricardo Zany. Essa foi a última vez que eles se viram pessoalmente. No mesmo dia, ele recebeu a carta deixada por Spix semanas antes avisando que já estava retornando à Barra do Rio Negro e sugeria que Martius fizesse a mesma coisa o mais rápido possível. Afinal, o tempo dado para a execução da viagem já estava se esgotando e eles precisavam regressar para a Europa o quanto antes.

Além disso, a sua viagem de regresso a Barra do Rio Negro se deu de forma bastante conturbada. A volta se deu pelo rio Solimões, o qual estava em período de grande enchente. Martius narrou que, naquele momento, o vento e as águas do rio estavam tão fortes que rapidamente chegaram em Coari. Porém, no meio do caminho caiu um forte temporal que destruiu o leme da embarcação que Martius estava e quase acidentou gravemente o timoneiro. Felizmente, nada aconteceu com ele e todos ficaram a salvo em uma enseada aguardando a chuva passar. Mais adiante, foram surpreendidos por um novo temporal o que aumentou os estragos na embarcação. Como consequência, tiveram que parar em Alvelos. Nesse local, a embarcação passou por alguns reparos e, assim, puderam seguir a viagem.

Martius e equipe continuaram a viagem, mas tiveram que fazer uma pausa para repousarem. O botânico relatou que enquanto estava dormindo teve uma “estranha sensação” e foi verificar o acampamento onde os ajudantes indígenas estavam repousando. Chegando lá, viu que absolutamente todos os remadores que habitavam as regiões de Ega e do Japurá tinham

ido embora sem falar nada. Dessa equipe só permaneceram três indígenas que eram do Pará, os quais o acompanhou até a Barra do Rio Negro.

Antes de chegar no destino, Martius optou por passar em Manacapuru para dar notícias acerca da saúde de Zany e tranquilizar a sua família. Nesse mesmo local, temos a informação de que um jovem indígena da etnia Juri foi levado por Martius. E ele não foi o primeiro. Depois de negociações com João Manoel, o tuxaua dos Miranha, seguiram com Martius cinco indígenas Miranha que tinham sido capturados para serem vendidos como prisioneiros: duas meninas e três meninos. Dois deles foram deixados em Ega e em Belém.¹⁷⁵ Dessa forma, os quatro indígenas que ficaram com o naturalista seguiram com Spix e Martius em direção a Europa. Eles tinham entre 8 e 14 anos. Infelizmente, dois deles morreram de “endurecimento do fígado e hidropisia” ainda na travessia do Atlântico.

Com isso, a menina Miranha que recebeu o nome de Isabella e o menino Juri que foi chamado de Johannes desembarcaram em solo bávaro como duas peças vivas que foram coletadas durante a expedição e foram entregues ao rei do mesmo modo que foram entregues plantas, animais ou objetos. Contudo, esse triste e cruel episódio não foi um caso isolado que aconteceu apenas na expedição bávara. Maria de Fátima Costa ressalta que, entre os séculos XVIII e XIX, essa era uma prática muito comum nas expedições científicas pautadas na História Natural.¹⁷⁶

Em 11 de março, Martius alcançou a Barra do Rio Negro e reencontrou o seu companheiro Spix após três meses viajando separados. Em 16 de abril desembarcaram em Belém. Então começaram a se preparar e a organizar as suas coleções pois em breve embarcariam num navio rumo a Lisboa. Após três anos do início da expedição científica bávara, no dia 14 de junho de 1820 Spix e Martius embarcaram no navio *Nova Amazonas* em direção a Europa.

¹⁷⁵ COSTA, Maria de Fátima. Os "*meninos índios*" que Spix e Martius levaram a Munique. *Artelogie*, Nº 14, 2019, p. 9.

¹⁷⁶ COSTA. 2019, p. 5.

CAPÍTULO 3: Depois da expedição ao Brasil

3.1. O retorno de Spix e Martius à Europa

Em 8 de dezembro de 1820, Spix e Martius chegaram em Munique. Após quase quatro anos do início da expedição científica, os dois retornaram à Baviera levando consigo inúmeras coleções de plantas, animais e objetos. A chegada dos dois foi bastante celebrada, afinal, era o encerramento oficial da primeira expedição bávara. Na manhã do dia 9 de dezembro, os naturalistas foram recebidos pelo rei Maximiliano I o qual lhes concedeu a Cruz de Cavaleiro da Ordem do Mérito Civil (Ritter des Civil-Verdienstordens der Bayerischen Krone), tornando-os nobres. Com isso, a partícula “von” passou a fazer parte dos seus nomes e de seus descendentes. Ambos passaram a receber uma renda vitalícia do governo bávaro, o que lhes garantia uma estabilidade financeira.¹⁷⁷

De acordo com Karen Lisboa, quem realizava uma viagem de exploração podia contar com uma ascensão em sua carreira. A autora aponta que a forma constante que as coleções naturais e as anotações sobre a expedição foram enviadas à Academia de Munique já demonstrava o seu sucesso. Assim sendo, logo após o retorno, Spix e Martius puderam experimentar uma extraordinária ascensão social e profissional. Spix, que na época tinha 39 anos, foi promovido a conselheiro da corte. Já Martius, no alto de seus 26 anos, virou membro ordinário da Academia de Munique e também recebeu o cargo de segundo-conservador do Jardim Botânico. A expedição foi considerada exitosa e os dois naturalistas tornaram-se membros de diversas academias e sociedades científicas.¹⁷⁸

Para o campo da Botânica e da Zoologia, a expedição realmente foi um sucesso. No último volume do *Viagem pelo Brasil*, Martius apresentou uma lista com a quantidade de espécimes de animais e de plantas que eles haviam obtido. Os quais, conforme apontou, foram enviados para o Museu da Real Academia de Ciências de Munique.

(...) O que se obteve da zoologia consiste em 85 espécimes de mamíferos, 350 de aves, 130 de anfíbios, 116 de peixes e 2.700 de insetos. Desta última classe, 1.800 coleópteros, 120 ortópteros, 30 neurópteros, 120 himenópteros, 120 lepidópteros, 250 hemípteros, 100 dípteros; dos aracnídeos, existem 80 espécimes e outros tantos de cretáceos. A coleção botânica consiste em 6.500 espécimes de plantas.¹⁷⁹

¹⁷⁷ LISBOA, 1997, p.54.; FITTKAU, Ernst Josef. Johann Baptist Ritter von Spix: primeiro zoólogo de Munique e pesquisador no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2001, v. 8, n. suppl, pp. 1109-1135. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000500017>>. Acesso em: 5 de fev.2022.

¹⁷⁸ LISBOA, 1997, p.54.

¹⁷⁹ SPIX; MARTIUS, v. III, 2017, p. 473.

Contudo, no mesmo dia em que os naturalistas receberam todos os tipos de congratulações, honras e promoções pelos feitos da expedição, havia um ponto de extrema crueldade gerado pela viagem e que alcançou o seu ápice nessa ocasião: a entrega da menina Miranha e do menino Juri como peças vivas ao rei. Costa ressalta que:

Juri e Isabela estavam, sem dúvida, entre as peças mais vistosas das coleções que Spix e Martius entregaram ao rei, e não é difícil imaginar quantos, atraídos por essas notícias, foram até o Palácio Real ver as criaturas que por cortesia de Spix e Martius poderiam receber a visita de quem quisesse vê-los.¹⁸⁰

Infelizmente, a menina Isabella Miranha e o menino Juri não sobreviveram por muito tempo após a chegada em Munique. Inclusive, a imprensa bávara noticiava que ambos sofriam muito com o clima da região e ficavam doentes com muita constância. Seis meses depois do desembarque na Baviera, o menino teve problemas nos pulmões e em junho de 1821 veio a falecer. Isabella morreu em maio de 1822, mas a causa da sua morte não foi registrada.¹⁸¹

Segundo Costa, para a sociedade muniqueense os únicos culpados pela morte dos dois jovens eram elementos ligados a natureza: o inverno, o frio e a temperatura muito diferente da região amazônica. Porém, a autora reforça que

(...) Essa até poderia ser a causa imediata que pôs fim aos seus sofrimentos físicos, entretanto, para eles a morte foi mais lenta e difícil, e teve início no dia em que os naturalistas lhes tiraram do seu povo. Foi isso que Martius rapidamente percebeu e do que intimamente se culpou. Tanto assim que, incomodado, mal chegou a Munique, passou a criar versões diversas para explicar como os adquiriu.¹⁸²

Entretanto, naquele momento do retorno à Baviera e do encerramento da viagem, esse triste, cruel e violento episódio não influenciou em nada a ascensão da carreira de Spix e Martius. Pelo contrário, só reforçou o êxito da expedição. Pois, como já mencionado anteriormente, levar habitantes locais como uma peça viva para ser exposta era uma prática comum entre diferentes naturalistas.

Após a expedição, a carreira de Spix acabou não sendo muito longa. Ele retornou à Munique com a saúde bastante fragilizada. Apesar disso, ele procurava trabalhar de forma bastante ativa para que os resultados das pesquisas feitas na viagem fossem logo publicados. Para Ernst Josef Fittkau,

(...) Tinha-se a impressão de que ele julgava ter pouco tempo de vida e, portanto, pouco tempo para viabilizar suas publicações. Por outro lado, parecia sentir o desejo de se preparar logo para retornar à região tropical e

¹⁸⁰ COSTA, 2019, p. 11.

¹⁸¹ Ibidem, p. 14.

¹⁸² Ibidem, p. 15.

continuar suas pesquisas, ao contrário de Martius, que nunca mais teve vontade de viajar para os trópicos.¹⁸³

O bávaro seguia num ritmo frenético de catalogação, descrição e publicação dos materiais da coleção que levou para a Europa. Em parceria com Martius, Spix buscou publicar os resultados da expedição em forma de relato de viagem. Esse gênero era muito consumido por diferentes grupos de leitores europeus. Nasceu assim o livro *Viagem pelo Brasil*, que teve seu primeiro volume publicado em 1823. Esse volume foi o único que o zoólogo chegou a ver. Porque em razão das suas condições precárias de saúde, ele acabou falecendo no dia 13 de maio de 1826. Spix tinha 45 anos.

Quando Spix faleceu, Martius tinha 32 anos e estava experimentando uma ascensão social e profissional. Havia recebido promoções nos empregos, tinha uma renda estável e estava trabalhando em diversas publicações que eram resultados da viagem. Na vida pessoal, fazia três anos que Martius tinha iniciado uma família. Em 1823, o botânico se casou com Franziska von Stengel (1805-1881), uma mulher católica, criada numa família de altos funcionários da corte. Dessa união nasceram quatro filhas e um filho, todos educados de forma severamente católica, segundo o biógrafo Frederico Sommer.¹⁸⁴

Lisboa observa que a residência do casal, em Munique, tornou-se um ponto de encontro da sociedade culta bávara e europeia. A começar pelos estudantes, para os quais todas as quartas-feiras, à noite, as portas ficavam abertas, permitindo livre acesso à biblioteca e ao herbário particular de Martius.¹⁸⁵ O professor de medicina Anton Spring, aluno do naturalista, ao referir-se esse agitado lar recorda o

(...) encanto das reuniões de amigos que, todas as noites, visitavam sua hospitaleira casa, com a sorte de lá encontrar estrangeiros importantes, de passagem em Munique, e notabilidades científicas, literárias, artísticas e políticas da cidade.¹⁸⁶

A “fama” de Martius ultrapassou as “fronteiras bávaras”. Isso pode ser notado a partir do número de academias e sociedades às quais mantinha algum vínculo. Lisboa observa que o naturalista se tornou membro de dez academias (Frankfurt, Numberg, Niederrhein, Erlangen, Regensburg, Londres, Viena, entre outras), membro correspondente de vinte e duas academias e sociedades, além de ser sócio honorário de outras cinquenta e duas.

¹⁸³ FITTKAU, 2001, p. 1112.

¹⁸⁴ LISBOA, 1997, p.62-.

¹⁸⁵ Ibidem, p.63

¹⁸⁶ Anton Spring apud LISBOA, 1997, p.63

Com o Brasil, o vínculo institucional de Martius firmou-se com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) no ano de 1838. Sobre isso, no dia 1º de agosto de 1840, dois anos após a criação do instituto, foi lida a carta do naturalista na qual este agradecia o envio do diploma de membro honorário do instituto. Nesta carta ele esclarecia quais eram as suas preocupações acadêmicas naquele momento:

As minhas ocupações literárias [...] versam presentemente sobre dois objetos, que também preenchem os fins do Instituto, a saber: a história natural do reino vegetal do Brasil, e a história dos seus primitivos habitante.¹⁸⁷

Kaori Kodama aponta que essas “ocupações literárias” que foram mencionadas por Martius marcaram a sua identidade como naturalista. No entanto, na carta mencionada ele não faz qualquer menção a possíveis estudos históricos, ou mais particularmente, a História do Brasil, a qual tornaria “mais conhecida a relação do naturalista com o Instituto.”¹⁸⁸

É interessante chamar atenção para o fato de que quando a memória *Como se deve escrever a história do Brasil* foi publicada, no ano de 1845, Martius já possuía um bom reconhecimento público o qual buscava receber, bem como já havia ganhado certo espaço, a partir da criação do Instituto, para a divulgação do seu saber e de seus estudos em terras brasileiras.¹⁸⁹

Mas a participação de Martius como sócio honorário não só representava um *status* ao IHGB, ela também servia como uma espécie de porta de entrada para os literatos do Brasil nas academias científicas europeias por meio da obtenção de títulos e diplomas de sócios para eles.¹⁹⁰

3.2. Resultados da primeira expedição científica bávara

De volta à Munique, Spix e Martius dedicaram-se à elaboração e publicação dos resultados da expedição e a diversos estudos. Seis anos após a expedição, Spix já havia conseguido completar as descrições de aproximadamente quinhentas espécies de moluscos e vertebrados que haviam sido coletados. Ele também publicou um trabalho sobre macacos e morcegos, outro sobre tartarugas e sapos, um sobre aves e um sobre cobras. Diversos outros trabalhos do zoólogo foram divulgados postumamente.¹⁹¹

¹⁸⁷ Ata da 44ª sessão em 1º de agosto de 1840. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p.413.

¹⁸⁸ KODAMA, 1999, p.60

¹⁸⁹ *Ibidem.*, p.61.

¹⁹⁰ *Ibidem.*, p.56.

¹⁹¹ FITTKAU, 2001, p. 1112-1113.

Num esforço em conjunto e com o forte desejo de apresentar ao público os resultados da expedição, no ano de 1823 os naturalistas conseguiram publicar o primeiro volume do *Reise in Brasilien* (em português: Viagem pelo Brasil). Mas com a morte prematura de Spix, em 1826, Martius ficou sozinho para realizar a tarefa de completar e trazer à público os outros dois volumes da obra.

Contudo, é importante observar que Martius, em nenhum momento, questionou a dupla autoria da obra. Inclusive, manteve Spix como coautor dos outros dois volumes. Ainda que não tenha participado de um terço da narrativa, Martius utilizou muitas de suas anotações para compor o texto final.¹⁹² Assim, os outros dois volumes foram publicados em 1828 e 1831.

Em paralelo a redação da *Viagem pelo Brasil*, Martius se dedicou aos estudos botânicos e fitogeográficos sobre a flora brasileira. Após a expedição, um dos primeiros resultados positivos de Martius no ramo da Botânica, foi quando ele publicou em em 1823 o primeiro volume da obra *Nova Genera et Species Plantarum Brasiliensium* (Novos gêneros e espécies de plantas brasileiras, em tradução livre). O último volume foi publicado em 1831.

Mais tarde, ainda no ramo da Botânica, Martius pretendia sistematizar e descrever todas as plantas brasileiras conhecidas até aquele momento, considerando a sua utilização medicinal, comercial e econômica. Porém, esse era um empreendimento bastante ousado e que iria precisar de um grande investimento. Mas em 1838 ocorreu a primeira tentativa de publicar uma edição, mas a tentativa falhou.¹⁹³

Essa ideia deu origem a volumosa obra “Flora Brasiliensis”. Essa obra foi patrocinada pelos imperadores da Áustria e do Brasil e pelo rei da Baviera. Foi produzida na Alemanha entre 1840 e 1906 e seus editores foram Karl Friedrich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban e contou com a participação de 65 especialistas de vários países. A obra contém “tratamentos taxonômicos de 22.767 espécies, a grande maioria de angiospermas brasileiras, reunidos em 15 volumes divididos em 40 partes, num total de 10.367 páginas”. Na “Flora Brasiliensis” também contém “3.811 litografias de altíssima qualidade, muito ricas em detalhes, que são de grande ajuda na identificação de espécie.”¹⁹⁴

O impacto da expedição ao Brasil pode ser percebido na vasta produção intelectual de Martius. O naturalista tratou de diversas temáticas e áreas, indo além da Botânica e Medicina –

¹⁹² LISBOA, 1997, p.55

¹⁹³ Ibidem, p.70.

¹⁹⁴ Flora brasiliensis: a obra. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/opus>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

suas áreas de formação principal. Ele também trabalhou com cartografia, estudos etnográficos, linguísticos e médicos sobre as populações indígenas.

Por exemplo, em 1832, um ano após a publicação do terceiro e último volume do *Viagem pelo Brasil*, Martius publicou o texto *Von dem Rechtzustande unter den Ureinwohnern Brasiliens* (O estado do direito entre os autóctones do Brasil). No dia 18 de setembro de 1838, na cidade de Freiberg, deu uma conferência na sessão pública dos naturalistas e médicos alemães com o texto intitulado *Die Vergangenheit und Zukunft der Amerikanischen Menschheit* (O passado e o futuro do Homem Americano). Em 1844, editou um estudo sobre a “Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros”, o qual foi denominado em alemão de *Das Naturell, die Krankheiten, das Arzthum und die Heilmittel der Urbewohner Brasiliens*.

Entretanto, Martius não se dedicou apenas as ciências, também se aventurou na literatura. Em 1831, depois de alguns anos de redação, encerrou o seu único romance: *Frey Apollonio – ein Roman aus Brasilien* (Frey Apollonio – um romance do Brasil). É considerado um *bildungsroman* (romance de formação) e tem como cenário a região amazônica, inspirado na viagem de Martius pelo Amazonas.¹⁹⁵ Mas não podemos deixar de ressaltar que esse romance foi ocultado pelo próprio autor, sendo deixado ainda de forma manuscrita e só foi publicado em 1992. Outro caso interessante é o fato de Martius não o ter assinado com o seu nome, mas com o anagrama dele: Suitram.

Martius ainda fez um breve incursão no campo da “historiografia” com seu programa *Bemerkungen über die Geschichtsschreibung Brasiliens* (Como se deve escrever a história do Brasil, em português). Foi por meio deste texto que o naturalista se projetou no seio da elite acadêmica brasileira, afinal a tradução do seu relato de viagem só veio a público em 1938, na ocasião das comemorações do centenário do IHGB.

Nesse texto, o naturalista fez uma exposição sobre a questão das “três raças”, o aspecto que se tornou mais conhecido dessa publicação, e também discorreu sobre cada uma delas, separadamente, e quais os pontos, problemas e formas de serem estudadas para então serem inseridas naquilo que viria a ser a historiografia do país. Desse modo, para os propósitos dessa pesquisa, optamos por apresentar a análise apenas do tópico no qual o naturalista disserta sobre as populações indígenas.

¹⁹⁵ LISBOA, 2009, p.191.

3.3. A presença indígena na “História do Brasil” projetada por Karl Friedrich Philipp von Martius¹⁹⁶

No dia 27 de novembro de 1840, às cinco horas da tarde, o imperador D. Pedro II abriu a sessão que celebrou os dois anos da fundação do IHGB. Nessa ocasião, foram lidos alguns textos que exaltava a sua fundação, que relembra a sua importância, entre outros. Mas um desses textos, o que nos interessa no momento, foi o relatório do secretário perpétuo do instituto, o cônego Januário da Cunha Barbosa. É nesse relatório que, após uma breve fala sobre a importância do estudo da História e Geografia do país, temos a primeira referência a respeito de uma premiação para quem elaborasse o melhor “plano de se escrever a História antiga e moderna do Brasil, organizada com tal sistema que nela se compreendam as suas partes políticas, civil, eclesiástica e literária”.¹⁹⁷ O prêmio oferecido pelo instituto foi uma medalha de ouro no valor de 200\$000.¹⁹⁸

Do outro lado do Atlântico, o naturalista Martius leu sobre essa premiação e, em 10 de janeiro de 1843, submeteu de Munique a dissertação *Bemerkungen über die Geschichtsschreibung Brasiliens* (Como se deve escrever a História do Brasil, na tradução em português) para concorrer no concurso. O resultado só foi revelado na sessão do dia 10 de junho de 1847 e o texto de Martius foi o premiado.¹⁹⁹ Dito isso, um ponto importante a ser destacado é que muitas das ideias contidas nesse trabalho eram reflexos de suas observações e experiências em terras brasileiras, inclusive aquela que se tornou o ponto principal da dissertação: a questão racial.

Sobre a questão racial na dissertação de Martius, ele defendeu a ideia de que quem fosse escrever a história do país precisaria levar em conta os elementos raciais que, segundo ele, desempenharam papel relevante na formação dos brasileiros. Para o naturalista, a composição da população brasileira derivava da mistura de “três raças”: a indígena, a branca e a negra. Ou nas palavras do próprio autor, “a de cor cobre ou americana, a branca ou a caucasiana, e [...] a

¹⁹⁶ No momento da finalização dessa pesquisa, uma versão desse tópico do trabalho encontrava-se submetida para publicação em uma coletânea de artigos dos discentes do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amazonas.

¹⁹⁷ IHGB. Prêmios propostos pelo instituto na segunda sessão aniversária. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. tomo II (suplemento), 1840, p. 642.

¹⁹⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do secretário perpétuo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo II (suplemento), 1840, p. 596.

¹⁹⁹ O parecer foi elaborado por uma comissão composta por Francisco Freire Allemão, Thomaz Gomes dos Santos e pelo Monsenhor Manoel Joaquim da Silveira. Cf. ATA DA 163ª SESSÃO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo IX, 1847, pp. 278-288.

preta ou etiópica”. Segundo ele, foi “do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças” que se constituiu a população do Brasil.²⁰⁰

Ronaldo Vainfas ressalta que a problemática da mescla cultural na história do Brasil foi colocada em nossos horizontes de investigação desde os começos da historiografia nacional. Vainfas argumenta que apareceu pela primeira vez, sob o rótulo da “miscigenação racial” nesse texto premiado pelo IHGB²⁰¹. Para o naturalista,

(...) devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o *aperfeiçoamento de três raças humanas*, que nesse país são *colocadas uma ao lado da outra*, de uma maneira desconhecida na história antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim.²⁰²

Lilia Moritz Schwarcz argumenta que o projeto de Martius propunha a “fórmula” que ele acreditava que se fosse seguida seria um bom caminho para se compreender o Brasil. Assim, a ideia era correlacionar o desenvolvimento do país com o “aperfeiçoamento das três raças” que o compunham e que possuíam características absolutamente distintas.²⁰³ Ou seja, no fim, para cada uma dessas raças seriam reservados papéis e tarefas distintas, cada uma com seu “grau de importância” dentro dessa dinâmica. Como aponta a autora,

(...) ao branco cabia representar o papel de *elemento civilizador*. Ao índio, era necessário *restituir sua dignidade original* ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como *fator de impedimento ao progresso da nação*.²⁰⁴

Ao pensar a composição da população brasileira, Martius utilizou a metáfora de três rios que juntos iriam compor a população do país: “O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica.”²⁰⁵ Ao discorrer sobre tal questão, Schwarcz declara que a metáfora dos três rios é uma boa pista naturalista, afinal, Martius projeta a imagem de um Brasil esboçado por meio de uma imagem fluvial, na qual os três rios compunham a mesma nação: “um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas, e ainda outro, mais diminuto, composto pelos

²⁰⁰ MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 6 (24): pp.381-403. Jan. 1845, p.382.

²⁰¹ VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia Brasileira. *Revista Tempo*, vol.8, agosto, 1999, p.2

²⁰² MARTIUS, 1845, p. 384. (grifo meu)

²⁰³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.146-147 (grifo meu).

²⁰⁴ SCHWARCZ, 1993, p. 147 (grifo meu).

²⁰⁵ MARTIUS, 1845, p. 383.

negros.” E, assim, ao se misturarem estariam todos juntos em harmonia, encontrando uma “convivência pacífica cuja natureza só ao Brasil foi permitido conhecer.”²⁰⁶

Porém, de acordo com Schwarcz, harmonia não significa igualdade e na metáfora utilizada pelo naturalista ficava bastante visível uma hierarquia entre os “rios/raças”.²⁰⁷ Segundo Karen Macknow Lisboa, o naturalista era um defensor do “branqueamento da sociedade” ao endossar a miscigenação.²⁰⁸ A partir desse processo as “raças inferiores” seriam eliminadas e a “raça branca”, supostamente a mais forte, reagiria sobre as outras fazendo com que aquelas acabassem desaparecendo, com isso,

(...) essa suposta igualdade baseia-se numa espécie de racismo, que visa, por intermédio da mistura das raças, o branqueamento da sociedade e a paulatina exclusão das demais etnias, consideradas inferiores, no processo civilizador.²⁰⁹

John Manuel Monteiro aponta Martius como o responsável por fixar “a pedra fundamental da fábula das três raças”. Mesmo que, no contexto brasileiro, este termo enquanto conceito científico ainda fosse pouco desenvolvido no período, confundindo-se muitas vezes com o conceito de nação.²¹⁰

Martius não apresentou uma periodização, mas sim uma memória contendo pontos e problemas que careceriam de ser esclarecidos para a melhor compreensão do que era o Brasil. O naturalista também não ignora a contribuição dos indígenas e dos negros para a formação da população brasileira. Pois, conforme adverte, “tanto os indígenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante.” Entretanto, é necessário ressaltar que, na visão de Martius, essa inclusão de outras raças como responsáveis na construção do país não excluía a tarefa do homem branco em conduzir as “raças inferiores” rumo à civilização.²¹¹

Martius apresenta que os portugueses deveriam ser considerados como “o mais poderoso e essencial motor” do desenvolvimento histórico do Brasil, pois eram vistos como “descobridor, conquistador e senhor” da nação. Portanto, como a “raça predominante”, nas palavras do naturalista, o português atuou sobre os indígenas e os negros. No entanto, o naturalista observa que para a concretização de uma historiografia filosófica do Brasil é essencial considerar as contribuições das ditas “raças inferiores”:

²⁰⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade Brasileira*. São Paulo: Claro enigma, 2012, p. 27.

²⁰⁷ SCHWARCZ, 2012, p. 27.

²⁰⁸ LISBOA, 1997, p. 183.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de Livre Docência em Antropologia. UNICAMP: IFCH, 2001, p. 171.

²¹¹ MARTIUS, 1845, p. 382.

Tanto a história dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o gênio da história (do mundo), que conduz ao gênero humano por caminhos cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo.²¹²

Martius afirmava que a parte principal da história do Brasil sempre seria a “história de um ramo de Portugueses”. Mas, se o desejo fosse escrever uma história completa e, mais, uma história pragmática, as “raças Etiópica e Índia” jamais poderiam ser excluídas.²¹³

Além de uma exposição sobre a questão das “três raças”, Martius também discorre sobre cada uma delas, separadamente, e quais os pontos, problemas e formas de serem estudadas para então serem inseridas naquilo que viria a ser a historiografia do país. Para fins dessa pesquisa, optamos por concentrar a análise apenas na apresentação de Martius sobre os povos indígenas.

3.3.1. Os povos indígenas como um “elemento redimível”²¹⁴

No tópico intitulado “Os índios (a raça cor de cobre) e sua história como parte da História do Brasil”, Martius assinala a importância do historiador brasileiro se encarregar da tarefa de investigar a vida e história do desenvolvimento dos “aborígenes americanos”, lançando suas vistas para um tempo anterior à chegada dos europeus ao Novo Mundo. Ele também chamava atenção para escassez que havia, naquele momento, de estudos sobre a “história dos habitantes primitivos do Brasil”. De acordo com o naturalista, isso fazia com que a história dos povos indígenas ainda estivesse envolta na obscuridade. No entanto, era justamente por esse fator que excitava profundamente a curiosidade de muitos estudiosos, inclusive a dele.²¹⁵

Conforme indica John Manuel Monteiro, quando a dissertação de Martius foi publicada, “conhecia-se muito pouco sobre o Brasil indígena”. Assim, um dos principais desafios que emergiu nesse processo de construção de uma história da nação residia, principalmente, em localizar, recuperar e divulgar os documentos e relatos que pudessem dar conta dos aspectos históricos e etnográficos das sociedades indígenas, ainda inéditos em sua vasta maioria.²¹⁶

Além das dificuldades de se conseguir fontes para essa grande empreitada, havia também os pensadores que não acreditavam nem que os indígenas pudessem ter uma história própria. Um exemplo disso é a famosa frase de Francisco Adolfo de Varnhagen a respeito da

²¹² MARTIUS, 1845, p. 383.

²¹³ Ibidem, p. 400.

²¹⁴ Termo adaptado de SCHWARCZ, 1993, p. 145.

²¹⁵ MARTIUS, 1845, p. 384-385.

²¹⁶ MONTEIRO, 2001, p. 171.

presença indígena na história do Brasil: “[...] de tais povos na infância não há história: há só etnografia”.²¹⁷

Martius também lançou algumas questões a serem respondidas para quem fosse escrever essa parte da história: “Que povos eram aqueles que os portugueses acharam na terra de Santa Cruz [...]? Quais as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão *ruínas de povos*?”.²¹⁸ Esses questionamentos estão vinculados à ideia que Martius apresentou e defendeu acerca de um enigma ou um mistério (Rätsel) que obscurecia o passado das populações indígenas e, conseqüentemente, o processo pelo qual elas haviam sido submetidas para se constituírem no que denomina de “ruínas de povos”.²¹⁹

O naturalista também questionou as ideias vinculadas por muitos filósofos que entendiam os povos indígenas como “homens diretamente emanados da mão do Criador”, cuja ação teria como propósito a expressão de alguma razão instintiva, privada de qualquer revelação divina. Ele considerava que essas ideias estavam “enfeitadas com as cores” de uma “filantropia e filosofia enganadora”, pois acreditava que os indígenas não eram uma manifestação do “estado primitivo do homem”, como muito já havia sido propagada. Deste modo, Martius argumentou que investigações mais aprofundadas provaram que não se tratava do estado primitivo do homem, pois “o triste e penível quadro que nos oferece o atual indígena brasileiro não é senão o *residuum de uma muito antiga, posto que perdida história*.”²²⁰

Em carta endereçada ao IHGB, no ano de 1840, Martius ressaltava o interesse que tinha sobre a “história dos primitivos autóctones” do Brasil. Nessa correspondência, o naturalista destacava que seus estudos estavam a apontar as terras brasileiras como o lugar onde residiam as maiores lembranças do tempo antigo, quando os povos indígenas estavam num estado “muito civilizado” e os locais indicados eram as matas entre os rios Xingu, Tocantins e Araguaia. Para ele,

(...) aí residem os descendentes dos antigos Tupis (os Apicás, Gés, Mandarucús, etc.) que ainda falam a língua Tupi: eles devem ser considerados como depositários da Mitologia, tradição histórica, e restos de alguma civilização dos tempos passados. Nesses lugares talvez se possam encontrar

²¹⁷ VARNHAGEN, 1980 In MONTEIRO, 2001, p. 2-3.

²¹⁸ MARTIUS, 1845, p. 382.

²¹⁹ No tratado *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*, publicado uma década antes do texto aqui analisado, Martius escreveu: “No meio das criações da civilização e dos costumes europeus que no Novo Mundo triunfalmente se espalharam do litoral para o interior do continente, o indígena desta terra continua qual enigma obscuro, que ninguém ainda compreendeu.” MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. O Estado de Direito entre os Autóctones dos Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. XI, 1906, p. 20.

²²⁰ MARTIUS, 1845, p. 385 (grifo do autor)

ainda alguns vestígios que derramem alguma luz sobre as causas da presente ruína destes povos. Mas infelizmente ainda ninguém lá foi estudá-los.²²¹

Kaori Kodama pondera que a partir da valorização do estudo do passado remoto dos povos indígenas, Martius também ajudou a fomentar o interesse, já presente no Instituto, pelos estudos arqueológicos. A autora também ressalta que o “motor” que animava a investigação desse passado remoto encontrava-se, para ele, na tese de que os indígenas haviam decaído de um estágio de uma civilização mais elevada.²²² O naturalista ainda recomendava o estudo acerca das “principais causas dessa decadência e degradação.”²²³

No último volume do *Viagem pelo Brasil* (publicado em 1831), Martius mencionou que, depois de alguns anos de observação dos indígenas brasileiros, eles estavam convictos de não concordarem com a opinião propagada acerca da “perfectibilidade” da “raça vermelha” e acreditavam que os indígenas estavam “destinados a decompor-se e sair do número dos vivos, antes de terem alcançado o mais alto grau de desenvolvimento”.²²⁴

Manuela Carneiro da Cunha ressalta que foi no século XIX que a pauta sobre humanidade dos povos indígenas entrou em discussão pela primeira vez. Visto que, nesse século, o cientificismo estava preocupado em demarcar visivelmente os antropoides dos seres humanos. No entanto, o critério de distinção usado nesse período era mais filosófico do que biológico e ainda estava ligado ao conceito setecentista de “perfectibilidade”.²²⁵ Segundo Schwarcz, tal conceito foi empregado com significados diversos, em diferentes momentos. Dentro da tradição iluminista, a perfectibilidade não estava associada à uma visão linear e cumulativa da história. Porém, em algumas literaturas oitocentistas, como a de Raimundo Nina Rodrigues na segunda metade do século, o conceito interliga-se à ideia ocidental de progresso.²²⁶

Em 1832, Martius voltou a demonstrar seu pessimismo em relação aos povos indígenas, pois dizia acreditar que eles iriam desaparecer, de uma forma ou de outra, pois traziam consigo “já visível o germen do desaparecimento rápido.” Para ele, não havia dúvida de que “o

²²¹ Ata da 44ª sessão em 1º de agosto de 1840. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo II, 1840, p. 413

²²² KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ; São Paulo, EDUSP, 2009, p. 154-155.

²²³ ATA DA 44ª SESSÃO, p. 413.

²²⁴ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.III, p. 47-48.

²²⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX” In CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.134.

²²⁶ SCHWARCZ, 1993, p. 333.

americano está prestes a desaparecer” e assim “outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno”.²²⁷

Karen Lisboa argumenta que nos textos posteriores ao *Viagem pelo Brasil*, Martius trabalhou com as hipóteses de um “passado mais nobre”, “altamente civilizado” do homem americano. Porém, Lisboa afirma que ao mesmo tempo em que Martius refletia sobre essa possibilidade, a explicação dada por ele sobre a “condição decadente” dos indígenas não se baseava sequer na “bagagem negativa da colonização”. Dessa forma, a colonização apenas “acelerou essa catástrofe prevista talvez há milênios”.²²⁸

Kodama destaca que Martius contestava fortemente a ideia de que “os índios do Brasil e do resto da América eram ‘primitivos’.” Contudo, ele insistiu no argumento da “queda longa e inevitável” desses povos. E foi essa tese da decadência que ele defendeu, em 1838, na conferência “O passado e o futuro do homem americano”, alguns anos antes da publicação de “Como se deve escrever...”. Essa mesma conferência foi enviada por ele, em alemão, juntamente com a carta na qual aceitava o diploma de membro honorário do IHGB.²²⁹

Deste modo, um ponto importante a ser destacado nessa conferência é o fato de Martius esclarecer que chegou ao Brasil compartilhando de muitas opiniões contraditórias acerca dos “homens vermelhos”, especialmente as do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau acerca do estado paradisíaco, ou “inocência paradisíaca”, que se encontravam os povos indígenas. Porém, por conta da sua expedição por essas terras e sua observação direta desses povos, o naturalista acabou formulando seu próprio juízo a respeito dessas populações, sustentando que elas eram restos degradados de um passado “mais elevado” e que já se encontravam em estado de degeneração muito antes do encontro com os europeus. Para ele, isso fazia com que as teorias de Rousseau fossem “meros sonhos”.²³⁰

Entretanto, ainda que Martius reconheça as dificuldades na empreitada de se compreender o passado dos povos indígenas, ele assegurava que a investigação acerca da história dos povos originários do Brasil se constituiria numa tarefa “tão espinhosa quão cheia de interesse.” Para avançar nas pesquisas, o naturalista observou que o caminho que o historiador precisaria trilhar deveria levar em consideração o “índigena brasileiro” em suas

²²⁷ MARTIUS, 1906, p. 65.

²²⁸ LISBOA, 1997, p. 167.

²²⁹ KODAMA, 2009, p. 155.

²³⁰ MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. O passado e o futuro do homem americano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v.IX, 1904, p. 536 -537.

manifestações exteriores, como ente físico, comparando-os com os “povos vizinhos da mesma raça.”²³¹

O passo seguinte para a escrita da história do Brasil apontado na dissertação é o que Martius diz que “levará à esfera da alma e da inteligência destes homens”: a investigação da extensão de sua atividade espiritual, que se manifesta pelo o que ele chamou de “documentos históricos”. Conforme indica, “o documento mais geral e mais significativo deve ser considerada a *língua dos índios*”.²³²

O autor expôs sua aflição por não poder recomendar estudos acerca desse assunto, pois pouco se pesquisava e as línguas americanas não cessavam de se fundirem, fazendo com que acreditasse que não demoraria a algumas estarem inteiramente extintas. Porém, ainda que tivesse muito o que dizer sobre esse objeto de pesquisa, supunha que pouquíssimos historiadores brasileiros se ocupariam com estudos linguísticos.²³³

Por esta razão, Martius assumiu uma atitude no mínimo ousada ao exprimir seu desejo de que o IHGB designasse linguistas para a redação de dicionários e observações gramaticais sobre as diversas línguas indígenas, fazendo-os terem contato com estes povos. Para o naturalista,

(...) seria muito para desejar que se investigassem especialmente *as radicais* da língua tupi e dos seus dialéticos, desde o guarani, nas margens do rio da Prata, até o arino e guez sobre o Amazonas: que para tal dicionário brasileiro servisse de modelo o vocabulário que a Imperatriz Catarina mandou esboçar para as línguas asiáticas, e que afinal e principalmente se coligissem em primeiro lugar todos os vocábulos que referem a objetos naturais, determinações legais, (de direito) ou vestígios de relações sociais.²³⁴

De acordo com Martius, em uma vasta extensão do território brasileiro a principal língua falada por essas populações e entendida em muitas partes era a língua geral ou tupi, sendo muito significativo que um grande complexo de etnias entendesse este idioma.²³⁵ José Ribamar Bessa Freire demonstra que a Língua Geral passou a ser indispensável para a realização das relações comerciais e políticas dos indígenas e até para funções administrativas, o que os permitia “registrar queixas, fazer requerimentos, trocar seus produtos e comunicar-se com as autoridades locais, ainda que apenas através do registro oral”.²³⁶ Um ponto interessante é que Martius ainda faz uma pequena comparação entre o Brasil e o Peru. Para ele, assim como aconteceu no Peru

²³¹ MARTIUS, 1845, p. 385-386.

²³² Ibidem, p. 386 (grifo do autor)

²³³ Idem.

²³⁴ Idem. (grifo do autor)

²³⁵ Idem.

²³⁶ FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, UERJ, 2003, p.207.

com as línguas quichuá e aimará que se estenderam sobre vastíssimos territórios, aconteceu no Brasil com a língua tupi.²³⁷

O naturalista acreditava que todas as etnias que se faziam “inteligíveis” pertenciam a um “único e grande povo”, o qual ele também não duvidava de que possuíam sua própria história. Entretanto, também defendeu a ideia de que esse grande grupo havia saído de “um estado florescente de civilização” e passado por um processo no qual “*decaiu* para o atual estado de *degradação e dissolução*”. E mencionou que esse processo foi semelhante ao que aconteceu com os que falavam a “língua dos incas, ou o aimará”.²³⁸ Desse modo, podemos apreender como o autor buscou reforçar a ideia de que os indígenas passaram de um estado de civilização florescente, ou seja, que tinha todo um potencial para tornar-se grandiosa, para um cenário de degradação que resultaria no total desaparecimento dessas populações.

Ainda nessa questão das línguas, Martius aponta que uma ocorrência não poderia passar despercebida: “os caraíbas nas Guianas e nas Antilhas falavam uma língua, por uma sintaxe e vocabulário parente da língua tupi”. Para ele, o que tornava esse caso ainda mais singular era o fato de que havia “muitos vestígios de serem os caraíbas um povo de piratas, que se estendia da Flórida e das Bermudas para o sul”.²³⁹ Um elemento central nesse apontamento feito pelo naturalista consistia em demonstrar que a investigação sobre as línguas dos povos indígenas brasileiros deveria ser um objeto de interesse geral, não apenas de poucos pesquisadores. Conforme indicou, o estudo das línguas indígenas poderia nortear diversas pesquisas etnográficas, o que ajudaria a compreender uma grande parte da América.

Raquel Teixeira ao discutir a importância do estudo das línguas indígenas, observa que a língua é também um dos elementos que permite conhecer todo o universo cultural de um povo. Para Teixeira, a cultura é o conjunto das respostas dadas às experiências pelas quais um povo passa e aos desafios sofridos por ele. De forma geral, tanto a língua, quanto a cultura, passam por mudanças ao longo dos tempos. A autora também ressalta que o conhecimento das línguas indígenas e, conseqüentemente, o conhecimento da experiência e do conhecimento acumulados pelos povos que as falam é de “valor cultural e social inestimáveis.”²⁴⁰

²³⁷ MARTIUS, 1845, p. 386

²³⁸ Ibidem, p. 386-387 (grifo nosso).

²³⁹ Ibidem, p. 387.

²⁴⁰ TEIXEIRA, Raquel F.A. As línguas indígenas no Brasil. In SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (ORGs). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. – 4a Ed. – São Paulo: Global; Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 2004, p. 293.

Outra recomendação presente no texto de Martius era que o pesquisador vinculasse o estudo sobre a mitologia, teogonias e geogonias indígena ao estudo das línguas indígenas, indicando que:

(...) um observador filosófico não deixará de descobrir nos restos de *mitos*, e no *balbucimento poético*, que ainda hoje se encontram vestígios muito significativos de uma perdida filosofia natural, e de um culto ainda enigmático.²⁴¹

Quem sabe uma pista para entender esse ponto de investigação é compreender uma ocorrência presente no início do século XIX na “Alemanha”. De acordo com Josep Fontana²⁴², os intelectuais “alemães” trabalhavam, desde fins do século XVIII, para estabelecer as bases de uma cultura nacional calcada na unidade da língua.²⁴³ Com isso, uma das opções era recuperar “todo o tesouro de mitos e poesias transmitidos pela cultura popular até então menosprezada”. Martius pode ter tido contato com essas discussões e quando organizou suas ideias para o plano de escrita da História do Brasil não deixou essa característica da recuperação de mitos e poesias de fora.

Aracy Lopes da Silva argumenta que os mitos são um lugar reservado para a reflexão. Afinal, tratam de complexos problemas filosóficos com que diferentes grupos humanos, partindo de suas próprias condições no mundo, acabam se defrontando. Por vezes, podem até mesmo transmitir uma ideia de certa ingenuidade ou inconsequência para aqueles que não sabem os decifrar²⁴⁴. Mas Silva reforça que não podemos esquecer que “os mitos são coisa séria”:

(...) como se constroem com imagens familiares, signos com os quais se entra em contato no dia-a-dia, os mitos têm muitas camadas de significação e, no contexto em que tem vigência, são repetidamente apresentados ao longo da vida dos indivíduos que, a medida que amadurecem social e intelectualmente, vão descobrindo novos e insuspeitos significados nas mesmas histórias de sempre.²⁴⁵

Nesse sentido, por terem essas diversas camadas de significação e complexidades envolvidas, os mitos acabam sendo vistos como algo de difícil compreensão. Pois os elementos

²⁴¹ MARTIUS, 1845, p. 387. (grifo meu).

²⁴² FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Tradução: Heloísa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa, Bauru: EDUSC, 2004, p. 221.

²⁴³ As aspas em “Alemanha” e “alemães” foram utilizadas na tentativa de preservar o raciocínio feito por Fontana, porém, entendemos que a Alemanha ainda não estava unificada no início do século XIX. Tal fato ocorreu somente em meados do ano de 1871.

²⁴⁴ SILVA, Aracy Lopes da. Mito, razão, História e sociedade: inter-relações nos universos sócio-culturais indígenas. In SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (ORGs). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. – 4a Ed. – São Paulo: Global; Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 2004, p. 327.

²⁴⁵ Idem.

que comunicam e as concepções que neles contêm, são articulados e expressos com valores e significados próprios a cada sociedade e a cada cultura.²⁴⁶

Outro fator que não poderia ser deixado de lado é a esfera religiosa. Nessa questão, o autor teceu críticas a respeito de estudiosos terem, muitas vezes, se debruçado de forma superficial sobre o assunto. Para ele, o pesquisador que fosse escrever a História do Brasil não poderia mais se contentar com a explicação dos cultos indígenas como sendo meras espécies de “xamanismo ou fetichismo”, utilizando suas próprias palavras. Dessa forma, aconselhou os estudiosos para que seguissem suas pesquisas a partir da observação dos resquícios de ideias e de cerimônias religiosas que ainda eram praticadas naquele momento:

(...) por noções anteriores mais puras, e por formas de um culto antigo, do qual os sacrifícios humanos dos prisioneiros, o canibalismo, e numerosos costumes e usos domésticos devem ser considerados como a mais bruta degeneração, e que somente deste modo tornam-se explicáveis.²⁴⁷

Em seguida, Martius assinala outro aspecto para o qual o pesquisador deveria atentar e a questão sugerida era em relação aos “vestígios de símbolos e tradições de direito” dessas populações.²⁴⁸ Deste modo, quando propôs a investigação sobre as “tradições de direito” dos povos indígenas, o naturalista retornou a um assunto já debatido por ele doze anos antes, em *O Estado de Direito entre os autóctones do Autóctones dos Brasil*. Porém, nesse texto o autor recomendou que, antes do tratamento das questões jurídicas, o pesquisador deveria tratar do que chama de “estado social” dessas populações, visto que “um direito e condições jurídicas, pressupõem uma história e um estado especial que dela deriva”.²⁴⁹

Seles Pereira da Silva demonstra que embora Martius entendesse a dificuldade de se compreender o passado dos povos indígenas, o que também alinhava seu pensamento com os membros do IHGB, ele reconhecia os indígenas como portadores de uma história, com pilares sociais que, em alguma medida, colocava-os ao lado dos europeus. Além do mais, o autor ainda argumenta que essa “percepção de tais laços sociais era um contra-argumento à tese do pertencimento dos índios a um estado de natureza do qual eram incapazes de sair”.²⁵⁰

E com essas indicações encerrariam as etapas das investigações etnográficas que o historiador deveria seguir. Para Martius, os resultados históricos e filosóficos dessas pesquisas seriam ainda mais ricos se o pesquisador comparasse os grupos étnicos brasileiros com grupos

²⁴⁶ SILVA, 2004, p. 327.

²⁴⁷ MARTIUS, 1845, p. 387

²⁴⁸ Ibidem, p. 387-388.

²⁴⁹ MARTIUS, 1906, p. 21.

²⁵⁰ SILVA, Seles Pereira da. *Os índios do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius* (1823-1844). Dissertação de Mestrado. Depto. de História, UFMT, 2013, p. 62.

que tivesse alguma similaridade em outras partes do Novo Mundo, desenvolvendo assim um patamar superior no trabalho do historiador brasileiro.

Logo, o trabalho de pesquisar, coordenar e organizar “as geogonias, teogonias e tradições de dilúvios gerais, e outras grandes catástrofes da natureza de todos os mitos, usanças legais, usos e costumes”, ou seja, todos os materiais possíveis acerca das populações indígenas seria uma das “mais belas e gratas” tarefas do historiador filosófico e etnógrafo. E ressaltou que se uma História do Brasil não oferecesse essa introdução ainda assim ela deveria ser “saudada com entusiasmo” por todos os literatos.²⁵¹

Outra recomendação importante para os pesquisadores estava relacionada a atenção que deveria ser dedicada aos diferentes tipos de construções americanas. Martius esperava que os resultados de pesquisas arqueológicas no Brasil pudessem comprovar vestígios arquitetônicos de civilizações mais “evoluídas”. E para isso, aconselhava o historiador brasileiro a não deixar de examinar “ruínas de Paupatla, México, Uxmal, Copán, Quito, Tiaguanaro, etc”, se quisesse formar um juízo sobre o passado dos povos americanos. E ainda que, naquele momento, não houvessem sido encontradas construções no país semelhantes as de outros lugares na América, ele não duvidava de que em terras brasileiras também reinava em tempos muito antigos uma “civilização superior”.²⁵²

E encerra o tópico acerca das populações indígenas expondo outro desejo ao IHGB, o qual acreditava que muitos dos membros partilhariam com ele: desejava que o Instituto patrocinasse investigações arqueológicas, prestando auxílio a viajantes que procurassem por tais monumentos. Afinal, ele acreditava que se em muitos lugares onde foram encontradas construções de antigos monumentos se elevavam “matas altíssimas e milenares” sobre elas dificultando a localização, não era impossível que isso também pudesse ocorrer nas florestas do Brasil que, naquele período, eram pouco conhecidas e acessíveis em muitas extensões.²⁵³

Para finalizar, podemos perceber como a expedição científica marcou fortemente a vida e a carreira de Martius. E uma das principais marcas deixadas no naturalista dizia respeito às populações indígenas. Duas décadas depois da viagem, Martius continuava a pesquisar e refletir sobre esses grupos. Publicou textos sobre línguas indígenas, medicina indígena, sobre questões de direito ligadas a esses povos e também buscava entender questões sobre o passado e o futuro dessas populações. No fim, ele dizia que a história dos diferentes povos indígenas era um assunto que sempre estava tentando estudar.

²⁵¹ MARTIUS, 1845, p. 388.

²⁵² Idem.

²⁵³ Ibidem, p. 389.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua concepção até a sua finalização, essa pesquisa passou por diversas modificações que refletem as mudanças no olhar para a fonte e para os interlocutores que compõe esse estudo. Inicialmente, a pesquisa foi delineada a partir dos escritos de Karl Friedrich Philipp von Martius que tem como foco as populações indígenas do Brasil. A proposta era fazer um estudo sobre a visão desse naturalista acerca dos povos originários e como a expedição científica em que esteve inserido influenciou seus escritos sobre essas populações. Nessa versão, daríamos destaque unicamente à experiência de Martius em terras brasileiras.

Contudo, não poderíamos analisar esses escritos sem dar ênfase em um texto essencial: o *Viagem pelo Brasil*. A partir da leitura desse relato, especialmente o terceiro volume que trata da viagem ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro, começamos a perceber lacunas nas pesquisas existentes sobre essa expedição. Naquele momento, a principal delas estava na escassez de estudos que analisassem exclusivamente essa etapa da viagem.

Sendo assim, o projeto inicial acabou passando por diversas reformulações e optamos por estudar a viagem dos naturalistas ao Grão-Pará e Rio Negro e o recorte temporal escolhido foram os anos de 1819 e 1820. Nesse sentido, a análise da experiência de Spix foi tão fundamental quanto a de Martius. Apesar disso, o principal objeto de análise dessa pesquisa continuou a ser a visão desses viajantes acerca das populações indígenas.

Um elemento necessário no processo de escrita dessa dissertação foi o exercício de tentar se distanciar de percepções romantizadas sobre esses relatos e buscar direcionar os holofotes para os homens, mulheres, meninos e meninas indígenas que, por vezes, tiveram suas vozes silenciadas, seus saberes utilizados e suas vidas roubadas. Esse foi um exercício de extrema importância e uma virada de chave nessa pesquisa, o qual possibilitou recuperar e compreender a agência e protagonismo de diversos indígenas que foram cruciais para o andamento da viagem.

A partir disso, o olhar direcionado às fontes mudou e as perguntas também. O que colaborou para a construção de capítulos que trouxeram os indígenas para o centro do palco. Tentamos alcançar as vozes, ainda que abafadas pelas dos naturalistas, de homens como Gregório e Pachico, duas lideranças que participaram ativamente da expedição. Dois indígenas que, ao lado de Martius, utilizaram seus conhecimentos e contribuíram para a construção e o êxito da viagem do botânico. Mas que, no fim, são apontados apenas como meros auxiliares do bávaro.

Um outro ponto importante diz respeito a elaboração de uma tabela com as informações acerca das sete lideranças indígenas que são mencionadas no relatório de Martius: Gregório, Albano, Pachico (Francisco), João Manuel, Miguel, Domingos e uma última liderança que não teve seu nome citado no relato. Essa tabela foi fundamental para visualizar que a atuação e a colaboração de cada um deles se deu de formas diferentes, mas que todos tiveram alguma contribuição na viagem. Ela também é relevante porque podemos enxergar os nomes desses homens que, por diversas vezes, são vistos como figurantes nessa viagem.

Sobre a viagem de Spix, o levantamento dos dados e a elaboração da tabela com as etnias citadas pelo zoólogo foi muito importante para sabermos quais foram, onde habitavam e a frequência com que aparecem no seu relatório. No total, registramos o nome de vinte e três etnias e analisamos as descrições que foram feitas de sete delas.

Essa pesquisa se encerra não se encerrando. Há muitas perguntas que ainda precisam ser respondidas e possibilidades a serem exploradas em outros estudos. A presença das lideranças indígenas na expedição é um desses casos. E diversos outros elementos que por inúmeros motivos não fizeram parte desse estudo, mas que acompanharão minhas inquietações.

Por fim, se 200 anos depois a expedição de Spix e Martius continua, muitas vezes, sendo lembrada pelos seus êxitos, termino esta dissertação lembrando o episódio cruel em que os mesmos naturalistas levaram para Munique quatro crianças e jovens indígenas para servirem como peças vivas de sua coleção. Infelizmente, duas delas morreram ainda na travessia do Atlântico. Os outros dois jovens, uma menina da etnia Miranha e um menino Juri, sobreviveram à viagem e chegaram em Munique. Lá, receberam os nomes de Isabella e Johannes. Expostos continuamente a diversos tipos de violências, os dois jovens passaram por um processo de desumanização no qual suas identidades, línguas, culturas e subjetividades foram sendo silenciadas para, assim, serem transformados apenas nas duas peças vivas que Spix e Martius haviam coletado na região amazônica e que estavam prontas para serem expostas ao grande público. Finalizo essa pesquisa dedicando a essas crianças e a tantos outros que tiveram suas vidas ceifadas em nome de um discurso científico centrado em saberes coloniais.

FONTES E REFERÊNCIAS

ATA DA 44ª sessão em 1º de agosto de 1840. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo II, 1840.

ATA DA 125ª SESSÃO EM 18 DE JULHO DE 1844. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo VI, jul-set/1844.

ATA DA 163ª SESSÃO EM 10 DE JULHO DE 1847. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo IX, 1847, pp. 278-288.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do secretário perpétuo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo II (suplemento), 1840.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Coleção Brasiliana, v. 237, 1941.

IHGB. Prêmios propostos pelo instituto na segunda sessão aniversária. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. tomo II (suplemento), 1840, p. 642.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 6 (24): Jan. 1845, pp. 381-403.

_____. *Frey Apollonio: um romance do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

_____. O Estado de Direito entre os Autóctones dos Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol. XI, 1906, pp. 21-82.

_____. O passado e o futuro do homem americano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. IX, 1904, pp.535-562.

NAVARRETE, Martín Fernández de Navarrete. *Biblioteca marítima española*. Madrid: Viuda de Calero, 1851.

NORONHA, José Monteiro. Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província. Pará: Typographia De Santos & Irmaos, 1862.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Jose do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775;[...]*. Lisboa. Typografia da Academia, 1826.

SPIX, Johann Baptist von. **Atlas zur Reise in Brasilien**. Muenchen [Munique, Alemanha]: Gedruckt bei M. Lindauer, 1823-1831. [35]f. de estampas, somente il. (litografias), mapas, 46 x 59. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817-1820*. München: bei dem Verfasser. Leipzig, in Comm. bei Friedr. Fleischer, 1831, v. III.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Relatórios ao Rei.* / DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima (Orgs.) – 1. ed. – Rio de Janeiro: Capivara, 2018.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017., 3v.

• REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANTUNES, Anderson Pereira. A rede dos invisíveis: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866).. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d'O Brasil dos viajantes. *Revista USP* (30). São Paulo: junho/agosto, 1996, pp. 8-19.

COSTA, Maria de Fátima. Os "meninos índios" que Spix e Martius levaram a Munique. *Artelogie*, nº 14, 2019, pp. 1-17.

COSTA, May Anyely Moura da. "Nós, Ticuna, temos que cuidar da nossa cultura": um estudo sobre o ritual de iniciação feminina entre os Ticuna de Umariacú I, Tabatinga, Alto Solimões (AM). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Política indigenista no século XIX" In CUNHA, Manuela C. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. *Martius*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Capivara, 2018.

DUARTE, Roberta; SAMPAIO, Patrícia. *Barbárie e Civilização: imagens dos índios a partir dos relatos de viagem no Rio de Janeiro do século XIX*. Relatório Final – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, UFAM, 2015.

FERNANDES, João Azevedo. Cauinagens e bebedeiras: os índios e o álcool na história do Brasil. *Revista Antropológicas*. Ano 6, vol.13 (2), 2002.

FITTKAU, Ernst Josef. Johann Baptist Ritter von Spix: primeiro zoólogo de Munique e pesquisador no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2001, v. 8, n. suppl,

pp. 1109-1135. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000500017>>. Acesso em: 5 de fev.2022.

Flora brasiliensis: a obra. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/opus>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

FLOREZ, Lilian Suescun; SANJAD, Nelson; OKADA, Wanda. Construção do espaço museal: ciência, educação e sociabilidade na gênese do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi (1895-1914). *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 26, e15, 2018.

FONTANA, Josep. A história dos homens. Tradução: Heloísa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa, Bauru: EDUSC, 2004.

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. *Mil peças: coleções Ticuna do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Setor de Etnologia e Etnografia, 2020.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção do Brasil na literatura de viagem” In PINHEIRO, Liliana. *O olhar dos viajantes: O Brasil ao Natural*. São Paulo: Duetto, 2010. pp. 6-11.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese de Doutorado. UERJ: Instituto de Letras, 2003.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999., p. 229.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-27/jeanne-baret-a-primeira-mulher-a-circum-navegar-o-mundo-no-seculo-xviii-por-seu-amor-a-botanica.html>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

KODAMA, Kaori. *Martius e o IHGB: um naturalista e os letrados na construção de uma história*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Depto. de História, PUC-Rio, 1999.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ; São Paulo, EDUSP, 2009.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, São Paulo: HUCITEC, 1997.

LISBOA, Karen Macknow. O Brasil dos Naturalistas Spix e Martius: Taxonomia e sentimento. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 22, nº 1, jan/jun 2009.

LÓPES, Alberto. Jeanne Baret, a primeira mulher a circum-navegar o mundo, no século XVIII, por seu amor à botânica. El-País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-27/jeanne-baret-a-primeira-mulher-a-circum-navegar-o-mundo-no-seculo-xviii-por-seu-amor-a-botanica.html>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência), UNICAMP: Campinas: 2001.

MONTEIRO, John Manuel. “O desafio da história indígena no Brasil” In SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (ORGs). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. – 4a Ed. – São Paulo: Global; Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 2004.

MORETTI, Luiza. “São Francisco Xavier de Tabatinga”. In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/S%C3%A3o_Francisco_Xavier_de_Tabatinga. Data de acesso: 17 de novembro de 2021.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “A soldadesca desenfreada”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Dissertação. Salvador, 2009.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros in HOLANDA, Sérgio B. (org.). *História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico*. São Paulo: Difel, 1985, t. II, v. 1, pp. 119-131.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco. A epifania das máscaras: uma experiência de escuta e encontro dialógico. *Museologia e Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 9. n. 15, jan./jun. 2016.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RANGEL, Lucia Helena. Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. v. 3, n. 5, 1999.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.2, abr.-jun. 2010.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EDUA, 2011.

SANTOS, Jocélio Teles dos. “De Pardos Disfarçados a brancos Poucos Claros: Classificação Racial no Brasil dos séculos XVIII e XIX”. *Afro-Ásia*, 32 (2005), pp. 115-137.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro enigma, 2012.

_____. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Aracy Lopes da. Mito, razão, História e sociedade: inter-relações nos universos sócio-culturais indígenas. In SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (ORGs). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. – 4a Ed. – São Paulo: Global; Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 2004.

SILVA, Seles Pereira da. Os índios do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1823-1844). Dissertação de Mestrado em História. Depto. de História, UFMT, 2013.

TEIXEIRA, Raquel F.A. As línguas indígenas no Brasil. In SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (ORGs). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. – 4a Ed. – São Paulo: Global; Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 2004.

UFAM. Museu Magüta expõe fotografias de objetos Tikuna coletados há 200 anos. Disponível em: <https://ufam.edu.br/ultimas-noticias/507-doutoranda-do-ppgas-expoe-fotografias-de-objetos-tikuna-coletados-ha-200-anos.html>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. Revista Tempo, v.8, agosto, 1999.

WETTLAUFER, Jorge. The *jus primae noctis* as a male power display: A review of historic sources with evolutionary interpretation. *Evolution and Human Behavior*. Vol. 21, Edição 2, março de 2000.

WULF, Andrea. *A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. Tradução: Renato Marques. – 1ª Ed. São Paulo: Planeta, 2015.